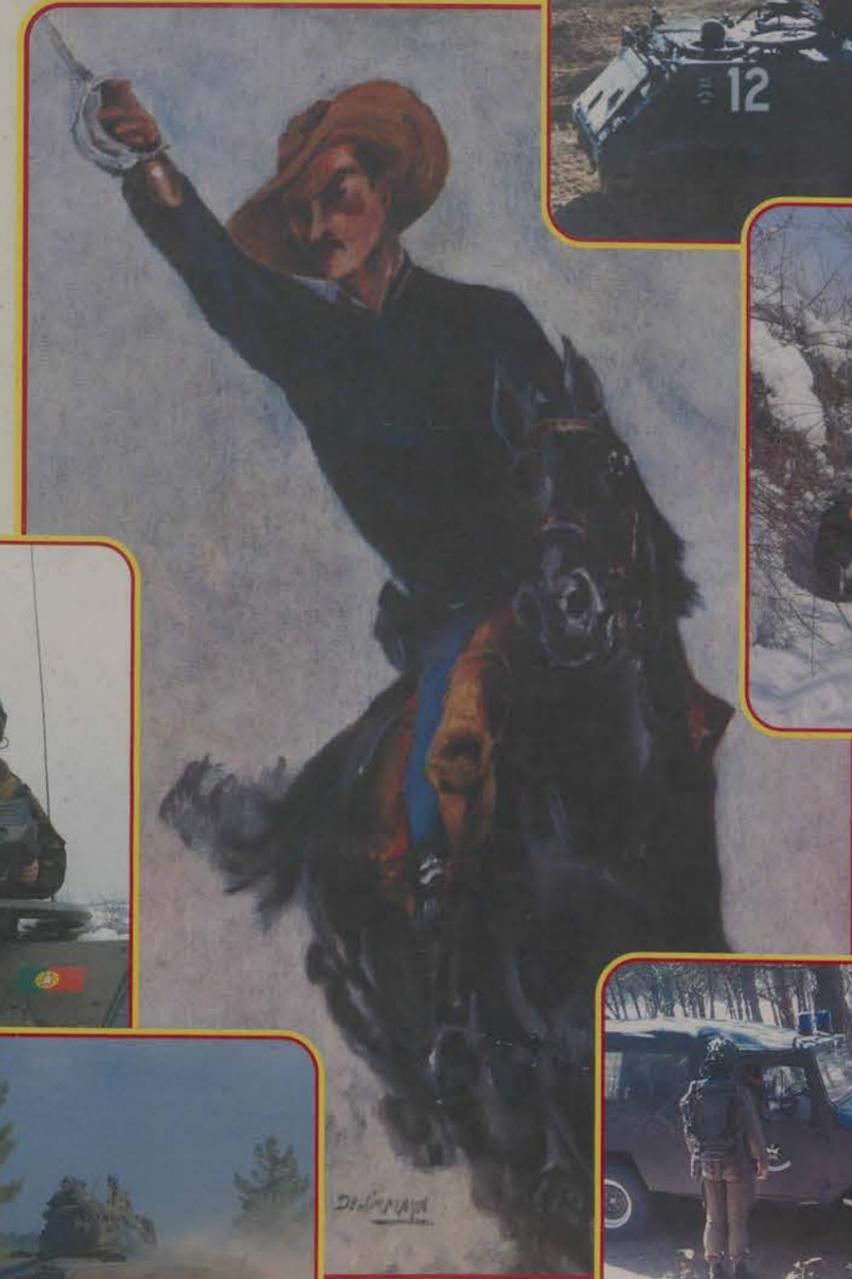
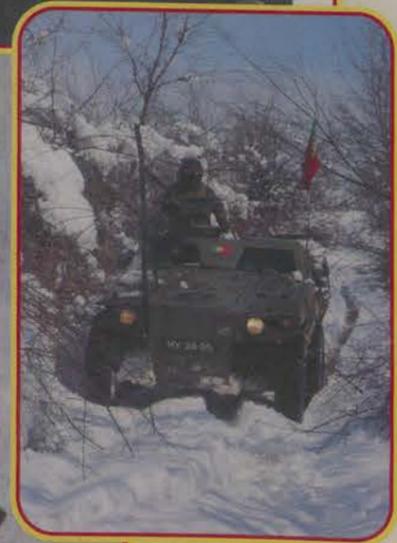


# Revista da Cavalaria



3ª Série  
Número 0  
JULHO 2002

# EDITORIAL

Queremos fazer renascer a Revista da Cavalaria.

A nossa revista afirmou-se em épocas passadas como uma Instituição de prestígio, procurada e admirada tanto no seio da Arma como no seu exterior. Passaram os entusiasmos, abrandaram as vontades e a Revista entretanto decaiu, rotinou-se e acabou por adormecer, ao longo de tantas vicissitudes que o Exército tem atravessado. É tempo de despertar. Num quadro cada vez mais complexo de sucessivas mudanças, em que têm sido feitas sucessivas reduções da organização militar, acabaram por ser eliminadas também as Direcções das Armas. Não se segue daí que as Armas possam ser amalgamadas. Bem pelo contrário. Num ambiente de crescente profissionalização e prevalência das questões técnicas, a troca de informação, o cruzamento de opiniões e o diálogo profissional voltam a ser um imperativo para os cavaleiros.

Precisamos da nossa Revista da Cavalaria, outra vez. A ambição deste número Zero da 3ª série da Revista é de conseguir pelo menos despertar a atenção e a apetência para este assunto. Se queremos ter a nossa Revista, todos temos que participar, ou pelo menos ajudar. Todos, oficiais, sargentos, praças, sem excluir ninguém de boa vontade que esteja irmanado no mesmo desígnio.

Participar, como? - Enviem-nos tão cedo quanto possível, desde já, ou seja hoje, cartas a debater os assuntos agora apresentados, a levantar outras questões ou a dar sugestões sobre qualquer aspecto da Revista. Enviem-nos em muito curto prazo artigos de opinião pessoal, sobre qualquer assunto de interesse profissional, cavaleiro.

Ajudar de que forma? - Assinando a Revista para financiar as edições que se vão seguir. O presente número Zero tem cobertura financeira única, que não se vai repetir. À Revista não se vai arrastar, existindo só porque é conveniente que exista. Pelo contrário, a Revista só vai continuar a publicar-se se for esse o desejo assumido dos cavaleiros. Tomando como referência a publicação quadrimestral, 3 números anuais, pedimos aos assinantes a quantia de 15 Euros que poderá ser enviada ao Regimento de Lanceiros nº2, para a Revista da Cavalaria, acompanhada do cupão de assinatura incluído na Revista.

Em face do número de assinaturas, de opiniões expressas e da colaboração recebida, veremos depois se haverá que ajustar a periodicidade e o valor da assinatura. Esperamos a vossa resposta positiva.

*TGen Mário Jesus da Silva*

## MENSAGEM DO DIRECTOR HONORÁRIO DA ARMA DE CAVALARIA



*Alexandre de Sousa Pinto  
Tenente General*

Em reunião a que tive a honra de presidir com o Major-General Eduardo Velasco Martins, Presidente do Conselho da Arma, e com todos os Coronéis de Cavalaria em funções de Comando, Direcção ou Chefia, realizada no Regimento de Cavalaria nº 3 em 5 de Fevereiro p.p., considerou-se ser necessário que a Arma se organizasse por forma a ter respostas oportunas e devidamente sustentadas para as grandes questões que se perfilam no horizonte e para as quais o Comando do Exército irá necessariamente pedir a contribuição de todos e de cada um de nós.

Entre diversas medidas então preconizadas, pareceu que seria de grande utilidade reiniciar-se a publicação da “**Revista da Cavalaria**”, interrompida desde 1971, para com ela se publicitar a toda a Arma estudos e reflexões dos nossos militares ou decisões que fossem sendo tomadas, para todos podermos contribuir para um fim comum não andando cada um a “puxar o carro” em diferentes direcções, dispensando sinergias e permitindo que outros decidam por nós o que a nós compete decidir ou, no mínimo, propor.

Ao pensar como conseguir levar a bom termo tal incumbência, nomeadamente como consegui-lo a curto prazo porque, estando-se a comemorar o centenário da morte do nosso patrono - Joaquim Mouzinho de Albuquerque - seria importante que o primeiro número da nova série da “**Revista da Cavalaria**” saísse em 21 de Julho, data da última e mais verdadeira carga de cavalaria da nossa história, feita sob o comando daquele Oficial, lembrei-me de que tal só seria possível se alguém com grande força de vontade e capacidade de organização quisesse tomar conta de tal barco. E foi assim que contactei o tenente-general Mário Arnaldo de Jesus da Silva pedindo-lhe que se disponibilizasse ao que, de imediato, aceitou.

A prova do acerto da escolha está aqui hoje; ao nosso General Jesus da Silva os meus agradecimentos mais sinceros, os agradecimentos de toda a Arma por mais este importante serviço que quis prestar-lhe. À “**Revista da Cavalaria**” os nossos desejos de longa vida e de actividade profícua. Aos militares de Cavalaria o meu apelo para apoiarem a “**Revista da Cavalaria**” como coisa sua, contribuindo por todos os meios para a sua valorização documental e informativa.

## CORREIO DO LEITOR

Ainda que toda a Revista esteja aberta à participação dos leitores, entendeu por bem a Direcção reservar um espaço próprio para a correspondência do Leitor. À semelhança do que acontece com quase todas as publicações periódicas, pretende-se dar continuidade às reflexões originadas pelos artigos, na forma de um debate franco e construtivo entre Cavaleiros. Pode ser também o espaço para uma ideia ou projecto que não justificando a dimensão de um artigo, justifica o esforço da sua divulgação, ou ainda - porque não - para a crítica construtiva ao trabalho da Revista da Cavalaria. Para tal os leitores deverão enviar as cartas para a seguinte morada:



Revista da Cavalaria  
Regimento de Lanceiros, nº 2  
Calçada da Ajuda  
1349-054 LISBOA

### FICHA DE INSCRIÇÃO PARA FOTOCOPIAR

Sim, desejo tornar-me assinante da Revista da Cavalaria por um ano (três números).

NOME \_\_\_\_\_

POSTO \_\_\_\_\_

MORADA \_\_\_\_\_

CÓDIGO POSTAL \_\_\_\_\_

LOCALIDADE \_\_\_\_\_

SITUAÇÃO: ACTIVO  RESERVA  REFORMA

Pago a quantia de 15 EUROS em:

NUMERÁRIO  ou CHEQUE endossado à SubSecção Financeira/RI.2

BANCO \_\_\_\_\_

NUMERO DO CHEQUE \_\_\_\_\_

Enviar para:  
Revista da Cavalaria  
SubSec Financeira/SecLog  
Regimento de Lanceiros Nº2  
Calçada da Ajuda  
1349-054 Lisboa

## MOUZINHO DE ALBUQUERQUE CENTENÁRIO DA SUA MORTE\*

### INTRODUÇÃO

Desejo iniciar esta intervenção manifestando a honra, a responsabilidade que sobre nós recai e a surpresa do convite que nos foi dirigido para aqui lembrar Mouzinho.

Honra, porque Joaquim Mouzinho de Albuquerque é uma das figuras mais notáveis da galeria dos nossos heróis; porque foi um militar ilustre do Exército Português e da Arma de Cavalaria, instituições em que eu também servi; honra porque há, certamente, muitas outras pessoas que dele poderiam falar com muito mais proveito para esta assistência e com maior resguardo para a sua memória.

Responsabilidade, porque é mais um acto solene ligado a Mouzinho que sucede nesta prestigiada Sociedade de Geografia; porque Mouzinho está tratado em centenas de documentos, escritos por contemporâneos seus e vindouros, que nos dão a conhecer testemunhos e descrições preciosas da sua singular e forte personalidade e das ousadas acções militares e administrativas que empreendeu em Moçambique; porque ao falar dele transmitimos forçosamente uma imagem, quando a sua imagem está consagrada em telas admiráveis de Malhoa, Columbano, Roque Gameiro e Eduardo Malta; responsabilidade, também, porque habituado a respeitá-las, sinto um certo constrangimento em invadir a sua vida e a sua obra, com receio de macular o seu sonho de servir Portugal, o valor dos princípios que o norteavam, a grandeza das virtudes que defendia e praticava.

Surpresa, porque nunca tratei Mouzinho

*General Martins Barrento é General na Reserva e membro do Conselho Consultivo da Comissão Portuguesa de História Militar*

\* Intervenção do autor na Sociedade de Geografia no dia 19 de Junho de 2002

nos meus escritos sobre assuntos militares, já que entendia que quase tudo o que era importante fora admiravelmente demonstrado pela acção ou analisado por aqueles que se debruçaram sobre o militar e as campanhas; por pertencer ao número daqueles que, na minha geração, o olha como exemplo de servir e que, como ele, foi tocado pelo sortilégio da noite africana, sentimentos que parecem menos ajustados ao nosso tempo; surpresa, enfim, porque para além da leitura das suas linhas e das que dele falam, só tive com Mouzinho três encontros fugazes.

O primeiro, quando um jovem subalterno do Esquadrão de Reconhecimento de Lourenço Marques fechava as noites de um festival militar no estádio municipal, aparecendo a cavalo na barreira que domina o estádio, fardado como em Macontene, aproveitando a cumplicidade da noite para imitar a postura da estátua equestre que, no início dos anos sessenta, dominava o largo fronteiro ao município de Lourenço Marques.

O segundo encontro, quando em 1974, na turbulência e confusão de valores que os períodos revolucionários propiciam, nos indignámos e usámos o direito de resposta, em relação a uma notícia saída num jornal diário, que ofendia Mouzinho e denegria a sua acção.

O terceiro, quando há pouco mais de uma dúzia de anos nos foi perguntado se não se deveria encontrar outro patrono para a cavalaria portuguesa, que não Mouzinho, por nos outros países o patrono ser um santo. Na reconquista, de facto, bradávamos por Santiago e só com as guerras com Castela passámos a invocar S.Jorge. Mas escolher o discípulo de Jesus, que se crê sepultado em Compostela, não nos distinguia da Espanha, e a quase universalidade de S. Jorge e do seu dragão não caracterizava a nossa individualidade. Assim, apesar de Mouzinho ser apenas um homem e não um santo, mas por ser aquele que mais evidenciou as virtudes militares e de cavaleiro, não tivemos dúvidas em aconselhar que ele deveria continuar o

ser o exemplo dos que pretendem servir o Exército Português na Arma de Cavalaria. Além da honra, responsabilidade e surpresa, julgo ter dado a ideia, neste espaço introdutório, ser meu entendimento que quase tudo já foi dito sobre Mouzinho e sobre a acção por ele realizada em Moçambique, sendo duvidoso o valor de quaisquer novas considerações que aqui fizesse nesses dois campos. Parece-me, contudo, poder ser interessante lembrar Mouzinho em três ocasiões em que ele esteve presente nesta sala: a primeira, em 1897, quando aqui foi condecorado por D. Carlos; a segunda em 1955, quando se celebrou o centenário do seu nascimento; a terceira, hoje, em que o lembramos, por ter decorrido um século sobre a sua morte.

### 1897

A Acta da Sessão Solene de 18 de Dezembro de 1897, na Sociedade de Geografia, diz o seguinte:

“Sob a presidência de honra de Sua Magestade El-Rei D. Carlos acompanhado de Sua Magestade a Rainha Senhora D. Amélia, de Sua Magestade a Rainha Senhora D. Maria Pia, do Príncipe Real e de Sua Alteza o Infante D. Affonso, que tomaram o lugar da mesa presidencial e com a assistência do ministerio, corpo diplomatico, altos funcionarios e de grande numero de socios e convidados da classe civil e militar, vendo-se as galerias repletas de damas e achando-se postados á direita da mesa uma guarda de honra de aspirantes do corpo de alumnos da armada e á esquerda outra do corpo de alumnos da escola do exercito...” Aberta a sessão usou da palavra o Conselheiro Dias Costa, ministro da Marinha, a que se seguiu o discurso do Conselheiro Ferreira do Amaral, Presidente da Sociedade de Geografia.

Por fim usou da palavra o Rei D. Carlos que disse:

“Já vão passados dois annos desde que um fremito de alegria percorreu Portugal de norte a sul. Foi quando chegou a noticia das nossas primeiras victorias alcançadas em África por um punhado de valentes.

Este fremito, porém, cresceu e transformou-se n’um verdadeiro entusiasmo com o feito de Chaimite e aprisionamento do

Gungunhana.

Foi este heroico feito praticado por Mousinho de Albuquerque, o qual tendo partido para a Africa simples capitão de cavalaria, apenas conhecido pelos que, como eu, se honravam já com a sua amisade, voltou d’ali um heroe, coberto de applausos de todos, merecedor do espanto geral pelas qualidades de sua alma, pelas suas qualidades de soldado que o tornam digno da legenda da condecoração que tem ao peito:

*Valor, Lealdade e Mérito! Patria e Rei!*

Por bem servir, tenho o infinito prazer de entregar a Mousinho de Albuquerque as medalhas que gloriosamente ganhou.”

E a Acta prossegue:

“As ultimas palavras d’esta singela e breve oração, que impressionou profundamente pelo modo como El-Rei a pronunciou, foram ouvidas já de pé, porque uma corrente do mais vivo e espontaneo entusiasmo electricisára todos os assistentes, que romperam em repetidos vivas a El-Rei, á rainha, a Mousinho de Albuquerque, familia real, exercito, armada, ao heroe de Chaimite, á esposa de Mousinho, etc.

Ao entregar ao heroico official as medalhas de oiro, El-Rei abraçou-o effusivamente duas vezes, sendo n’essa occasião levantado por Mousinho um viva ao monarcha.

Eram dez horas e cinco minutos quando El-Rei declarou encerrada a sessão.”<sup>1</sup>

Esta sessão representa o reconhecimento, por parte do Poder, das acções extraordinárias levadas a cabo por Mouzinho, quando do acto heróico de Chaimite, em 1895, e nas operações do Distrito de Gaza, em 1897. Mas se esta distinção é um acto reflectido, justo e lógico de quem tem o poder de premiar, o que dizer das recepções apoteóticas que Mouzinho recebeu á sua chegada a Lisboa e no périplo que depois empreendeu pelo País, feitas pelo povo anónimo?

A explicação dá-a Mouzinho, mais tarde, na sua carta ao Príncipe Real, quando refere: “... Entretanto há algumas páginas que Vossa Alteza pode ler sem que lhe corem as faces de vergonha... Essas poucas páginas

<sup>1</sup> “Actas das Sessões da Sociedade de Geografia de Lisboa”, Vol XVII, 1897, Pag. 109 e seguintes.

brilhantes e consoladoras que há na história do Portugal contemporâneo escrevemo-las nós, os soldados...”. É que isto que ele dizia ao Príncipe, tinha ele explicado ao povo português, exuberantemente, com a sua acção em Moçambique.

O Prof. Bernardino Machado, mais tarde Presidente da República, em discurso pronunciado no Porto, em 1898, disse: “Senhor Joaquim Mouzinho de Albuquerque! Não tenho medalhas para lhe entregar, mas se as tivesse, seriam feitas de ferro luzente das nossas charruas e das nossas bigornas para bem firmemente lhe traduzir toda a esperançosa gratidão do nosso povo!”

Para recordarmos essa gratidão, sem mergulhar na história do século XIX, lembremos então aquilo que não deve ser esquecido. Apesar do esforço efectuado, nesse século, por bombeiros e exploradores nossos, para penetrar no hinterland de Angola e Moçambique, o principio da liberdade da navegação nos grandes rios, estabelecido no Congresso de Viena, em 1815, e o expansionismo europeu em África, tornavam cada vez mais difícil conseguirmos fazer valer os nossos direitos históricos.

Na Conferência de Berlim, em 1884 e 1885, as potências europeias acordaram que os direitos históricos só seriam considerados se existisse uma autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos adquiridos e a liberdade de comércio e de trânsito. Em resultado deste acordo, as expedições de Paiva de Andrade, Serpa Pinto, António Maria Cardoso, Artur de Paiva e Paiva Couceiro procuram assegurar o domínio efectivo em várias e vastas regiões do interior, até que a acção de Serpa Pinto na região do Chire colide com as pretensões inglesas. O Governo Britânico, não ficando satisfeito com a resposta dada por Portugal em relação a este diferendo, põe termo às conversações diplomáticas em curso e em 11 de Janeiro de 1890 notifica por esta forma o Governo Português: “... o que o Governo de S.M. deseja e em que insiste é no seguinte: que se envie ao Governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares portuguesas no Chire e nos países dos Makololos e Mochonos se retirem...”

Reunido o Conselho de Estado, face à força e

à determinação da Grã-Bretanha, respondeu-se que “... o Governo de S.M. vai expedir para o Governo Geral de Moçambique as ordens exigidas pela Grã-Bretanha”.

Segundo Basilio Teles “o ultimatum foi o acontecimento mais considerável que desde as invasões napoleónicas abalou a sociedade portuguesa.” Os portugueses humilhados não escondem a sua indignação; o povo manifesta-se; os intelectuais pronunciam-se; o Governo cai; a Monarquia fragiliza-se.

Independentemente da génese de uma nova etapa política, que pode já ser vista na inspiração do 31 de Janeiro de 91 e ouvida nos primeiros acordos da Portuguesa, é perfeitamente natural que, quando sete anos mais tarde as nossas forças comandadas por Mouzinho vencem o Império Vatua, que tem a simpatia da Inglaterra e dela recebe armas modernas, os portugueses lembrem o ultimato da “pérfida Albion” e transmitam ao herói que lhes proporcionou esta desforra a sua admiração e reconhecimento. Era o despertar do torpor e da impotência manifestada em 90; era a reabilitação do nome de Portugal; a recuperação do orgulho ferido; a catarse da humilhação então sofrida.

### 1955

Em 12 de Novembro de 1955, na sala “Portugal” da Sociedade de Geografia de Lisboa, realizou-se a sessão solene de abertura das comemorações do centenário do nascimento de Mouzinho de Albuquerque. Essas comemorações são levadas a cabo por duas comissões, constituídas para o efeito, uma na Metrópole e outra em Moçambique, conforme determinava o Decreto-Lei Nº 40.329 de 8 de Outubro de 1955.

Como em 1897, a sala estava repleta, lá estavam os dois pelotões, um da Escola Naval e outro da Escola do Exército e, no átrio, estavam postadas duas companhias de caçadores, de Moçambique e de Angola, que prestaram as honras militares ao Chefe do Estado, General Craveiro Lopes.

Aberta a sessão usou da palavra o General Carvalho Viegas, Presidente da Comissão, tendo-se seguido uma conferência efectuada pelo Professor Mário de Albuquerque, subordinada ao tema “A Efigie de Mouzinho”. Por fim interveio o Professor Mendes Corrêa,

Presidente da Sociedade de Geografia.

Em 16 e 19 de Novembro, ainda aqui, na Sociedade de Geografia, decorreram as sessões de homenagem realizadas pela Armada e pelo Exército. Além destas sessões, Mouzinho foi lembrado em numerosas ocasiões e lugares da Metrópole e Ultramar. Destas salientam-se as realizadas em Elvas, de onde saíra para Moçambique à frente do 1º Esquadrão de Lanceiros nº 1; em Leiria, capital do distrito que o viu nascer; na Batalha, por ter recebido o baptismo naquele mosteiro; no desfile militar na Avenida da Liberdade, com um efectivo de cerca de 5.000 homens, a que estiveram presentes o Chefe do Estado, Presidentes da Assembleia Nacional e Camara Corporativa e vários membros do Governo; as comemorações realizadas em várias cidades de Moçambique, com destaque para a parada e desfile de Lourenço Marques; e as realizadas em Luanda e noutras cidades do Ultramar.

Nas intervenções dos vários oradores que se pronunciaram nas diversas ocasiões foi dado realce à acção militar desenvolvida por Mouzinho em Moçambique; à sua actividade e aos seus projectos como administrador; à sua personalidade e invulgares qualidades militares e cívicas; e aos seus escritos que denunciam a sua cultura, a frontalidade, o sentido pedagógico, o culto dos valores pátrios.

A sua figura foi comparada com a de outros obreiros de outros impérios coloniais, como Robert Clive (que fez nascer a Índia Inglesa, apesar da supremacia francesa que então existia naquela região do globo) Gallieni e Lyautey, responsáveis pelas possessões francesas do Tonkim, Madagascar e, mais tarde, do protectorado de Marrocos. Vive-se o ano de 1955. É o natural enaltecimento do Herói e da figura destacada do nosso Império.

Há dez anos, na conferência de S. Francisco firmara-se a carta das Nações Unidas que, no seu Capítulo XI, consagra uma série de artigos aos territórios que se não governam por si próprios.

Durante o último decénio o poder mundial vai-se definindo num sistema bipolar em que as duas superpotências pretendem tutelar todo o mundo. Por isso, nunca mais serão permitidas as aventuras e sonhos

européus, como foi demonstrado no ano seguinte, em 1956, quando a operação anglo-francesa no Suez foi mandada parar. Em Abril de 1955 realiza-se a Conferência de Bandung que proclama a luta contra o colonialismo.

Com estas tendências a nível mundial, Nehru, em 1949, afirmava que Goa era parte da União Indiana e a ela deveria regressar; em 1951 é revogado o Alto Colonial e em 1953 é publicada a nova Lei Orgânica do Ultramar, pela qual a Metrópole e as Províncias Ultramarinas formam um todo único; em 1954, devido a bloqueio instituído pela União Indiana, aumentam os incidentes da fronteira e em 15 de Agosto, enquanto não foi reocupada por uma força policial portuguesa, a bandeira indiana foi hasteada no Posto da Tiracol.

O ambiente internacional vai-se tornando cada vez mais desfavorável e hostil à continuação do Império Português.

### HOJE

Em 1897 foi aqui condecorado o Herói de Chaimite e da campanha de Gaza. Portugal opunha-se à tendência expansionista das potências europeias, procurava confirmar os seus direitos históricos e estavam bem presentes na memória de todos o desprestígio para a monarquia e para as instituições políticas, a humilhação e o traumatismo causados pelo ultimato. Bem significativas e naturais são, pois, a sessão com a presença do Rei e o acolhimento popular feito a Mouzinho em todo o País.

Em 1955, centenário do seu nascimento, sopravam os ventos da descolonização e contrariando a política das duas superpotências do mundo bipolar da altura, em alargar as suas áreas de influência para vastas regiões do globo, nomeadamente em África, Portugal defendia a tese da singularidade do seu Império em relação aos outros impérios coloniais europeus que se desmoronavam. Assim, bem significativa e lógica é a sessão aqui realizada, com a presença do Chefe do Estado, de homenagem àquele que consolidou a nossa presença em Moçambique, bem como as múltiplas réplicas que se sucederam, ainda aqui na Sociedade de Geografia e em todo o território Metropolitano e Ultramarino.

Hoje em 2002, mais uma vez na Sociedade de Geografia, lembramos Mouzinho no centenário da sua morte. Mas, entrados num novo milénio, quase completamente esquecido o ultimato, desaparecida a monarquia, extinto o Império, cabe perguntar o que fazemos aqui? Estaremos apenas, na senda do Poeta, “da lei da morte libertando” Mouzinho?

Apesar das alterações políticas que sucederam em Portugal desde 1897; apesar da amputação verificada naquilo que se considerava ser o território nacional, que voltou a estar confinado às fronteiras de quinhentos; apesar da grande viragem na nossa política externa, que só há pouco venceu a “tibetização” da Península (curiosa expressão de Ortega y Gasset para definir a situação de isolamento dos Estados peninsulares após a Reforma) voltando-se decisivamente para a Europa; apesar de tudo isto e mesmo que não houvesse outras razões, o centenário da morte de um grande soldado, de um grande português, de um herói nacional, parece-me razão suficiente para esta homenagem. Mal vão os povos que não lembram os seus heróis, porque estando a caminho de esquecer a sua História, perderão em breve a sua identidade.

Decorridos 100 anos sobre a sua morte, por ter posto termo à vida em 08 de Janeiro de 1902, lembramos hoje, novamente, Mouzinho.

A ruptura abrupta com uma vida preenchida e de glória, num homem da sua dimensão, tem levado muitos a tentar explicar este fim insólito, que mais enigmático se tornou, por Júlio Dantas ter inventado que se encontrava caído aos pés do seu cadáver uma “brochura amarela em cuja capa se liam as palavras: Cruel Engima”<sup>2</sup>, título de um romance de Paul Bourget.

Uns dizem que ele era um homem de outra época e que por isso recusou viver mais tempo na sua época. Outros propõem que, apesar das suas excepcionais qualidades, ele era possuído de uma grande tristeza e de uma relação particular com a morte. Esta relação levava-o por mais de uma vez a lamentar que ela lhe não tivesse batido à

<sup>2</sup> JÚLIO DANTAS, in Revista da Cavalaria Nºs 5 e 6, de 1955, e no “Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque”, de 1955, Pag 211 e seguintes.

porta durante as campanhas de Moçambique. Assistindo ao enterro dos caídos em Coolela afirmou “ter inveja dos mortos” e, mais tarde, referindo o final da campanha de Gaza, dizia ter pena que a bala que ferira Vieira da Rocha, seu ajudante, lhe não tivesse acertado na cabeça.

Outros, ainda, dizem que ele não conseguia viver no ambiente político da época e com a intriga que o rodeava e sufocava na corte. De facto, D.Carlos escolhera-o para perceptor e aio do Príncipe Real porque, como afirmou a Luciano de Castro, Presidente do Conselho de Ministros, “Não posso pôr diante dos olhos do meu filho nem mais valentia, nem mais amor ao seu Rei, nem mais lealdade à Pátria”, e um ano mais tarde nomeava-o, também, seu Ajudante de Campo. Mas não obstante estas distinções, Mouzinho confessava ao Conde de Arnoso, seu amigo, que se sentia “como um eunuco no serralho”.

Apareceu também quem tentasse encontrar uma explicação para a sua morte no facto de, não tendo esperança de voltar à acção, não desejar sobreviver à sua própria glória. Para Júlio Dantas ele era grande de mais para caber na sociedade portuguesa de então e “embora a lealdade desse chevalier sans peur et sans reproche estivesse acima de todas as dúvidas, temiam-no”.

Provavelmente nunca saberemos as causas daquela decisão, mas assim como no início mostrei a minha reserva em devassar a sua vida, também não desejo fazer conjecturas sobre uma decisão tão pessoal e definitiva como aquela que o levou à morte. Mas quero lembrar aqui, pela sua beleza e interesse, um trecho do diário íntimo da Rainha D.Amelia, que dá conta da sua tristeza por aquele fim.

*“Il y a des douleurs intimes, celles qu'une reine ne confie jamais lorsqu'elle fait son devoir d'État, mais qu'une femme peut avouer quand elle parvient au soir de sa vie. Parmi tant de deuils, il en est un que j'ai porté secrètement jusqu'à aujourd'hui.*

*Voici près d'un demi-siècle que Joaquim Augusto Mouzinho d'Albuquerque a mis fin à ses jours, le 8 janvier 1902, très exactement. Comme tous les Portugais, j'admire ce magnifique officier de cavalerie qui avait*

<sup>3</sup>.. 7 novembre 1895.



été gouverneur royal du Mozambique et avait vaincu les rebelles de Gungunhana lors de la bataille décisive de Coolela<sup>3</sup>. Lorsque ce héros était revenu en Portugal, en 1897, nous l'avions attendu à l'Arsenal, Carlos, les enfants et moi. Il avait débarqué de la goélette royal comme un personnage de légende, tout auréolé de sa gloire, exactement comme ces chevaliers que je voyais, enfant, dans les livres d'images. Un cortège de cavaliers l'avait accompagné jusqu'à sa résidence, sous les acclamations frénétiques d'une foule immense: l'infant dom Alfonso chevauchait à sa droite, le général Queiros à sa gauche.

Je revis notre héros national lorsque le roi lui remit la médaille de Valor Militar à la Société de Géographie, après avoir rappelé ses titres de gloire. Puis il partit. D'abord pour sillonner le pays, car tous les Portugais voulaient le voir, puis à l'étranger pour des missions diplomatiques en France et en Allemagne qui lui donnèrent, m'a-t-on dit, de très vives satisfactions personnelles. Peu après avoir repris ses fonctions de gouverneur royal au Mozambique, il démissionna et revint parmi nous. Le roi en fit son aide de camp et le désigna comme précepteur de mon petit Louis. C'est dire si nous

nous rencontrions souvent. Une amitié confiante naquit entre nous, et elle fut d'autant plus profonde que nous étions tous deux en butte aux intrigues de la cour et aux chausse-trapes politiques. Certains l'accusaient de vouloir devenir dictateur, d'autres tentaient de l'entraîner dans une combinaison politique avec João Franco.

Joaquim Augusto était trop intelligent pour ne pas souffrir des campagnes politiques menées contre lui, et trop militaire pour supporter les fadaïses et les petites jalousies de la cour. Il me contait ses tourments. Je tentais de le rassurer tout en lui disant pourquoi je pouvais si bien le comprendre. Nous parlions de l'éducation du Petit, qu'il aimait tendrement. Nous faisons aussi de longues promenades à cheval, sans prononcer la moindre parole, mais dans la communion de nos âmes. Son respect de gentilhomme laissait parfois transparaître une pointe de tendresse. Mon estime se nuançait d'affection.

Je crois bien que, dans la solitude de la tapada, nous avons eu l'un pour l'autre des tentations. Le jour où l'on vint me dire qu'il s'était tiré une balle dans la tête, ce fut un effondrement intime d'autant plus atroce que je n'en pouvais rien laisser paraître. J'attendis le creux de la nuit pour pleurer.

Mon chagrin n'a jamais cessé, et s'y ajoute le tourment de ne pas comprendre. Pourquoi Joachim s'est-il suicidé, au faite de la gloire, protégé par le roi, aimé de la reine? Je ne crois pas à l'acte d'un romantique, malgré les liens qu'il entretenait avec les écrivains portugais qui se désignaient comme des "vaincus de la vie". Peut-être éprouvait-il du dégoût pour le milieu des politiciens, et je sais qu'il ne supportait pas les campagnes de médisances qui faisaient de lui mon amant. Longtemps j'ai tenté de masquer la cruelle vérité. Je crois comprendre en cet instant que Joachim s'est tué pour nous éviter ce que la rumeur tenait pour avéré, et qui eût été contraire à mon honneur. Il m'a sauvé de moi-même, car je ne peux jurer que j'aurais eu la force de résister. Dans son infinie miséricorde, Dieu lui

<sup>3</sup> BERN, Stéphan, in "Moi, Amélie, dernière Reine de Portugal", Editions Denoël, 1997, Pag 317 e seguintes.

*pardonna son sacrifice*."

Este documento pode ajudar ou dificultar a explicar o mistério que envolve o seu suicídio. Mas mais importante do que encontrar uma explicação para o que provavelmente não é explicável, é procurar ver na sua acção heróica em Moçambique, no ambiente da época, na política de então, na sua personalidade, elementos que mereçam a nossa reflexão.

O primeiro é o de que Mouzinho é, pela sua acção na definição das fronteiras de Moçambique, um destacado obreiro da presença de Portugal no Mundo. Trabalho de muitos ao longo de cinco séculos, uns fizeram-no com a sua coragem e de armas na mão; outros com a sua presença, o seu labor, as suas virtudes e os seus erros, mas com a "plasticidade amorável" (como lhe chamou Jaime Cortesão) que nos caracteriza; outros ainda, com os objectivos do interesse, do lucro, do grão da pimenta; e outros plantando o grão de mostarda da fé, com resultados que ainda hoje nos emocionam, como sucedeu quando dos acontecimentos do cemitério de Santa Cruz, que estão na origem da alteração histórica que se está a verificar em Timor; todos, enfim, pelo ensino ou simplesmente o uso do veículo de comunicação que chegou a ser linguagem comercial no Oriente e que, implantada em todo o mundo, resume a Pátria de Fernando Pessoa - a Língua Portuguesa.

Apesar dos naturais traumas resultantes da Guerra de África, dos anos 60 e 70, que as actuais gerações mais velhas ainda viveram, com tudo o que de trágico tem sempre uma guerra, existe hoje um entendimento, uma compreensão e uma relação entre os povos que falam português, que vai muito para além dos tratos políticos que têm sido feitos. Há, como numa família, além do conhecimento das virtudes e fraquezas de cada um, uma empatia e um crédito de afecto, que os outros povos europeus desconhecem e têm dificuldade em entender. Este legado, que é um bem que pode ser potenciado com interesse para todos, tem os seus alicerces no Império que desapareceu e na língua que prevalece. Mas é, também, em grande parte devido à maneira de ser do povo português, provavelmente resultante do cadinho étnico que foi esta finisterra europeia, hoje

Portugal; e à diáspora dos portugueses desde as descobertas ao nosso tempo. Este primeiro ponto é um assunto que merece uma grande atenção e um aprofundamento permanente.

A segunda razão é a de que o ultimato, grandemente responsável pela forma como Portugal admirou e recebeu o Herói das Campanhas de Moçambique, não deve ser esquecido. E ao dizer isto não falo já do facto de o ultimato ter partido da nossa velha aliada, porque já Fernão Lopes se queixava que no tempo de D. Fernando os ingleses, no nosso país, mais pareciam inimigos do que amigos; digo, sim, que o ultimato não deve ser esquecido pelas lições que dele devemos tirar.

Nos anos que precederam o ultimato (e sucede quase sempre assim, em Portugal, quando a ameaça não é eminente ou é de difícil percepção) não se cuidou devidamente da constituição, apetrechamento e operacionalidade das nossas Forças Armadas. A ideia que Oliveira Martins tem do nosso exército, a meio do século XIX, é a de que, "educado largos anos na tradição dos pronunciamentos, o exército era, portanto, como uma prolação dos partidos: uma parte armada das clientelas. Vê-se que desordem isto produziria. A parcialidade vencedora dispunha em proveito próprio do material de guerra: soldados, espingardas, canhões, etc, expulsando os oficiais hostis para o quadro da inactividade"... "com a exaltação de Costa Cabral, as coisas tinham chegado ao ponto de os coronéis pedirem aos oficiais arregimentados palavra de honra de se não bandearem, e os oficiais davam-na e faltavam por dinheiro que recebiam, e quando a não davam eram riscados do efectivo."<sup>3</sup> Eça, na década de 70, em "Uma Campanha Alegre", é certo, faz uma caricatura das nossas forças militares e do seus orçamentos. Quanto à marinha de guerra, a propósito da notícia que correu de a China ter intimado Portugal a sair de Macau, dando origem a que "o orgulho nacional da Rua dos Retroseiros parecesse profundamente ferido", dizia "... nós só temos marinha pelo motivo de termos colónias e justamente as

<sup>3</sup> OLIVEIRA, MARTINS, in "Portugal Contemporâneo", Vol II, pag 176 e 177, Lello & Irmão - Editores, 1981

nossas colónias não prosperam porque não temos marinha"... "a D. João tem 50 anos... o seu maior desejo é aposentar-se como barca de banhos. A Pedro Nunes está em tal estado, que, vendida, dá uma soma que o pudor nos impede de escrever... A Mindelo deita-se... os oficiais da marinha que embarcam nesse vaso fazem disposições finais... A Napier saiu um dia para uma possessão. Conseguiu lá chegar. Mas exausta não quis, não pode voltar. Pediu-se-lhe, lembrou-se-lhe a honra nacional, citou-se-lhe Camões, o Sr. Melício, todas as nossas glórias. A Napier insensível, como morta, não se mexeu"... "Têm um único mérito estes navios perante a agressão estrangeira: impor pelo respeito da idade. Quem ousaria atacar as cãs destes velhos?"

Quanto ao exército dizia: "A primeira utilidade de um exército é que se bata. O nosso exército não se pode bater. Pelo número dos seus soldados (batalhões incompletos, quadros rareados)"... "O seu armamento é inteiramente ineficaz... As espingardas... quando não rebentam, o seu alcance é humanitário"... "o nosso exército só poderia alcançar o inimigo correndo atrás dele: mas para isso faltam-lhe sapatos!"... "Os regimentos não têm instrução. Não têm o hábito do acampamento, da fadiga, das marchas... A disciplina está relaxada... Não existe espírito militar, brio de quartel, amor da arma... o soldado... é um combatente que procura sofrer a farda cinco anos - o mais alegremente possível."

Quanto ao orçamento diz "...Não temos marinha. Todavia a nossa marinha, ausente dos mares, sulca profundamente o orçamento. Custa 1.159 contos de reis". E acrescenta "O exército em Portugal é inútil para a guerra; inútil para policiar; inútil para reprimir uma revolta. Para que serve? Para gastar 4.000 contos" de reis.<sup>6</sup>

Descontando a acidez de Oliveira Martins, particularmente em tudo o que sucede no período que ele entende ser o da nossa decadência, que vinha já de tempos recuados; tendo em conta a ironia farpeante e revolucionária do Eça de então, que tomara

o riso por filosofia, para zurrir os políticos e pintar sem piedade um retrato de Portugal; tendo em atenção que nas últimas décadas antes do ultimato surgiram alguns quadros militares bem preparados e algumas medidas para o reapetrechamento - não devemos estar longe da verdade se dissermos que as forças armadas em 1890 não estavam em condições de cumprir as missões que lhes competiam. É sintomático que, na onda de revolta e histeria que o ultimato produziu, se tenha lançado uma subscrição nacional para a compra de navios de guerra! É a manifestação clara daquilo que se descurou. Mas pior de que não poderem, por si só, garantir a defesa do País, o poder político não dizia claramente o que pretendia delas, nem as organizava e dotava com os meios que permitissem cumprir as missões pretendidas.

Admitindo a hipótese que nem nós, nem nenhum outro país, tem capacidade de por si só responder a todas as ameaças que se possam configurar, é absolutamente necessário que o poder político tenha a coragem de dizer quais são os cenários em que prevê utilizar o braço armado, finalidades de intervenção e níveis de empenhamento, para poder visualizar, nas outras situações, a utilização dos outros vectores estratégicos; para que a instituição militar adquira o tamanho, a organização e os meios imprescindíveis para agir nos cenários considerados; e para que a direcção política e estratégica, ao mais alto nível, possa planear e gerir a utilização das várias estratégias. Se tal tem sido feito, não teria havido ultimato, porque não se teriam realizado acções que o suscitasse, ou porque o acompanhamento diplomático o não teria permitido, ou porque haveria uma força (nossa ou aliada) que o desencorajasse.

A política em relação às forças armadas não pode ser nunca a de olhar para elas, esperando que mirrem, para assim se diminuir a despesa pública. Há uma relação meios-fins, princípio fundamental da estratégia, que pela sua evidência não pode ser desconhecido, mas que inexplicavelmente não era nem é normalmente praticado em Portugal. E custa-nos pensar que isso se possa dever ao risco e à responsabilidade que o poder político assume quando decide quais os cenários em que pensa poder vir a ser utilizado o aparelho de força, porque

assumir riscos e responsabilidades é aquilo que distingue o carácter nobre da Política (com P maiúsculo) da pequena política.

O terceiro ponto é a ideia que Mouzinho tem sobre a Instituição Militar e a vida militar, o seu amor à Pátria, a sua devoção ao exército e o orgulho que tem em nele servir, o enaltecimento que faz das virtudes militares. A sua carta ao Príncipe Real dá-nos conta de tudo isto.

Ao referir a sua nomeação diz que: "Ao escolher-me para vosso Aio disse-me El-Rei: "Faze dele um Homem e lembra-te que há-de ser Rei"... "Nesta época de dissolução, em que tão afrouxados estão os laços da disciplina, entendeu Sua Majestade que Portugal precisava mais do que tudo de quem tivesse vontade firme para mandar, força para se fazer obedecer. E como ninguém pode ensinar o que não sabe, o que não tem praticado, vai El-Rei procurar o vosso Aio à classe única em que se encontra quem obedeça sem reticências e mande sem hesitações."... "Foi sua Majestade buscar-me às fileiras do exército."

Referindo a sua experiência em África, diz: "...Alguma coisa sofremos, é certo; corremos perigos, passámos fomes e sêdes e a não poucos prostavam em terra para sempre as fadigas e as doenças. Tudo suportámos de boa mente porque servíamos El-Rei e a Pátria e para outra coisa não anda neste mundo quem tem a honra de vestir uma farda. Por isso nós também merecemos o nome de soldados; é esse o nosso maior orgulho".

Sobre as vitórias alcançadas responsabiliza o soldado português quando diz: "A que devemos este resultado? A que no homem do povo em Portugal ainda se encontram as qualidades do soldado: a resignação, a coragem fria, a disciplina, a confiança nos superiores e, mais que tudo, a subordinação"... que "...É a primeira dentre as virtudes militares. Já a tenho visto alcunhar de renúncia de vontade. Ora ninguém como o soldado carece de força de vontade porque mais que em coisa alguma se demonstra ela na prática da obediência. Renunciar ao capricho, ao egoísmo, à indolência, a tudo quanto o vulgar dos homens mais aprecia e estima, ter por único fim o servir bem, por único enlevo a glória, por único móvel a honra e a dignidade não é

renúncia de vontade".

Lembrando que o Príncipe virá a ser Rei, diz-lhe:

"Para semelhante posto só pode ir quem tenha alma de soldado. Porque soldado não é arrastar a espada, passar revistas, comandar exercícios, deslumbrar as multidões com os doirados da farda. Ser soldado é dedicar-se por completo à causa pública e trabalhar para os outros. E para se convencer olhe Vossa Alteza para o soldado em campanha. Porventura vê-o só a marchar e a combater? Cava trincheiras, levanta parapetos, barracas e quartéis, atrela-se às viaturas, remenda a farda, cozinha o rancho e o que tem de seu trá-lo às costas, na mochila. Desde os mesteres mais humildes até ao mais sublime, avançar cara alegre direito à morte, tudo faz porque todo o trabalho despido de interesses pessoal entra nos deveres da profissão. Trabalho gratuito sempre porque o vencimento do militar, seja pré, soldo ou lista civil, nunca é a remuneração do serviço, por não haver dinheiro que pague o sacrifício da vida.

É assim que, por mais que espíritos desorientados tenham querido obliterar as tradições de honra do exército, a profissão entre todas nobre, foi, é e há-de ser sempre a militar porque nela se envolve tudo que exige a anulação do interesse individual perante o da colectividade."

Nestas admiráveis passagens da conhecida carta, que procurei interromper o menos possível, a nossa admiração vai logo para o facto de não se tratar de uma peça de retórica, mas resultar do "saber de experiência feito", pois quase tudo se encontra já nos relatórios das campanhas, não neste tom apologético e pedagógico, mas nas linhas e entrelinhas que narram factualmente os acontecimentos. Não se trata portanto de uma prosa estudada ou imaginada, mas de ideias ancoradas na acção, nos sacrifícios, nas emoções, nos sentimentos e na vivência de Mouzinho e dos seus subordinados das campanhas de Moçambique.

O segundo elemento que julgamos dever destacar nesta carta é o do amor à Pátria que se lê e se respira em toda ela. A frase "Tudo suportámos de boa mente porque servíamos El-Rei e a Pátria" merece ainda a nossa atenção. Não porque não se vibre hoje

<sup>6</sup> EÇA DE QUEIROZ, *Uma Campanha Alegre in "Obras de Eça de Queiroz", II Vol, Lello & Irmão - Editores.*

com o País, no futebol, no atletismo, ou com a humilhação de estarmos na cauda da Europa em alguns indicadores. Vibra-se, espera-se, desespera-se, mas tudo isso é epidérmico. Do que a carta fala é de patriotismo, mesmo; aquele que leva a suportar tudo de “boa mente”.

Quando se conhecem as vulnerabilidades das democracias, a acção fracturante do aumento simultâneo da permissividade e da intolerância, e porque a Pátria está de certo modo contida nos limites geográficos do Estado, poderemos dizer como Cunha Leal o fez há anos, temos “a Pátria em perigo”, principalmente por desconhecermos para onde vai. Com efeito, apesar de o Estado Soberano continuar a ser a unidade fundamental do sistema político internacional, a soberania que era do Estado está a migrar para o mundo, função da evolução do direito internacional; para a Europa, com o desenvolvimento da União Europeia; e até para regiões dentro do próprio Estado. Com esta migração da soberania, há uma certa oscilação do poder, alteração das fronteiras, variação dos deveres e dos direitos, das lealdades, da cidadania. Há pois que clarificar quais são mesmo os nossos interesses, o que é aquilo por que teremos que nos sacrificar, e definir qual é o “santuário”, pelo qual poderemos ter que morrer. É que este “santuário”, provavelmente, deixará de ser definido apenas pelo nosso espaço geográfico, podendo englobar, também, conceitos e princípios.

Também na carta, é dado destaque à instituição militar, ao amor e ao orgulho de ser militar e servir no exército, o que, sendo obviamente um bálsamo para aqueles que nele servem, contém elementos importantes para a compreensão da instituição e da sua razão de existir. E são importantes porque, nos nossos dias, por um diletantismo intelectual à margem da realidade; por pacifismos utópicos; por ignorância ou por comodismo; por um individualismo muito generalizado; pela permanente lembrança dos direitos e pelo esquecimento dos deveres; por simples demagogia - raros são aqueles que têm consciência da imprescindibilidade da instituição militar e dos valores que a enformam e muitos os que nela vêm, apenas, uma fonte de

despesa.

A vontade de servir, o apego ao dever e o espírito de missão, com o conseqüente apagamento dos interesses individuais face à importância do bem-comum, parecendo deslocado numa época em que prevalece o egoísmo e os ídolos materiais, terão que continuar a ser apanágio dos exércitos, por neles residir o essencial da vontade que garante o cumprimento das missões, quaisquer que sejam os sacrifícios.

Finalmente, Mouzinho, nesta sua carta, que tem um conteúdo fortemente pedagógico, diz-nos que há referências, como a História e a Pátria, e valores que são essenciais para a instituição militar como zeladora, em última instância, da sobrevivência da Pátria, que devem ser aprendidos e respeitados por quem venha a ter o Poder. As suas palavras vão para o Príncipe, que ele fora encarregado de educar; mas, porque vivemos hoje numa democracia, em que o Poder não reside mais no Príncipe, mas nos cidadãos, elas são dirigidas a todos nós e, particularmente, aqueles que foram escolhidos para exercer o poder.

Nos nossos dias e tendo em consideração:

Que o aparecimento de referências transnacionais, com a subtração de elementos de soberania que até aqui pertenciam ao Estado Soberano, causa mobilidade e alguma perturbação no conceito de cidadania;

Que o direito que os cidadãos têm de ser defendidos obriga-os a deveres com a defesa, que podem ir até à participação directa na defesa militar;

Que os deveres e o direito de defesa que vinculam o cidadão, exigem que este conheça as necessidades da defesa e os seus principais problemas;

Que a falta de consenso político, sobre as opções para a defesa, faz com que a argumentação partidária não esclareça as pessoas sobre aquilo que é fundamental para o exercício da mesma;

Que a comunicação social, por interesses que se sobrepõem ao dever de informar, também confunde as pessoas no que se refere aos assuntos de defesa;

E porque sem cidade não há cidadania e sem defesa não há cidade;

a cultura de defesa deve fazer parte da cultura da cidadania; tem que ser dada na escola e na família; e tem que incluir a valorização das nossas referências colectivas, como a Pátria, a Língua, os Costumes, a História e o Património.

Nesta óptica, Mouzinho surge como parte desse Património e como um precursor da formação de cidadania. Por isto, também, é justo lembrarmos dele no centenário da sua morte.

## BIBLIOGRAFIA

BERN, Stéphan, “Moi, Amélie, dernière Reine de Portugal”, Editions Denoël, 1997

CARVALHO, António Ribeiro de, “As Campanhas Ultramarinas de Gomes da Costa, 2ª Edição, 1957

“Ecos do Centenário de Mouzinho” da Comissão Nacional para as Comemorações, recolhidas por Filipe Gastão de Almeida de Eça, 1958

“Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque”, 1955

MARCELO CAETANO, “Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos”, 1963, Edições Ática

“Mouzinho de Albuquerque, Vol I, 1935, Divisão de Publicações e Biblioteca da Agência Geral das Colónias

“Mouzinho de Albuquerque”, Vol II, 1934, Divisão de Publicações e Biblioteca da Agência Geral das Colónias

NUNES, Cor J. Lúcio, “Mouzinho de Albuquerque, Herói de África”, Edição Álvaro Pinto, 1955

“Revista da Cavalaria”, Out/Dez, 1955



# LUCUBRAÇÃO SOBRE A AVIAÇÃO DO EXÉRCITO

## INTRODUÇÃO

A constante disputa, registada ao longo de toda a história, entre o projectil e a couraça, o poder de choque e a mobilidade, verificou-se desde o primeiro guerreiro apeado, que mais tarde recorreu ao cavalo e a carros de tracção animal, aproveitou a progressiva motorização dos meios bélicos até aos modernos carros de combate, fez uso das sucessivamente maiores e melhores capacidades da artilharia, dos sistemas de comunicações, meios de preparação do terreno e de sustentação das forças, sempre na procura de atingir a vitória, tem o seu corolário no emprego militar do helicóptero.

Esta constatação revela que o homem tem procurado obter, desde sempre, vantagens decisivas sobre os seus adversários, através da utilização das inovações tecnológicas e de grande capacidade imaginativa na forma de as empregar na guerra.

Sendo certo que só as forças terrestres podem garantir a posse do terreno, materializando a conquista dos objectivos, é fundamental que se empreguem todos os meios disponíveis de forma articulada para se atingir a vitória. Em última instância, todos os vectores envolvidos num conflito, devem conjugar-se para garantir a posse de um dado espaço e estar subordinados a esse objectivo. A procura das melhores soluções organizativas para a condução da guerra, traduziu-se na necessidade de especialização, que deu origem aos diversos Ramos das Forças Armadas e às Armas, Serviços e Especialidades dentro do próprio Exército.

É neste contexto que aparece a Aviação do Exército, inicialmente com balões de observação, depois com meios aéreos de fraca capacidade de fogo mas com elevada capacidade de reconhecimento e, actual-

mente, com helicópteros, capazes de integrar a manobra terrestre e preencher a terceira dimensão do campo de batalha.

No início do seu emprego militar, foram usados em acções secundárias no campo de batalha, nomeadamente no âmbito da evacuação sanitária e no transporte de pessoal e material. Posteriormente, especialmente na guerra do Vietname e mais tarde no Médio Oriente, passaram a ser utilizados como Unidades de Helicópteros, designadamente em missões de reconhecimento e de ataque, tendo desempenhado um papel decisivo na manobra terrestre. Organizaram-se assim, em Unidades de Cavalaria do Ar, já não dentro do conceito de apoio às forças terrestres, mas sim como elementos de manobra dessas mesmas forças.

É assim que, perante a imprevisibilidade das novas ameaças, a variedade dos cenários de intervenção e a permanente evolução tecnológica que se verifica nos novos sistemas de armas, é muito provável que se venha a verificar um emprego cada vez mais generalizado de unidades de helicópteros na manobra terrestre.

## BREVE HISTORIAL DA AVIAÇÃO NO EXÉRCITO PORTUGUÊS

A generalidade dos exércitos nossos aliados da OTAN, incluem na sua organização uma componente aérea constituída exclusivamente por helicópteros ou por um misto de aeronaves de asa rotativa e fixa.

No nosso Exército a ideia de constituir uma "Aviação do Exército" não é nova. Razões de ordem interna e de satisfação de compromissos internacionais decorrentes das Instituições que Portugal integra, não permitiam adiar a inclusão do elemento que permite explorar a terceira dimensão do campo de batalha.

Já em 1950, após ter sido designado Ministro do Exército, o General Adolfo do Amaral Abranches Pinto, que havia desempenhado as funções de Adido Militar e Aeronáutico junto da nossa Embaixada em

Washington e que havia trazido consigo a ideia de criar uma Aviação Ligeira do Exército, tentou concretizá-la a uma escala compatível com o nosso potencial militar.

Assim, em 1952 são enviados aos EUA, para obter formação em pilotagem, os alferes Belchior Vieira e Pacheco Rodrigues e os tenentes Lopes Cerqueira e Azevedo Coutinho. Apenas os alferes Pacheco Rodrigues e Belchior Vieira conseguem, em 1953, obter a qualificação de pilotos pela Escola de Aviação do Exército dos EUA. No entanto, em vez de se terem tornado nos primeiros pilotos do Exército Português, apenas conseguiram ser os primeiros oficiais do Exército a obter a qualificação de piloto. Somente em 1982, após longos anos de abandono deste projecto, o então General CEME, reabilita este velho desiderato, nomeando um grupo de trabalho para estudar a criação de uma Unidade de Aviação do Exército, atribuindo essa missão à Arma de Cavalaria.

Os estudos desenvolvidos ao longo de cerca de dez anos, permitiram que, em 1991, o Conselho Superior de Defesa Nacional, aprovasse um Sistema de Forças de Médio Prazo que incluía a existência de um Grupo de Aviação Ligeira Exército, tendo sido possível inscrever na 2ª Lei de Programação Militar o respectivo programa de levantamento.

O Grupo de Aviação Ligeira do Exército, foi incluído, em 1993, nas unidades a criar, sendo estabelecida a sua localização em Tancos, nas instalações da extinta Base Aérea nº3.

Em Junho de 1997, foi criada a Comissão Instaladora do Grupo de Aviação Ligeira do Exército na dependência do General VCEME.

A 8 de Janeiro de 1998, o Conselho Superior de Defesa Nacional confirma a composição do Sistema de Forças, em cuja componente terrestre já se inclui o GALE, pelo que, logo em Fevereiro é lançado o concurso de aquisição das aeronaves.

Em 1998 é aprovado, por despacho do General CEME, o Quadro Orgânico de Pessoal do Grupo de Aviação do Exército e, em 1999, é celebrado, com a Eurocopter, o contracto de aquisição de 9 helicópteros EC-635 para equipar o Esquadrão de Helicópteros Ligeiros.

Finalmente, a 1 de Junho de 2000, em cerimónia pública presidida pelo General Chefe do Estado Maior do Exército, foi constituída a primeira Unidade de Aviação do Exército Português, o Grupo de Aviação Ligeira do Exército na sua dependência hierárquica, operacional do Comando Operacional das Forças Terrestres, logística do Comando da Logística, administrativa do Centro de Finanças Geral e no âmbito da justiça e disciplina da Região Militar Sul.

## ESTRATÉGIAS OPERACIONAL E ESTRUTURAL DO EXÉRCITO

De acordo com a definição do Comando do Exército, no que concerne às Estratégias Operacional e Estrutural, está explícito que:

- No âmbito da Estratégia Operacional que informa o pensamento Estratégico das últimas décadas e porque a tecnologia tornou disponível um meio particularmente apto para o combate terrestre - o helicóptero - tem sido entendido que a componente terrestre das Forças Armadas não pode dispensar o concurso deste meio, porque através dele obtém uma crescente capacidade de reconhecimento, de fogo, de combate, de comando e controle e de transporte, particularmente importante para o desenvolvimento e eficácia das operações táticas.

- No âmbito da Estratégia Estrutural, porque actuando estes meios a cotas ligeiramente superiores às dos restantes meios das Unidades do Exército, em perfeita sintonia e sincronia com as mesmas e com idêntica doutrina geral de emprego, rapidamente se concluiu que a sua actuação não deveria decorrer de unidades de diferentes Ramos, já que a "intimidade" com as restantes unidades do Exército requer a sua total integração na componente da manobra terrestre, solução que, pela sua lógica, tem tido uma aceitação generalizada nas Forças Armadas dos Países Aliados. Esta relação só é possível atingir quando o pessoal que opera os Helicópteros tiver formação no Exército, tiver treino de combate terrestre nos diversos tipos de Unidades Operacionais das Forças Terrestres; em suma, porque possui e compreende a mentalidade do combatente no terreno, porque é um deles.

*TCor Cav Oliveira Duarte é o 2º Comandante do Grupo de Aviação Ligeira do Exército.*

## INSERÇÃO DOUTRINÁRIA DO GALE NAS MISSÕES DO EXÉRCITO

Definidas, deste modo, as Estratégias Operacional e Estrutural do Exército Português, passámos a partilhar, conjuntamente com os Exércitos nossos parceiros, o sentimento de que a existência da Aviação do Exército, é um desiderato inquestionável para quem tem do moderno campo de batalha um entendimento multidimensional e considera o uso da terceira dimensão e da mobilidade vertical factores determinantes para o sucesso das operações terrestres.

Esta Unidade, que pode vir a ser empenhada como Elemento de Manobra - em missões de reconhecimento, segurança, ataque e apoio pelo fogo - como Elemento de Apoio de Combate - em missões de movimentos aéreos, C3 e guerra electrónica, apoio de fogos e lançamento aéreo de minas - e ainda como Elemento de Apoio de Serviços - em missões de Evacuação Sanitária e Transporte -, irá contribuir para que o Exército aumente a sua capacidade de vigilância e reconhecimento; adquira capacidade para desenvolver operações aeromóveis; aumente a sua capacidade de apoio de fogos, apoio de combate e apoio de serviços e melhore a sua capacidade de comando e controlo.

Contribuirá, indubitavelmente, para o aumento da capacidade de vigilância e controlo do Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente, num quadro internacional de ameaças e riscos indefinidos no espaço e no tempo, colaborando em missões que tenham lugar no espaço à responsabilidade das Forças Terrestres e proporcionando significativa capacidade de projecção de forças, dotadas de grande flexibilidade, com elevada mobilidade e capacidade de emprego modular, capazes de interoperar com forças e meios das alianças e organizações internacionais.

Será uma Unidade caracterizada por um elevado grau de prontidão, com grande mobilidade e flexibilidade, especialmente vocacionada para missões do tipo Operações de Resposta a Crises (CRO) - dentre estas, em missões de extracção de não combatentes -, que poderá disponibilizar meios, para satisfação dos compromissos assumidos, tanto em acções de guerra conven-

cional, como em operações de apoio à paz e para apoio à política externa do Estado.

Poderá ainda, resumidamente, ser empenhada no caso de agressão efectiva ou iminente por forças estrangeiras - acções no âmbito da defesa integrada do Território Nacional -, de grave ameaça ou perturbação da ordem constitucional democrática - acções no âmbito de movimentos aéreos - e de calamidade pública - com recurso à mobilidade e capacidade de transporte dos seus meios.

### O GRUPO DE AVIAÇÃO LIGEIRA DO EXÉRCITO

A execução de Operações Aero-Terrestres, de acordo com a doutrina de referência, impõe, à partida, o entendimento multidimensional do moderno campo de batalha, que é essencial para determinar como, onde e quando combater. Para vencer, é necessário articular e controlar o emprego dos meios aéreos e terrestres, fazendo uso da terceira dimensão do campo de batalha e da mobilidade vertical, porque só assim é possível explorar, em toda a sua plenitude, os factores de tempo e de espaço.

Uma Unidade de Aviação do Exército, atendendo à complexidade dos meios que utiliza e ao elevado custo de operação dos mesmos, tem que satisfazer os mais exigentes padrões de operacionalidade e requisitos de segurança que permitam rentabilizar os avultados investimentos requeridos para a sua sustentação.

#### A curto prazo

Acompanhando a actual tendência registada na esmagadora maioria dos exércitos, o GALE vai, numa primeira fase, ser equipado



com helicópteros multifuncionais que permitem dar adequada resposta às necessidades primárias das suas missões de força de manobra, de apoio de combate e apoio de

serviços e cumprir ainda outras de interesse público.

O helicóptero EC 635T1 é a aeronave que equipa o Esquadrão de Helicópteros Ligeiros que - tal como a esmagadora maioria dos helicópteros ligeiros em serviço nos Exércitos de todo o mundo - deriva duma versão civil, o EC 135 que voou pela primeira vez em Julho de

1996. É uma aeronave biturbina, fabricada pela Eurocopter (Alemanha e França), que tem capacidade para transportar 5 homens armados ou 2 macas e dois paramédicos.

As alterações mais significativas, introduzidas na versão militar portuguesa e a versão civil de que deriva, residem, fundamentalmente, no facto deste possuir a estrutura central reforçada para instalar os diversos sistemas de armas e permitir um maior peso máximo à descolagem e a sua cabine estar adaptada para a instalação de aviónica militar, aparelhos de pontaria e demais equipamentos necessários ao seu emprego operacional quer de dia quer de noite.

O EC-635 poderá ser equipado com metralhadora pesada 12,7 mm, canhão de 20 mm, rocket 70 mm e míssil anti-carro, empregues em diversas configurações de armamento possíveis, em que cada sistema de armas poderá ser montado em ambos os lados do helicóptero, com as opções rocket/canhão e rocket/metralhadora.

Esta aeronave que está essencialmente vocacionada para missões de reconhecimento, segurança e observação, pode também executar acções de ataque limitado, de evacuação sanitária e de infiltração e exfiltração de pequenos grupos de forças especiais.

#### A médio prazo

Para cumprir na plenitude as missões tácticas que lhe estão actualmente atribuídas, o GALE integrará em 2008, a componente de helicópteros médios, de modo a que, conjuntamente com os helicópteros ligeiros, poder utilizar uma organização modular para a concretização das acções de ataque limitado, reconhecimento, segurança, operações aeromóveis, comando e controlo e transporte.



A hipótese de aquisição helicópteros pesados nunca foi, pelo que acima foi referido, equacionada, uma vez que, no âmbito do cumprimento das tarefas da missão do GALE, apenas poderiam assegurar exclusivamente a componente transporte, componente esta que pode, obviamente, ser realizada por helicópteros médios multifuncionais, perfeitamente adequados ao cumprimento das restantes em que a imprescindibilidade de constituir módulos operacionais coerentes estará salvaguardada.

O helicóptero NH 90 TTH que será a aeronave que equipará o Esquadrão de Helicópteros Médios é também biturbina, tem capacidade para transportar 20 homens armados, 2,5 ton. de material ou 9 macas com 2 paramédicos e está vocacionado para a realização de operações aeromóveis, de transporte táctico e logístico, de evacuação sanitária. No futuro próximo, para operações SAR (SEARCH AND RESCUE: busca e salvamento) e CSAR (COMBAT SEARCH AND RESCUE: busca e salvamento em combate), dado que é uma aeronave com grande flexibilidade de emprego, manobrável e com capacidade de poder ser armada para auto protecção.

Com os recursos acima referidos, o GALE pode apoiar com meios aéreos o Comandante do Exército e/ou de uma Grande Unidade; participar em operações tácticas que envolvam helicópteros e em operações aeromóveis transportando uma Companhia numa só vaga, assegurando a manutenção orgânica e intermédia dos seus meios, para além de operar e manter as infra-estruturas aeronáuticas do Aeródromo Militar de Tancos e apoiar missões de interesse público. Todavia, não pode executar, simultaneamente, acções armadas, reconhecimento e

transporte e não pode assegurar a preparação de cargas aéreas.

### A longo prazo

O Exército Português está finalmente a levantar a Unidade de Aviação que havia tentado implementar, infelizmente sem êxito, à cerca de 50 anos. Estamos, por isso, com meio século de atraso relativamente aos nossos parceiros. Mas, mais que correr

atrás do tempo perdido com a única preocupação de atingir os padrões dos nossos pares, importa dar passos seguros para que eles possam vir a ser atingidos sem cometer erros, principalmente os que por eles foram cometidos no seu percurso de consolidação.

No entanto, para além deste aspecto particularmente importante, o GALE tem a obrigação de perspec-

tivar o seu futuro que passará necessariamente pela integração de uma subunidade de helicópteros de ataque, uma vez que o objectivo final do programa de Aviação Ligeira é dotar o Exército da componente vertical do combate terrestre, e esta só estará completa se possuir esta capacidade de se integrar na manobra de armas combinadas das Forças Terrestres.

Os helicópteros de ataque são especialmente vocacionados para destruir blindados, helicópteros adversos, unidades de apoio de fogos, órgãos de comando e pessoal instalado, para além de proporcionar protecção e apoio a forças amigas. São construídos de raiz com base numa arquitectura modular e possuem uma aviónica de base com equipa-

mentos específicos par o cumprimento das missões prioritárias, tais como piloto automático, sistemas de gestão da situação táctica, avançado de navegação e integrado de interface tripulação/helicóptero em que é comum um capacete "display" integrado com tudo o que pode afectar a utilização do helicóptero.

Em termos de armamento, estão equipados com sistemas de guerra electrónica, dete-

ctor de lançamento de mísseis, alerta radar e laser, lançamento de "chaffs" "flares", câmara térmica, telémetro laser e dispositivos com capacidade de combinar o uso de metralhadora, canhão, foguetes e mísseis.

Os helicópteros de ataque possuem ainda baixas assinaturas térmica e radar, garantida através da utilização de supressores e de tintas

com baixa emissão de infravermelhos, reduzido ruído do rotor, grande manobrabilidade e baixa vulnerabilidade com redundância de sistemas e motor, blindagem contra armas ligeiras, depósitos auto-selantes, transmissões com capacidade de operar a seco durante determinado período de tempo, protecção NBQ e EMP e grande resistência em caso de acidente.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além dos múltiplos e complexos desafios de ordem prática que se colocam quando da criação de uma Unidade nova, importa, antes de mais, definir-lhe com precisão e clareza quais os objectivos parcelares



e final a atingir ao longo do tempo e o modelo ou modelos a prosseguir para os alcançar.

No campo dos objectivos, considera-se ser de equacionar a possibilidade do GALE, num futuro mais longínquo, com esta ou outra denominação, - eventualmente Regimento de Aviação Ligeira do Exército, que parece mais consentânea com o tradicional modelo organizativo do Sistema de Forças do Exército Português - vir a integrar uma subunidade de helicópteros de ataque.

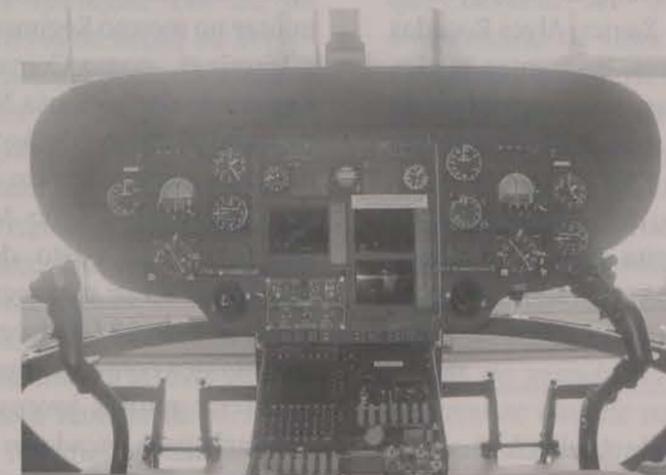
Não podemos descurar o futuro. Se bem que os helicópteros ligeiros desempenhem algumas missões quando armados, não são, nem nunca serão, um substituto dos helicópteros de ataque. Serão, quando muito uma adaptação, com perspectivas de emprego limitado e grau de letalidade reduzido, que devem ser só utilizados em missões de escolta, reconhecimento, observação, combate anti-carro e, em casos específicos de ataque limitado, em que se exija uma grau de segurança reduzido.

Podemos e devemos criar condições para que, a longo prazo e após termos uma "escola de helicópteros", poder integrar helicópteros de ataque, que conjuntamente com os ligeiros e os médios constituam o tridente da Unidade de Aviação do Exército imprescindível à realização de operações de ataque.

No que ao modelo a prosseguir diz respeito, importa referir que as Unidades de

helicópteros são, fundamentalmente, de dois tipos: Cavalaria do Ar dos EUA que sustentam a nossa doutrina de referência - cuja missão principal é complementar a missão das Unidades de Cavalaria terrestre, leia-se Reconhecimento e Segurança - e as de Aviação "Independentes" das Armas existentes que são frequentes nos Exércitos Europeus - com um leque muito mais alargado de missões, mas em que as da "Cavalaria" continuam a ser as primordiais. O caso Português, que não pode deixar de estar de acordo com o Regulamento de Campanha RC 130 - 1 Operações, deverá inscrever-se, na fase de implementação em que se encontra e por razões de ordem geopolítica, no modelo "Europeu" e, por razões de ordem técnico-táctica, no modelo dos EUA, assumindo então a designação de Cavalaria do Ar.

Independentemente do modelo final adoptado, as unidades fundamentais de reconhecimento deverão incluir subunidades de Cavalaria do Ar, ou vice versa, considerando que, para além do que já foi acima exposto, acresce o facto de que as missões que lhe são atribuídas serem, na sua esmagadora maioria, típicas das unidades de reconhecimento (não confundir com missões de exploração) com excepção das operações aeromóveis, transporte e evacuação, que também poderão, obviamente, ser cumpridas por estas.



Painel de Instrumentos do EC 635

## “NA CAVALARIA OS CAVALOS NÃO SÃO PARA CAIR”

ANTÓNIO JOSÉ DA CUNHA SALGADO  
CORONEL DE CAVALARIA  
(1823 - 1881)

Na história do Exército Português, são vários os militares estrangeiros, que serviram nas suas fileiras. Lippe, Mecklemburg, Schomberg, Bacon, Beresford, só para citar alguns dos nomes que mais permanecem na nossa memória.

Vieram, a pedido dos nossos reis, para nos ajudar contra exércitos invasores, ou para nos auxiliar nas várias reorganizações, que a Instituição Militar ciclicamente padece. Fizeram obra, deixaram documentação e publicações com a sua assinatura, e contribuíram, uns melhor outros menos bem, para a história gloriosa do Exército Português. De militares portugueses também a galeria dos nossos heróis está suficientemente povoada. Sem necessidade de recuar muito no tempo, apenas refiro aqui alguns. Começando por Mouzinho de Albuquerque, que no ano de 2002 perfaz 100 anos sobre a sua morte prematura e trágica, Henrique Michel de Paiva Couceiro, oficial de artilharia que foi governador de Angola, o oficial da armada João de Azevedo Coutinho, Aires de Ornelas, Caldas Xavier, Alves Roçadas e tantos outros com brilhantes e gloriosas provas dadas nas campanhas de pacificação do Ultramar, no fim do séc XIX e início do séc XX.

Mas outros houve, que deixaram marcas indeléveis da sua passagem e, se o seu nome não está gravado na nossa memória, apenas se o deve à falta,

*Maj Cav Marcos de Andrade é o Chefe da Secção de Pessoal do Regimento de Cavalaria Nº4.*

daqueles que deveriam dignificar e divulgar a sua vida e obra.

O oficial do exército português sobre quem me propus escrever chama-se: ANTÓNIO JOSÉ DA CUNHA SALGADO. Sobre o Coronel SALGADO, afirma Gomes Percheiro numa nota biográfica<sup>1</sup>, **“Não é só nas grandes lutas de Marte, travadas nos campos de batalha, que os militares ganham as coroas de louro, destinadas aos beneméritos. Há um campo não menos digno e não menos vasto, onde eles podem provar as suas aptidões em prol do engrandecimento do serviço das armas a que se destinaram...”** e a obra e vida deste militar como iremos ver foi bem prova disso.

António José da Cunha Salgado nasceu a 10 de Janeiro de 1823 em Belém.

Em 5 de Outubro de 1834 entra para o Real Colégio Militar como pensionista do estado, tendo daí saído, com o respectivo curso em 26 de Agosto de 1840.

Teve a felicidade de iniciar a sua carreira militar no mesmo Regimento onde a viria a terminar como Comandante. Foi no Regimento de Cavalaria Nº 2 - Lanceiros da Rainha, em 26 de Agosto que sentou praça no mesmo ano em que terminou o curso do Real Colégio Militar e ali foi promovido ao posto de Aspirante a Oficial em 23 de mês seguinte.

Nesse ano de 1840, decorreu mais uma escaramuça com Espanha, que obrigou a transferir muitos jovens aspirantes de cavalaria para caçadores ou infantaria e assim o jovem Salgado vê-se promovido a alferes e transferido para o Batalhão de

<sup>1</sup> Publicação Galeria Militar Contemporânea

Caçadores Nº 27, por decreto de 26 de Novembro desse mesmo ano.

Ao contrário de muitos jovens do seu tempo, durante o seu período de formação e instrução militar, Salgado não se limitou a receber os ensinamentos que lhe eram transmitidos, aproveitou os momentos de lazer para se iniciar na arte da escrita, colaborando no jornal *A Galeria Pitoresca e Cosmorama Literário da Sociedade Escholástico Philomática*, que era o grémio dos estudantes de todo o país e mais tarde, como professor, em cursos nocturnos organizados por esta mesma sociedade, iria ministrar uma cadeira de geografia. Começa, logo por esta altura, a evidenciar-se as suas excepcionais qualidades, já que era ele mesmo, quem escrevia as folhas do curso e que as fazia imprimir pelo soldado seu impedido. Começava aqui a sua luta, para avivar os espíritos mais adormecidos, de entre aqueles que tinham a sorte de ser seus discípulos ou subordinados. Em Janeiro de 1843 o Alferes Salgado é colocado no Batalhão de Caçadores Nº 3, tendo em Julho de 1844, passado a fazer parte do Corpo de Oficiais do Batalhão de Caçadores Nº 9 (que mais tarde passou a Nº 1). É nesta unidade que irá conhecer o baptismo de fogo, durante o conflito fratricida que durante anos se desenrolou em Portugal. Em 22 de Dezembro de 1846, na acção de Torres Vedras, a mesma onde perderia a vida o avô de Joaquim Mouzinho de Albuquerque,<sup>2</sup> foi gravemente ferido e devido ao **“seu distinto comportamento e relevantes serviços prestados n’esta acção”**, é condecorado com o grau de Cavaleiro da Torre Espada, demonstrando assim que não só era douto nas letras como também valente na arte da guerra. A sua promoção a tenente dá-se 19 de Abril de 1847. No ano seguinte é colocado na repartição do Quartel Mestre

<sup>2</sup> MARTINS Gen. Ferreira: História do Exército Português, pág 382

General, sendo em Outubro deste mesmo ano, transferido para a sua arma de origem (a Cavalaria), por motivo dos ferimentos que recebeu em Torres Vedras.

Em 1849 o então Tenente de Cavalaria António José da Cunha Salgado é um dos 24 Oficiais do Exército, fundadores do mais antigo Órgão da Imprensa Militar que chegou até aos nossos dias - a Revista Militar, e da qual foi um dos seus mais destacados e dedicados colaboradores.

Por decreto de 26 de Junho de 1851 foi graduado no posto de Capitão.

O ano de 1852 constitui um marco na vida do Capitão Salgado, já que foi o ano da publicação da sua primeira obra - *Noções Gerais da Guerra*<sup>3</sup> e que fez G. Percheiro referir-se a ela, da seguinte forma **“não temos receio de afirmar que esta obra marca ao seu autor um lugar distinto na plêiade dos homens ilustres do exército português”**. A publicação tratava dos deveres, que os militares deviam seguir na eventualidade de uma guerra, para da melhor forma desempenharem a sua missão.

Nos seus variadíssimos préstimos ao exército, que tão bem serviu, começamos por citar o seu desempenho na Escola Central de Tiro em Vendas Novas, que deveria ser o estabelecimento embrionário de uma escola prática de Cavalaria e Infantaria e na qual deveriam ser formados os instrutores que ministrariam o ensino obrigatório da ginástica, da esgrima e do tiro. Começou aqui a primeira grande desilusão de Cunha Salgado: **“Foi escolhido para a escola aquele título porque, estando todos os ânimos preocupados então com as armas de grande certeza e alcance,...., esperou-se que ele servisse de escudo a um estabelecimento em que se professasse esse e outros ensinamentos: mas**

<sup>3</sup> SALGADO António J. Da Cunha: Lisboa, Tipografia da Revista popular, formato 8º de 275 págs

nem isso o salvou,...., e foi tal contra ela a conjuração, em que cooperavam muitas das graduações do exército que el-rei D. Pedro, depois de lhe fazer a distinção de ser o primeiro corpo de tropa que revistou em seguida à sua aclamação, de me honrar com os seus louvores, de reconhecer a indispensabilidade daquelas instruções, viu-se obrigado a mandá-la dissolver, para terminar a guerra de ciúmes irrisórios que se havia levantado,...”<sup>4</sup> a propósito deste seu trabalho, como refere o próprio Cunha Salgado, fez o rei D. Pedro V a seguinte apreciação numa carta enviada ao Marechal duque de Saldanha - “Peço que comunique ao Salgado os meus louvores pelo seu trabalho”.

Infelizmente não existia no Exército Português muita gente que seguisse as pisadas de António José da Cunha Salgado e não podendo, mais uma vez, realizar as suas elevadas aspirações, com respeito à escola de tiro, pediu a sua demissão, o que foi aceite. Foi-lhe então ordenado, que dissolvesse a escola de tiro, ao mesmo tempo que era publicamente louvado pela inteligência e zelo com que exerceu o comando daquela escola (1).

É também por esta altura que inicia uma série de missões ao estrangeiro. Por determinação régia de 20 Novembro 1854, foi encarregado de fazer uma viagem científica de inspecção a exércitos europeus - Inglaterra, França, Bélgica, Prússia e Espanha, sobre os quais apresentou importantes relatórios. Em 1855 foi nomeado por decreto real, adido militar à legação de Portugal em Paris e em 1856 por portaria de 10 de Janeiro, nomeado para acompanhar e colaborar na missão científica que o Brigadeiro Fortunato José Barreiros iria chefiar, a diferentes países da Europa,

com o objectivo de elaborar relatórios relativos ao aperfeiçoamento dos armamentos, e à evolução das fábricas, escolas e quartelamentos militares.

Foi promovido efectivamente a capitão, em 5 de Janeiro de 1857 e dois anos depois por determinação do Ministro da Guerra (de 27 Junho de 1859), foi mandado organizar em Mafra um Depósito Geral de Recrutadas. Dissolvido um ano depois, foi substituído por uma escola complementar, com o fim de habilitar instrutores para os corpos do exército. Aqui se manteve o capitão Salgado, até ser chamado a Lisboa para ministrar instrução de tiro aos batalhões expedicionários com destino a Angola.

As suas acções não se limitavam à área militar, pois em 1860 organizou no ministério das obras publicas um gabinete fotográfico, destinado às cópias dessas mesmas obras.

Em 1861 foi encarregado de escolher o terreno para a implantação de uma carreira de tiro, tendo feito os trabalhos de terrenos necessários, num local que ficaria conhecido como a Várzea do Salgado, mas que não foi cedido pelos proprietários. Mais uma desilusão para quem tanto dava em prol da Instituição. Também na área dos serviços, viria Salgado a ter uma acção importante, já que em Setembro de 1861 foi-lhe atribuída a tarefa de criar a Padaria Militar, que tão bons serviços viria a prestar ao país, tendo-a dirigido até 1868, ao mesmo tempo que se empenhava em outras acções.

Foi nomeado comandante interino do Asilo dos Filhos dos Soldados e nomeado seu comandante efectivo por decreto em 12 de Novembro de 1874. Aproveitando as celebrações de aniversário do referido estabelecimento em Agosto desse mesmo ano, é condecorado por El-Rei D Luís, em Mafra, com as insígnias de Oficial da Ordem de Torre Espada. Já anteriormente tinha sido agraciado com outras condecorações; A de Cavaleiro da Real



Ordem de N. S. Da Conceição de Vila Viçosa, em 1852; com a condecoração de Cavaleiro da Ordem de S. Bento de Aviz em 1860; também o Rei dos belgas, numa das visitas de Salgado àquele país, o tinha condecorado com a Ordem de Leopoldo.

Mas as suas características de exímio chefe militar não desapareceram com todos estes anos dedicados a comissões, estudos e projectos de reformas.

Por altura de 1868, organizava-se mais um batalhão expedicionário à Zambézia, infelizmente com a escória que havia no exército português, esquecendo-se os chefes militares dos óptimos soldados que existiam nas suas fileiras. Esta unidade aquartelada em Alcântara, tentou sublevar-se e é mandada para Mafra, onde vem a por em prática os seus intentos. O Capitão Salgado, com alguns dos alunos mais corajosos do Asilo, que distintamente dirigia, fez frente aos amotinados, obrigando-os a dispersar. Por esta acção determinante, será publicamente elogiado em Ordem do Exército.

De seguida, já como Major, posto ao qual fora promovido em Janeiro de 1867, viria a exercer outro cargo de elevada consideração, o de Director do Real

Colégio Militar, para o qual foi nomeado interinamente em 18 de Novembro de 1869, tendo-o desempenhado cumulativamente, com o de Director do Asilo. À frente destas duas grandes instituições, o Major Salgado põe em prática, uma série de sistemas e métodos pedagógicos, (que certamente observara nas suas visitas a outros países europeus), escrevendo e fazendo imprimir vários cursos que deveriam ser ministrados. Consideramos importante referir aqui as obras escritas por Cunha Salgado como Director do Asilo dos Filhos dos Soldados para uso dos seus alunos e para se ter uma verdadeira percepção das capacidades e qualidades deste insigne militar:

*Instrução Geral do Asilo dos Filhos dos Soldados - 1ª Clas - Lisboa Imprensa Nacional 1866*

*Instrução Geral do Asilo dos Filhos dos Soldados - 4ª Clas - Lisboa Imprensa Nacional 1869*

*Breves apontamentos e considerações sobre o Asilo dos Filhos dos Soldados - I N 1871*

Compêndios:

*Princípios de Gramática Portuguesa*  
*Princípios de Aritmética e Álgebra*  
*Princípios de Geometria Prática*  
*Princípios Elementares de Cronologia*  
*Princípios Elementares de Tática*  
*Princípios Elementares de Arte Equestre*

*Princípios elementares de Armamento, Munições e Tiro*

*Noções Gerais de Organização do Exército*

*Extractos de Regulamentos*

*Serviço Interno*

*Serviço de Guarnição*

*Serviço de Administração e Justiça Militar*

*Noções e Higiene Militar*

*Noções de Hipiatria e Veterinária*

Em Junho de 1870 (por decreto de 23 de Julho), é nomeado director efectivo do Real Colégio Militar e, apesar de por

<sup>4</sup> SALGADO António J. Da Cunha, Projecto de Reforma da Instrução da Arma de Cavalaria-1871; pág. 116

decreto-lei ter sido promulgada a fusão das duas instituições que dirigia<sup>5</sup>, e na qual se tinha empenhado decisivamente, esta nunca veio a acontecer. Vê-se assim obrigado, a pedir a demissão dos cargos no fim desse mesmo ano, por ver frustradas todas as suas tentativas para o engrandecimento daquele estabelecimento militar de ensino.

A sua nomeação seguinte foi como chefe da 2ª repartição da Direcção Geral do Ministério da Guerra, em 22 de Junho de 1871, ano da publicação da “Exposição dirigida a Sua Excelência o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra - Projecto de Reforma da Instrução da Arma de Cavalaria”<sup>6</sup> de cuja elaboração tinha sido nomeado por Portaria de 3 Janeiro de 1871. Conhecido pela sua oposição ao regulamento de 1843, é nesta sua obra que Cunha Salgado começa a encetar fortes críticas às mentalidades e ao estado de proficiência em que se encontrava o Exército Português e em particular a Arma de Cavalaria. A certo trecho diz o autor: “É ou deve ser principio comum ás leis de acesso a qualquer grau de qualquer carreira publica a competência. Os graus hierárquicos em todos os ramos de serviço do estado têm deveres e responsabilidades inerentes, e não podem, sob consideração alguma, ser distribuídos como dádiva de autoridade; e, ainda quando o seu conferimento seja a recompensa de feitos distintos, é indispensável que a mercê esteja em perfeito acordo com a aptidão, porque, se a autoridade pode e deve dispensar justos prémios aos bons serviços, o que não

<sup>5</sup> Ordem do RCM nº 177 de 26-6-1870: “por Dec de 14-6-1870, foi promulgada uma reorganização do real Colégio Militar, elevando-o à categoria de escola completa de Cavalaria e Infantaria, no qual é incorporado o asilo dos Filhos dos Soldados, a fim de que pela união dos dois Estabelecimentos, fique o RCM constituido por uma Escola de Officiais e outra de Officiais Inferiores...”

<sup>6</sup> Lisboa, Tipografia Universal 1871 (de Thomaz Quintino Antunes, impressor da Casa Real)

*pode com certeza é conferir com os graus a capacidade para eles. A competência deve preceder a promoção, ou, em frase mais vulgar, os homens devem ser para os empregos, e não os empregos para os homens. Ora, se este principio é axiomático para qualquer carreira de serviço, publico, parece-me que deveria ser sagrado para a militar, onde os deveres crescem e se multiplicam com os postos, e com eles as responsabilidades.*

*Não pretendo eu entrar aqui nas difíceis questões das leis das promoções (...) desejo unicamente registar as minhas opiniões, de que considero a competência como condição essencial do acesso em todas as armas (...) e de que as faltas dessa competência não podem ser atribuídas exclusivamente aos indivíduos, mas quase unicamente á deficiência de instrução, de disciplina, de educação militar, e finalmente de estímulos.(...)*

*As vocações são inatas com o homem, é verdade, porém umas vezes não chegam a manifestar-se por falta de ocasião (...). As verdadeiras vocações para a vida militar são consequências de nobreza de instintos e, para que tenham lugar de se manifestarem, é preciso que o exercício da profissão esteja á altura dessa nobreza. Para resistir á desconsideração e ao esquecimento é necessário ser dotado de um espirito tão inflexível, que converta a vocação em dever, e o dever em uma espécie de religião; e os exemplos destes espiritos inflexíveis são raríssimos, se caso existem.<sup>7</sup> E mais a frente, nesta sua exposição, refere-se de forma acutilante sobre a questão das carreiras. Diz, referindo-se a um seu discurso efectuado em 1866 perante a câmara de deputados da Nação: “O acesso é uma das cousas que muito deve*

<sup>7</sup> SALGADO António José da Cunha: Projecto de Reforma da Arma de Cavalaria, pág. 94 e 95

*preocupar esta câmara. O acesso não é só o interesse dos indivíduos, mas o interesse do serviço; e quando as carreiras são limitadas, quando diante do soldado não há futuro, o animo enfraquece, vem o desalento; e este desalento que, já se dá no nosso exército, é o maior de todos os males”<sup>8</sup>.*

Esta obra, que tinha como objectivo principal, apresentar as alterações para a instrução da arma de cavalaria, é também um excelente manual de história militar. Cunha Salgado inicia o seu livro com uma interessantíssima descrição das recentes campanhas militares, de vários exércitos europeus (Crimeia-1854; Piamont-1859; Campanha de Itália-1866; Guerra Franco-Prussiana 1870) permitindo assim, retirar os melhores ensinamentos possíveis, das acções da cavalaria em todos aqueles conflitos.

É promovido ao posto de Tenente Coronel em 6 de janeiro de 1872 e dois anos depois a Coronel (Decreto de 6 de Maio de 1874).

Nesse mesmo ano assume o Comando do Regimento de Lanceiros Nº 1 - Lanceiros de Victor Emanuel (Elvas), onde põe em prática algumas das alterações, entretanto aprovadas, relativamente à “instrução, formatura e movimentos da cavalaria” e extraídas do seu projecto de reforma (1871)<sup>9</sup>. Mantém-se em Lanceiros 1 até 15 de Fevereiro de 1877, data em que é exonerado daquele comando, para assumir idênticas funções, no outro Regimento de Lanceiros, o Nº 2 - Lanceiros da Rainha<sup>10</sup> e onde 37 anos antes assentara praça, como Alferes de Cavalaria.

Sobre o seu estilo de comando achamos

<sup>8</sup> Idem pág. 100

<sup>9</sup> MAYA, Maj Cav Fernando da Costa; Da Cavalaria - Sua Missão Estratégia e Tática; livraria Férian (1901); pág. 39

<sup>10</sup> SEPULVEDA, Cap Cav Cristovam Ayres de Magalhães; História da Cavalaria Portuguesa

interessante, transcrever um relato na primeira pessoa, de um oficial do Regimento de Lanceiros Nº 2 de nome Alberto de Moraes Carvalho<sup>11</sup>, que serviu sob as ordens do Coronel Salgado: “Chegado a Lisboa fui novamente colocado no meu Regimento de Lanceiros, que era então comandado pelo distinto Coronel Salgado, considerado o primeiro oficial da nossa Cavalaria, pois era muito ilustrado e tinha-se aperfeiçoado consideravelmente em contacto com os exércitos alemão e francês, que ele visitou muitas vezes...”

Como já disse era Comandante do regimento o Coronel Salgado, que era ríspido e obrigava a trabalhar muito. Por curiosidade vou contar dois casos que se deram comigo, por onde se pode avaliar a militarite daquele senhor:

Num Domingo, estando eu de rancho, achava-me com o sargento no escritório da cozinha a fazer o cálculo para o dia seguinte, e, ouvindo o sinal do Comandante, foi a correr para a porta principal do quartel, para vêr o Coronel tomar o comando do Regimento, que ia para a missa.<sup>12</sup> Como eu estivesse embuçado no meu capote, logo que avistei o Coronel, que estava à frente do Regimento formado em duas fileiras, desembucei-me imediatamente, e, muito perfilado, fiz a minha continência com todo o rigor, elegância e fisionomia agradável para o superior, como ele recomendava sempre; a isto respondeu ele, olhando para mim de cima para baixo com ar carrancudo e expressivo de desagrado, dando energicamente a voz de marcha ao Regimento. Eu vi logo que alguma coisa tinha notado em mim de que não gostou, calculando eu logo que fosse por eu estar de capote. Dali a pouco voltava o Regimento da missa e fui chamado ao gabinete do Coronel, com o que eu contava já. Ao

<sup>11</sup> CARVALHO, Alberto de Moraes; Recordações de um Velho Militar, Livro de Autor, Lisboa 1928

<sup>12</sup> O sombreado é nosso

entrar disse eu «V. Ex<sup>a</sup> dá licença?» «Entre», e a seguir diz-me:

«Chamei o Sr Tenente para lhe dizer que nunca mais faça o que fez à pouco, estando o regimento em corpos, isto é, sem capotes, não é admissível que militar algum se apresente com ele!»... «Eu, Comandante, se assim procedi, foi por estar ainda sofrendo de febres, que apanhei na Índia, de onde vim à poucos meses, e a cozinha ser muito fria. Gosto tanto de ver V. Ex<sup>a</sup> comandar, que não pode resistir, e não me lembrei que estava de capote.

«Cria V. Ex<sup>a</sup> que não tive a mínima intenção em faltar-lhe ao respeito, nem desconsiderar o meu Regimento.»

O Coronel secamente: «Está bem, pode retirar-se, e que não se repita»

.....

O Coronel Salgado passou muitos desgostos, porque teve camaradas que o invejaram pelo seu muito saber, o que é muito vulgar entre nós, e foram esses desgostos que lhe acarretaram uma

grave doença, da qual morreu em Caselas, próximo de Lisboa.”

O ano de 1877 é também o da edição de uma das suas obras mais emblemáticas - “A Questão da Cavalaria”<sup>13</sup>. Sobre esta sua obra não poderíamos deixar de referir algumas passagens, pela actualidade que podemos encontrar nas palavras de Cunha Salgado: “Se os deveres dos oficiais, no estado actual da ciência da guerra, se limitasse ao desempenho dos serviços comuns e quotidianos da vida do quartel, e ao curso material das suas pessoas nos campos de batalha ou de combate, poderiam eles viver e dormir tranquilos e despreocupados, porque o serviço diário lhes não gastaria as faculdades intelectuais, e nos campos desempenhariam com bravura, e pagando com o seu sangue ou com a sua vida o tributo devido à causa da Pátria. Esta porém... pede-lhes durante a paz o empenho constante das suas inteligências na preparação dos exércitos para a guerra, e durante a guerra a sabedoria precisa para poderem empregar utilmente os exercícios assim preparados....

**Quando soar a hora, em que a honra ou a integridade da pátria pedirem a guarda das nossa espadas, os deveres e os perigos correrão iguais tanto para os que pensaram, como para os que não pensaram no futuro do exército: os primeiros encará-los-ão com a tranquilidade de animo, que lhes virá da consciência de terem cumprido um grande dever, os segundos com o pasmo da triste decepção que surpreende aqueles que as ilusões da fortuna abandonaram.**

Por esta altura, já o Coronel Salgado tinha conhecido um dos maiores defeitos do português - a inveja. Esta

XXX aliada à inércia natural da instituição para aceitar novas visões e propostas de alterações das regras instituídas, levaram o próprio autor a seguinte desabafo: “As observações que deixo feitas não parecem talhadas para convidar a tomarem parte na luta aqueles dos meus camaradas, a quem faço apelo para a continuação da cruzada em favor da nossa cavalaria; **principalmente quando lhes confesso que cansei, não de trabalhar, mas de lutar.**”<sup>14</sup>

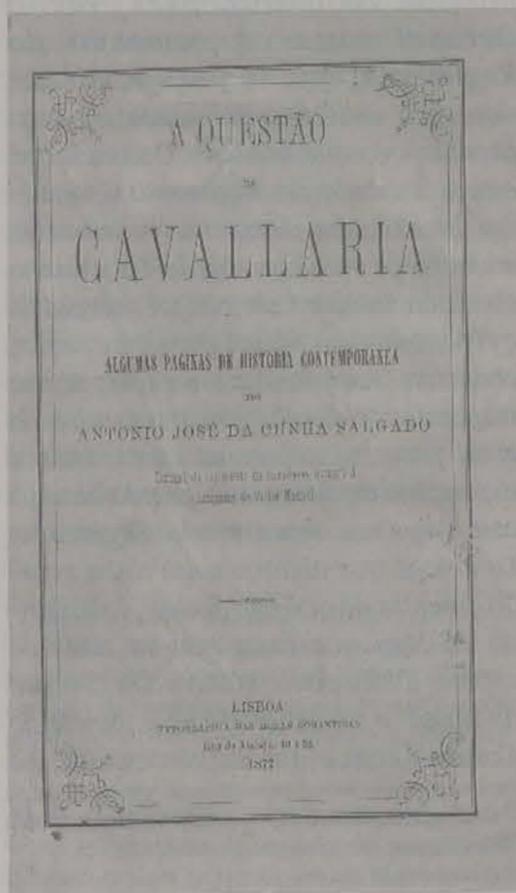
É que, por incrível que pareça, ou talvez não, as críticas ao vasto trabalho e obra realizada por Cunha Salgado, não era de agora. O ilustre militar já tinha conhecido muitos detractores. Episódio ilustrativo desta mentalidade, foi o que se passou relativamente à posição defendida em 1853 pelo Cor Salgado, face à necessidade da substituição ou alteração das clavinas que equipavam a cavalaria portuguesa. Se bem que, em 1853 nenhuma cavalaria europeia tinha armas de fogo estriadas, havia contudo, necessidade de vir a tê-las e nisso trabalhavam os exércitos. Porém todas as cavalarias tinham armas de fogo de percussão, só nós tínhamos ainda de silex. A opinião de Cunha Salgado era de que a cavalaria, não só necessitava de ter armas de fogo estriadas, para obter com elas maior alcance e precisão, mas mais do que a infantaria, necessitava de ser dotada de armas de carregamento pela culatra, em razão da facilidade e rapidez de carregamento para quem precisava de ter a outra mão ocupada com a condução do cavalo. Propôs o brilhante oficial, como medida transitória e mais económica, que as clavinas de silex fossem transformadas em percussão e tendo só meia coronha. Porém, uma mente inteligente, hostilizou abertamente a ideia, começando por questionar se essa arma transformada deveria chamar-se clavina ou carabina; depois, declarava que Salgado como ofi-

cial de cavalaria era incompetente para opinar sobre armas de fogo; e por fim rejeitava a meia coronha, porque, dizia o oponente “caindo os cavalos, os canos, desacompanhados da coronha, hão de torcer-se ou quebrar-se”. Ficou famosa a resposta lapidar de Cunha Salgado: **“Na cavalaria os cavalos não são para cair”.**

Foi certamente por esta e por outras que, na introdução deste seu livro, o Coronel Salgado, se refere da seguinte forma, à sua pessoa: “Que o leitor me não acuse de imodesto, se eu falar muitas vezes de mim: creia que não o faço por vaidade, mas por amor às cousas militares, por que a ordem dos factos a isso me obriga, e porque da minha pouca fortuna podem tirar ensinamentos os que, pela ordem natural, têm ainda vida para esperar”.

É claro que um militar desta tèmpera, tinha necessariamente de criar opositores. Principalmente quando a eles se referia explicitamente, sem nunca particularizar, e da seguinte forma: “Admirame realmente quando vejo oficiais, muito mais velhos do que eu, encararem passíveis o atraso do nosso exército, acharem até demasiado o que por ele se tem feito nestes últimos tempos, e adirem todas as ideias de progresso ou de melhoramento para o futuro, que nunca chega, como se tivessem por sua a eternidade.

No auge da minha admiração chego a invejar-lhes o temperamento, e a queixar-me do Deus que lançou no meu espírito aquele frenesim pelo trabalho, que me levaria, se possível fosse, a riscar do nosso idioma a palavra amanhã... Não sei se o repouso me restituirá as forças gastas, para que possa continuar essa luta: se não restituir paciência; com isso só eu perderei: a minha arma não perderá nada, porque conta nas suas fileiras com igual vontade e muita mais vida e inteligência do que eu, para continuarem o apostolado dos seu renasci-



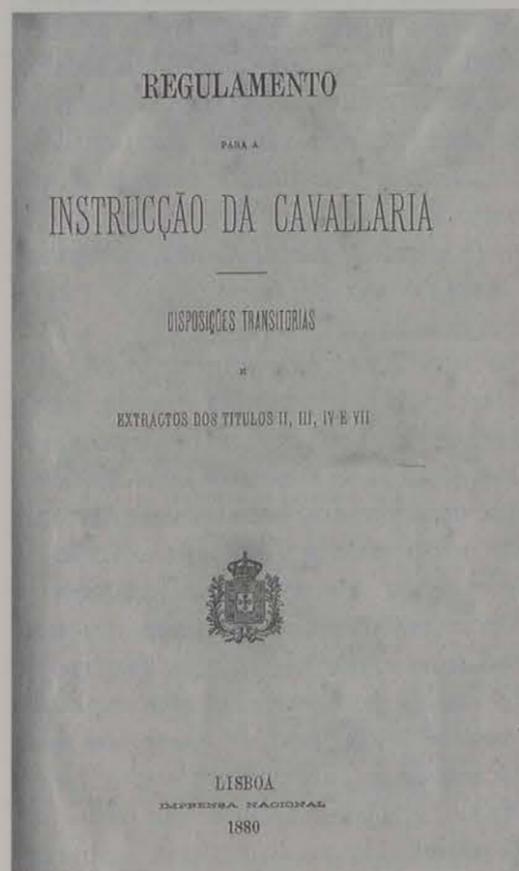
<sup>13</sup> SALGADO, Cor António José da Cunha; Lisboa; Tipografia das Horas Românticas

<sup>14</sup> idem pág 10

mento... as nações são, em ultima análise, as vítimas da impunidade moral daqueles que, por quaisquer razões de ordem, interpondo as suas opiniões, as influências pessoais ou das suas posições, ou, finalmente, as suas resistências, obstam as que as autoridades superiores cumpram o dever de conduzir os exércitos pela senda do progresso incessante da ciência da guerra, deixando portanto em condições inferiores à sua missão. Podem dizer-me que posições deste género se levantam também nos exércitos de outras nações: é verdade bem sei; mas, se há algum na Europa, em que tal oposição tenha sido mais tenaz, e em que haja produzido mais funestas consequências, do que no exército português, que o citem e provem.”

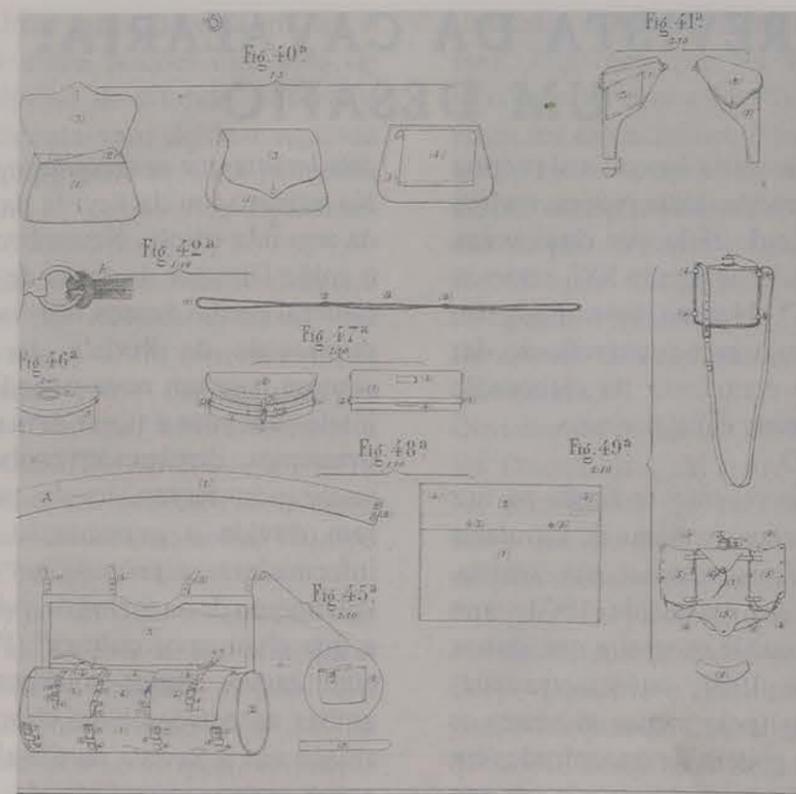
Era este o pensamento de um dos mais ilustres Oficiais que a Cavalaria Portuguesa teve até hoje.

Apesar de cansado e desgastado pelas críticas que lhe eram feitas à sua obra, nos últimos anos de vida, publica um



novo regulamento para a instrução da cavalaria (1878 a 1880). Obra notável sobre a instrução a ministrar aos corpos de cavalaria, que abrangia a formação individual do soldado, os exercícios do pelotão, do esquadrão, do regimento e da brigada em ordem unida, e ainda a instrução de todas as armas em uso pela cavalaria, assim como os arreios, equipamentos e fardamento utilizados pelos militares desta arma.<sup>15</sup> Este regulamento que devia contar sete títulos, apenas foi publicado o *Título I*, acompanhado de um Atlas do *Título I*, sendo este livro uma interessantíssima colecção de estampas, excelentemente desenhadas e que servia de complemento explicativo, para alguns dos regulamentos descritos no *Título I*. Com a não publicação individualizada dos restantes títulos, como inicialmente prevista, optou o Coronel Salgado por editar em 1880 o *Regulamento para a instrução da cavalaria - Disposições e extractos dos títulos II, III, e IV*. Este regulamento foi mandado pôr provisoriamente em execução por portaria de 30 de Março de 1880. Foi porém vivamente atacado, o que causou uma certa estranheza, por ser de todos sabido que o referido regulamento faria sair a arma de cavalaria das suas praxes rotineiras, obrigando-a a um trabalho físico e intelectual. Estas disposições e doutrinas sobre a organização do exército e em particular da Arma de Cavalaria, desencadearam contra ele altas influencias. Foi então determinado que, um ano após a prática do novo regulamento agora publicado, cada comandante das unidades de cavalaria, formula-se um relatório desenvolvido sobre todas as duvidas e objecções acer-

<sup>15</sup> Regulamento para a Instrução da Cavalaria. Título I. Lisboa, Imp. Nacional 1878. Esta obra que se completa com o Atlas do Título I e com o volume das Disposições e extractos dos títulos II, III, e IV, constitui só por si, um expoente do que de melhor se fez em termos de regulamentos de instrução, no exército português. Exclusivamente sobre esta obra pretendemos elaborar um próximo artigo.



ca do assunto. Assim em 6 de Abril de 1881, é nomeada uma comissão para se pronunciar sobre esses relatórios e se entendesse necessário, proceder às alterações ao regulamento inicial.

Uma das grandes polémicas criadas pelo regulamento do Coronel Salgado foi a constituição da formatura do esquadrão, a uma só fileira. Este, foi um dos mais fortes motivos para a rejeição pela comissão, deste novo e progressista documento para a instrução dos corpos de cavalaria. Ouvidos os generais da Arma de Cavalaria e porque no entender de numerosos oficiais, a formatura em duas fileiras era uso na maioria dos exércitos modernos europeus, foi, pela portaria de 7 de junho de 1881, mandado suspender a execução da portaria de 30 de Março de 1880, voltando-se ao antigo regulamento de 1843.

Este foi o golpe de misericórdia desferido sobre o Coronel Salgado. *“Fatigado na luta desigual que travou com a inércia, com a rotina, com a inveja, adormeceu no sono eterno, acompanhado pela saudade daqueles que o conhe-*

*ram e souberam apreciar os elevadíssimos dotes do seu espirito de grandeza do seu profundo amor à arma de que foi ornamento.”*<sup>16</sup>

Adoeceu em 11 de Julho de 1881, e acabou por falecer em 25 de Setembro. Ironia do destino quis que terminasse os seus dias como comandante do mesmo Regimento de Cavalaria que o vira nascer para a arma - O Regimento de Cavalaria Nº2 - Lanceiros da Rainha. O seu funeral realizou-se a 28 do mesmo mês no cemitério dos Prazeres e foi acompanhado por todos os oficiais do seu Regimento e muitos outros de todas as armas<sup>17</sup>.

A sua memória estará sempre presente e deverá servir de exemplo e ensinamento a todas as gerações de oficiais que perseguem o mesmo objectivo de elevação da Arma de Cavalaria.

<sup>16</sup> MAYA, Ten Cav Fernando; Notas sobre a Cavalaria na Actualidade, Livraria Portuense 1887

<sup>17</sup> SEPULVEDA, Cap Cav Cristovam Ayres de Magalhães; Obra citada, pág 181

# REVISTA DA CAVALARIA: UM DESAFIO

A Arma de Cavalaria lançou a si própria o desafio de reeditar a sua própria revista. No último século fê-lo por duas vezes. Agora, no início do século XXI, retomou este desafio. O objectivo deste artigo, não é mais do que, através duma reflexão, dar um pequeno contributo na elaboração deste interessante e útil projecto.

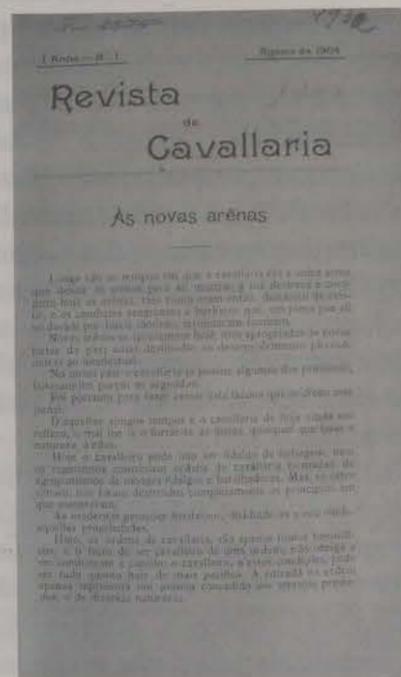
## O PASSADO

Num passado recente (entenda-se nos últimos 100 anos), a Arma de Cavalaria editou por duas vezes a sua revista. A primeira, em Agosto de 1904, com uma periodicidade mensal e que durou até Junho de 1907, ou seja, praticamente 3 anos (pelo menos são estes os números que podem ser encontrados em algumas bibliotecas). A segunda vez, em Setembro de 1939, com o mesmo nome - Revista da Cavalaria - desta vez com uma periodicidade bimestral e que durou até cerca de 1971, embora nos últimos anos passasse a uma periodicidade anual. Ao lançar-se de novo este projecto podemos olhar para trás e ver o que se fez nas duas séries anteriores, nomeadamente, nos objectivos propostos, no tipo de artigos escritos bem como na sua componente gráfica, entre outros. No artigo introdutório da Revista da Cavalaria de Agosto de 1904, o General Damasceno Rosado escrevia, "Novas arênas se apresentam hoje, mas apropriadas às novas luctas da paz; umas destinadas ao desenvolvimento physico, outras ao intellectual. No nosso paiz a cavallaria já possui algumas das primeiras, faltavam-lhe porem as segundas. Foi portanto para fazer cessar

Cap Cav Miguel Freire frequenta no Instituto de Altos Estudos Militares o Curso de Promoção a Oficial Superior

esta lacuna que se creou este jornal."

No numero um da Revista da Cavalaria da segunda edição, Novembro de 1939, o então Director da Arma de Cavalaria, General Freitas Soares, afirmava "com a publicação da Revista da Cavalaria começa hoje um novo periodo de labor intelectual para a nossa Arma. Expondo princípios, divulgando conhecimentos, analisando factos, ha-de produzir-se sem duvida a germinação de ideias informadoras e propulsoras do desenvolvimento dessa forma de vida superior a que chamamos cultura". Poderíamos citar outros tantos colaboradores em ambas as edições para chegar à conclusão que a Revista da Cavalaria surge como uma necessidade de congregar esforços, divulgar conhecimento, debater ideias, tudo em prol da Arma da Cavalaria. No caso da segunda edição, como afirmava o General Moraes Sarmiento no artigo intitulado "Aos novos" (os fundadores eram dois capitães, dois tenentes e um alferes) "renasce a Revista da Cavalaria em



momento bem grave da vida militar, o da guerra entre Nações dispondo de maior potencial do Mundo". Volvidos mais de sessenta anos desde a segunda edição e quase cem anos da primeira, parece que as coisas não mudaram muito:

- a necessidade de um meio de debate e divulgação das "coisas e loisas" da Cavalaria, numa altura crucial em que vemos grande parte das viaturas ao serviço da Cavalaria, nomeadamente a VBTP CHAIMITE V-200, a VBTP M113A2 e o CC M60A3TTS a expirarem a sua validade no actual "campo de batalha", e;

- o mundo (ainda que, felizmente, não em guerra) passou a ser um local estranhamente perigoso depois dos fatídicos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, no qual, às Forças Armadas, resta unicamente, na salvaguarda dos valores das sociedades democráticas, manterem-se prontas para combate.

## O DESAFIO

Mas então o que poderá ser a Revista da Cavalaria neste início do século XXI?

Poderá ser uma revista essencialmente técnica, nas diversas componentes da profissão das armas atendendo à especificidade da Cavalaria. Existe muito a tendência de neste género de publicações haver uma forte componente "social" (divulgação de acontecimentos festivos e outros). Não deixam de ser importantes numa perspectiva histórica da Arma, mas curiosamente nenhuma das edições anteriores o privilegiou. Na edição de 1904 havia uma secção de "Ordens do Exército" onde eram publicadas excertos com interesse para a Arma e na edição de 1939, nada de especial a assinalar, pelo menos até 1961, ano a partir do qual a publicação passou a ser anual e a ter uma componente muito forte de resenha histórica das actividades operacionais das

Unidades de Cavalaria no antigo ultramar. Julgamos que na tradição das edições anteriores a Revista da Cavalaria possa ser essencialmente técnica abrangendo todas as áreas do conhecimento militar desde a liderança, à técnica de tiro ou planeamento e conduta de operações sejam elas de resposta a crise ou do tipo convencional.

De quem deverá ser a Revista da Cavalaria?

Obviamente de todos! Oficiais, Sargentos, Praças, civis, no activo ou na reserva, reformados ou na disponibilidade. Basta que de uma forma ou de outra estejam ou estiveram ligados à Cavalaria ou que simplesmente gostem dela. Apesar de ser de todos deverá ter um Corpo Directivo e Estatutos que a dirijam. A Revista da Cavalaria será aquilo que todos desejarmos dela mas terá que haver, com certeza, muita "carolice".

Qual a periodicidade e estrutura?

A forma de divulgação deverá assentar essencialmente em assinaturas. O espírito que deve animar a leitura da Revista não deverá ser porque somos confrontados com ela no bar antes do almoço ou quando vamos à barbearia e, até à chegada da nossa vez, folheamos umas tantas revistas... (geralmente com algum tempo de atraso). Para isso a revista precisa duma periodicidade que lhe dê vida e que alimente, tal como nos métodos de instrução, "vontade de aprender". Desta forma e conscientes da dinâmica dos dias de hoje é incomportável uma periodicidade mensal tal como a edição de 1904, ou mesmo a bimestral da edição de 1939. Julgamos que uma solução de compromisso nos levaria a qualquer coisa como trimestral ou quadrimestral (a direccionar mais para a ultima).

E que estrutura? Existe um vasto leque de ideias. A edição de 1904 tinha algumas secções interessantes como por exemplo "Noticias Militares Estrangeiras", "Ordens do Exército". A edição de 1939 apresentava secções como





“Temas Tácticos”, “Hipismo”, “Boletim da EPC”, “Jornais - Revistas - Livros”, entre outros. Existem outras duas secções que na imprensa militar portuguesa não é usual, mas que na imprensa militar estrangeira, principalmente na de origem anglo-saxónica, faz sempre questão de existir, que são os “Book Reviews” (mais do que informar da sua publicação, ler a opinião de quem já o leu) e as “Cartas ao Editor” (verdadeiro fórum de debate). Seriam pois duas secções muito interessantes. Uma outra ideia poderia ser cada unidade ter o seu próprio espaço para divulgação de actividades do interesse geral da Arma. Ou então, uma Revista sem secções pré-determinadas e moldada, em cada numero, à participação existente.

#### E quem financia o projecto?

A época de contenção que vivemos inclina-nos para um caminho: o auto financiamento assente nas assinaturas dos leitores e em publicidade. Para isso são necessários várias condições:

- é indispensável uma forte política de divulgação. Todos deveremos assinar a Revista!

- a Revista deverá ser singela na sua

componente gráfica. A aposta deverá ser no conteúdo e não na sua aparência física. O que verificamos é que muitas destas revistas apostam forte na qualidade gráfica, páginas todas a cor e papel de primeira qualidade traduzindo-se em custos que, dados os magros orçamentos, não permitem a edição de mais do que dois números num ano ou mesmo um exemplar único anual. O financiamento da Revista poderá passar por reduzir os custos na produção e fomentar a qualidade no conteúdo.

Se a aposta da Revista poderá ser na qualidade do seu conteúdo, qual a ideia para esse conteúdo?

Com esta prospectiva do conteúdo não pretendemos ser restritivos mas sim realçar o que constitui uma mais-valia desperdiçada quando não partilhada. Falamos dos trabalhos realizados no âmbito dos cursos curriculares de Oficiais e Sargentos; da experiência pessoal de Oficiais e Sargentos em Estados-Maiors multinacionais ou de estruturas de Organizações Internacionais; da experiência dos cavaleiros nos Teatros de Operações da Bósnia-Herzgovina, Kosovo e Timor; da experiência de cursos frequentados em escolas de outros exércitos; da equitação (afinal uma arte enraizada nas origens da nossa Arma); mas principalmente no imenso património humano e técnico-táctico das gerações que combateram no antigo ultramar e que nos arriscamos a perder sem que fique tudo escrito. Existe pois um vasto universo do conhecimento para explorar, para além do que constitui as preocupações actuais da nossa Arma.

#### EPÍLOGO

Apresentámos algumas ideias que poderão dar corpo ao desafio de reeditar a Revista da Cavalaria. São apenas ideias que podem ser o início para ideias ainda melhores. Resta-nos a consolação de participar no empreendimento deste projecto.

## QUAL O CC SUBSTITUTO DO M60A3TTS?

### INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objectivo apresentar factos relativos à história do Carro de Combate<sup>1</sup> (CC) em Portugal e analisar algumas linhas de força que possam contribuir para justificar a necessidade em substituir-se o M60A3TTS, para auxiliar à escolha do futuro CC e para delimitar o seu número aos Esquadrões de Carros de Combate (ECC) do Grupo de Carros de Combate (GCC).

Os dois países tradicionalmente fornecedores de CC a Portugal - Inglaterra e Estados Unidos da América - são também, por coincidência, os que melhor defendem os laços transatlânticos. A

França, a Itália e a Alemanha são ainda os outros países considerados nessa análise, mas por sinal, em especial a França e a Alemanha, estão empenhados numa Europa mais forte a todos os níveis, incluindo a Política Europeia Comum de Segurança e Defesa (PECSD) da União Europeia (UE).

Pelo recurso a uma matriz são identificados os possíveis critérios de selecção do futuro CC. Neste estudo apenas foram consideradas três componentes por cada uma das cinco acções essenciais ao combate. Não se consideraram as implicações à instrução de quadros, à sua formação e actualização técnica e ao apoio logístico, bem como as consequen-

Designação dos CC adquiridos por Portugal	País Produtor	Ano de Produção	Ano Entrada Serviço Exército Português
Valentine*	Inglaterra	1940	1942/43
Centauro*		1943	1945/46
M24		1944	1952
M47*	Estados Unidos	1951	1952
M4A3	da	1942	1953
M5A1	América	1942	1956
M48A5*		1975	1977
M60A3TTS*		1978	1992

Legenda: \* - CC principais

Quadro Nº 1 - CC adquiridos por Portugal (1942 - 1992)

*Maj Cav Amado Rodrigues é Professor de Material e Tiro de Cavalaria na Academia Militar*

<sup>1</sup>Por CC considera-se a seguinte definição: sistema de armas que, por determinada ordem de prioridade, reúne em si a optimização sistémica das cinco acções essenciais ao combate (potência de fogo; acção de choque; protecção; mobilidade; comando, comunicações e informações), tendo uma peça como armamento principal e o trilho (lagartas) como elemento do subsistema mobilidade. Em inglês é designado por Main Battle Tank (MBT).

cias aos níveis da Brigada Mecanizada Independente (BMI) e Exército.

Relativamente ao número de CC, exclusivamente para o GCC, a situação actual foi o ponto de partida para que, através de um esquema simples de raciocínio, se chegue à conclusão da existência do quantitativo mínimo e máximo de CC a adquirir, sob a perspectiva da doutrina de referência e da (ainda) pragmática organização elementar de forças militares. No fim são apresentadas algumas conclusões.

Ano	CC principal ao Serviço do Exército Inglês	CC principal ao Serviço do Exército Americano	CC principal ao Serviço do Exército Português
1942	<i>Crusader</i>	#	<i>Valentine</i>
1945	<i>Challenger A30</i>	#	<i>Centauro</i>
1952	#	<i>M47</i>	<i>M47</i>
1977	#	<i>M60A2</i>	<i>M48A5</i>
1992	#	<i>M1A2</i>	<i>M60A3TTS</i>

Legenda: # - Omitido

Quadro Nº 2 - CC principais ao serviço dos Exércitos de Inglaterra, dos Estados Unidos da América e de Portugal e num determinado ano.

### 1. O Carro de Combate em Portugal

A introdução em Portugal do primeiro CC ocorreu no início da década de 40 do século XX (1942/43) com a aquisição do CC inglês *Valentine* (Quadro Nº 1). Tendo como referencial os anos em que o Exército Português adquiriu um CC principal, referenciado por \* no referido Quadro, ou de produção inglesa ou americana, também é pertinente efectuar a seguinte comparação:

- Portugal adquiriu o seu primeiro CC à Inglaterra, ainda durante a II Grande Guerra (IIGG);

- Com a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 04 de Abril de 1949 - Portugal foi um dos países fundadores - e pelos acordos bilaterais estabelecidos entre os Estados Unidos da América e Portugal, relativos às facilidades concedidas àqueles na utilização da Base das Lajes, os CC adquiridos desde 1952 - ano correspondente à

CC principais	Valentine	Crusader	Centauro	Challenger A30	M47	M60A2	M48A5	M60A3 TTS	M1A2
Algumas características									
Calibre da Peça(mm)	75	57	57	75	90	152	105	105	120
Peso(Ton)	16,2	20	27,9	33	46	58	48,9	51,3	69,5
Velocidade Máxima (Km/h)	24	43,2	64	51	48	48	48,2	48,3	67,2
Potência do Motor (Cv)	138	340	600	600	810	750	750	750	1500

Tabela Nº 1 - Algumas características dos CC principais e referidos no Quadro Nº2.

Considerando agora algumas características relativas aos CC principais ao serviço dos Exércitos Inglês, Americano e Português, descritos anteriormente, é possível elaborar a Tabela Nº 1.

Da análise dos Quadros e Tabela anteriormente apresentados, em conjugação com a situação internacional, em geral, e com a situação de Portugal, em particular, obtêm-se as seguintes informações:

entrada ao serviço do Exército Português do CC M47 - até 1992 - ano correspondente à entrada ao serviço do Exército português do CC M60A3TTS - passaram a ser sempre de produção americana;

- Em 1952, tanto os Estados Unidos da América como Portugal tinham o CC M47, como meio orgânico principal das unidades de CC;

- Com o esforço de guerra orientado para a manutenção do Império da



Fig 1 - Carro de Combate M47.

Índia e de África entre 1961 e 1974, e não sendo o meio de combate mais indicado para fazer face à guerra de guerrilha, Portugal manteve ao serviço durante duas décadas e meia o CC M47; - Só em 1977, após a consolidação do Estado democrático em Portugal, foi processada a entrada, ao serviço do Exército Português, de um novo CC, o M48A5;

- Desde esse ano e até 1992 foi-se criando assustadoramente um enorme fosso<sup>2</sup>, aos níveis técnico e tecnológico, entre os CC ao serviço nos Exércitos Português e Americano - em 1978 o CC M60A3 entrou ao serviço do Exército Americano, com sistema de estabilização de tiro nos dois planos (horizontal e vertical), telémetro laser e computador de tiro (neste computador são processados automaticamente vários dados balísticos, tais como a velocidade do vento, a temperatura do ar, a altitude, etc);

- Após a Queda do Muro de Berlim (1989) e o consequente Tratado de Forças Convencionais na Europa (Tratado CFE), Portugal adquiriu 80 (oitenta) CC

M60A3TTS só em 1992, quando se encontrava já ao serviço do Exército Americano o CC M1A2<sup>3</sup>, tendo este, ainda na actualidade, capacidades letais ímpares e dispondo, também, de elevados índices de sobrevivência, em consequência da introdução de melhoramentos tecnológicos, particularmente aqueles que dizem respeito às novas tecnologias do sistema de pontaria e de tiro, de comunicação e de informações (Quadro Nº2).

Entretanto, já decorreram dez anos desde que o CC M60A3TTS entrou ao serviço do Exército Português e já se passaram vinte e quatro anos desde que foi iniciada a sua produção. Simultaneamente, trata-se de um CC que saiu de produção e actualmente são fornecidos, apenas por encomenda, os seus sobresselentes.

Que custos acrescidos e por quanto tempo mais terá de suportar o Exército Português esta situação? O Exército Português está numa posição tão frágil que é urgente agir, sob pena de se gastar muito dinheiro em manter um tipo de CC que não se adequa ao ambiente

<sup>2</sup> Esse fosso tem vindo a aumentar até à actualidade.

<sup>3</sup> A produção do CC M1A2 teve início em 1992.



Fig 2 - Carro de Combate M48A5.

operacional actual nem futuro, ou seja, a relação custo/eficácia é francamente desfavorável.

Através da Lei de Programação Militar<sup>4</sup> existente, em conjugação com o Livro Branco da Defesa Nacional de 2001 do Ministério da Defesa Nacional, poder-se-á afirmar, sem muita margem de erro que, pela inacção, nos próximos dez anos (até 2012), muito dificilmente existirão condições para se proceder à aquisição de um novo CC. Também pela actual directiva N°263/CEME/01, do General Chefe do Estado Maior do Exército, constata-se a omissão relativamente a essa (im)possibilidade, na medida em que a prioridade está orientada para viaturas blindadas ligeiras, ou seja, na “guerra” entre rodas versus lagartas, o sistema de viaturas blindadas rodas, em Portugal, vencerá a batalha, pelo menos para os próximos anos. Portanto, se não houver outra atitude, poderão passar-se novamente vinte e cinco anos (ou mais) e o Exército Português terá ao serviço o mesmo CC, no caso o

<sup>4</sup> A actual Lei de Programação Militar foi aprovada pela Assembleia da República em 27Set2001 e, relativamente às aquisições de equipamentos militares para o Exército, não contemplou CC. Esta lei, para vigorar até 2018 pode, no entanto, ser revista de dois em dois anos, originando portanto uma nova lei que contemple outros equipamentos.

M60A3TTS - essa situação só ocorreu entre 1952 e 1977 quando tivemos o CC M47 ao serviço, mas por factos já explicados anteriormente.

## 2. O futuro CC do GCC

A substituição do actual M60A3TTS por outro CC, no sentido de serem garantidas as melhores condições de interoperabilidade e de similitude de meios quando integrados em forças combinadas, é um dado do problema.

Partindo do pressuposto de que o GCC do Exército Português terá um novo CC - será desejável no prazo máximo de sete anos (2009) -, levantam-se várias questões sobre a escolha do país fornecedor e a decisão de qual o modelo de CC a adquirir.

A análise do processo de escolha de potenciais fornecedores do novo CC incidirá segundo dois eixos estruturantes: as experiências anteriores (história) e as tendências da defesa colectiva da Europa. Quanto ao primeiro eixo estruturante, se atendermos à história do CC em Portugal descrita anteriormente, existiu uma ligação inicial com a Inglaterra, durante a II GG, e outra que se lhe seguiu com os Estados Unidos da América, a qual ainda se mantém. Portanto, a Inglaterra e, principalmente, os Estados Unidos da América são os países que historicamente fornece-

ram, até à data, CC para Portugal. Em termos relativos, os norte-americanos estarão em posição de vantagem, em detrimento dos ingleses, pela entrega de uma encomenda futura de x CC, tendo como base de comparação o actual CC ao serviço dos seus Exércitos e a fidelidade da relação estabelecida entre esses países e o seu cliente (Portugal). É de salientar também que estes são os países que melhor garantem a ligação transatlântica - Portugal é um país tradicionalmente atlântico.

Relativamente ao segundo eixo estruturante, a constituição do Exército Europeu implicará, no actual contexto de segurança comum, a partilha de assuntos de defesa com os outros países europeus, tal como aconteceu aos níveis político, social, económico, financeiro, etc. A disponibilização de meios de combate de diferentes exércitos para o Exército Europeu será apenas por um período de transição. O futuro passará pela concepção, investigação, produção e desenvolvimento desses meios de combate, comuns aos diversos países europeus. E quais serão, desses países, aqueles que poderão fornecer CC a Portugal? Para além da Inglaterra, considera-se apenas os que possuam capacidades de produção própria de CC, que pertençam à UE e à NATO e que tenham fornecido ao Exército Português viaturas para fins militares. Esses países são a França, a Itália e a Alemanha. O CC actual ao serviço dos seus respectivos Exércitos será também a base de comparação.

Ambas linhas de força, quer no sentido da ligação transatlântica - identificada pelos Estádios Unidos da América e Inglaterra -, quer no sentido de uma Europa mais continental - identificada principalmente pela Alemanha e França -, apresentarão vantagens e inconvenientes. Compete a Portugal definir claramente as orientações da estratégia geral a desenvolver: por um lado, tal como referiu o Embaixador José Cutileiro, “... o Oceano não divide uma



Fig 3 - Carro de Combate M60A3TTS.

comunidade de interesses e valores que, apesar de muitas divergências internas, se tem mantido coesa durante mais de meio século ...”<sup>5</sup>, e por outro lado, a crescente integração política da UE, pela via federal, proporcionará uma inequívoca assunção e reforço do seu pilar de segurança e defesa<sup>6</sup>.

Uma vez definida a lista privilegiada dos possíveis países fornecedores de CC a Portugal - Inglaterra, Estados Unidos da América, França, Itália e Alemanha - terão que ser estabelecidas superiormente as prioridades a obedecer pelos critérios de decisão sobre o modelo de CC a adquirir, ou seja, com base nas acções essenciais ao combate - poder de fogo, mobilidade, protecção, acção de choque e comando e comunicações - definir-se-á a sua ordem relativa e o seu grau de importância (do tipo muito relevante, relevante, pouco relevante). Nesse processo de decisão será determinante a relação custo/eficácia.

Uma matriz de apoio a essa decisão poderá ter o aspecto do Quadro N°3. Em face da situação histórica descrita, da urgência em substituir-se o CCM60A3TTS, das características *per se* dos vários modelos de CC apresentados e da evolução previsível a longo prazo de maior confiança mútua entre os vários países europeus em matérias de segurança e defesa comum, será recomendável optar desde já pelo CC de origem americana. No entanto, dever-se-á congregiar energias para a produção de um CC europeu único,

<sup>5</sup> FERREIRA, MajCav Rui Manuel da Silva, Revista Militar, Outubro de 2001, pág 813.

<sup>6</sup> RAVARA, General Rui Lobato de Faria, Revista Militar, Outubro de 2001, pág 778.

Prioridade	Critérios Decisão		Modelos CC					Grau Importância
			Callenger 2	M1A2	Leclerc	Ariete	Leopard 2	
1ª	Comando e Comunicações	Novas Tecnologias	Sim	Sim	Sim (versão 2)	Sim	Sim (versão A2)	MR
		GPS	Sim	Sim	Sim	-	Sim	MR
		On-line	-	Sim	-	-	-	MR
2ª	Mobilidade	Nº Cavalos	1200	1500	1500	1300	1500	MR
		Vel Max	56 Km/h	67,2 Km/h	71 Km/h	65 Km/h	72 Km/h	MR
		Peso	62,5 T	69,5 T	54,2 T	54 T	55,1T	R
3ª	Poder Fogo	Calibre	120mm	120mm	120mm	120mm	120mm	R
		Estabilização	Sim. Planos indep	Sim. Planos indep	Sim. Planos indep	Sim. Planos indep	Sim. Planos indep	MR
		Carregamento Autom	Não	Não	Sim	Não	Não	R
4ª	Protecção	Blindagem	Chobham/Aço	Chobham/Aço/Modular	Modular/Compósita/Aço	Aço Compósita	Aço Laminar	R
		NBQ	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	MR
		Silhueta	Reduzida	Reduzida	Reduzida	Reduzida	Reduzida	R
5ª	Acção de Choque	Comp (casco)	8,32m	7,91m	6,88m	7,59m	7,72m	PR
		Largura	3,52m	3,65m	3,71m	3,6m	3,7m	PR
		Altura	2,49m	2,88m	2,53m	2,5m	2,78m	R
Custo/Eficácia		O custo deve ser alvo de negociação, caso a caso. A eficácia deve ser entendida como a rendibilidade do CC para um período de tempo cerca de 20 anos.						

Quadro Nº 3 - Matriz de Apoio à Decisão

capaz de satisfazer as exigências dos diversos conflitos e dos novos ambientes operacionais, à semelhança do *Future Combat System*<sup>7</sup> americano. Nesse processo, Portugal deverá então aderir ao programa do CC europeu do futuro, assumindo a responsabilidade de construção de alguns dos seus componentes estruturais, envolvendo naturalmente recursos financeiros. Aliás, este procedimento não será novidade, uma vez que o programa de helicópteros NH-90 para o Grupo de Aviação Ligeira do Exército (GALE) contemplou essa modalidade. Desse investimento, o GCC disporá então de um determinado número de CC.

### 3. Quantos CC para o GCC?

O GCC tem actualmente 54 CC no seu Quadro Orgânico de Material (QOM) aprovado. Esse número resulta da adequação desses meios à doutrina americana de referência (década de setenta do século passado).

Considera-se que o Pelotão CC (*PelCC*) tem na sua composição 5 CC. Também por se tratar de uma organização ternária, cada Esquadrão de CC (*ECC*) tem 3 *PelCC*. O mesmo se passa no escalão superior, onde o GCC tem 3 *ECC*. Através de uma operação simples de multiplicação, estão quantificados 45 CC, aos quais se adicionam 2 CC em cada *CmdECC* e mais 3 no *CmdGCC*, perfazendo o total de 54CC.

Com a introdução dos CC M1 no Exército Americano, aquela razão diminuiu para 4 CC por *Pel*. Este dado, se importado para o GCC, poderá significar que o seu QOM futuro contemplará no máximo 45 CC dessa família. No entanto, face à *Directiva Nº 263/01 de 19Dec01 do General Chefe do Estado Maior do Exército*, a Brigada Mecanizada Independente (*BMI*) tem a categorização de *Forces of Lower Readiness (FLR)*<sup>8</sup>. Assim sendo, é admissível que o

GCC tenha os seus efectivos na ordem de grandeza próxima de 2/3 dos seus quadros orgânicos aprovados, ou seja, poder-se-á considerar doravante apenas 2 *ECC* - excepto se a prioridade de emprego de forças, do Sistema de Forças Nacional, sofrer novamente alterações.

Para aquela situação, bastariam 31 CC. Mas se admitirmos ainda a possibilidade de cada *ECC* ter apenas 2 *PelCC*, então chegaríamos à conclusão que seriam necessários somente 23 CC.

Portanto, sob a perspectiva da doutrina americana e da categorização actual da *BMI*, 23 é o número mínimo de CC que terão de existir futuramente no GCC, uma vez que, abaixo dele, não haverão razões substantivas para a existência como Grupo.

Contudo, pode-se ainda admitir outra lógica de raciocínio e que é a seguinte:

- A parêntese (2 elementos), é a mais elementar força militar organizada para ser empregue no campo de batalha. Se considerarmos que um *PelCC* terá uma parêntese de CC e o próprio CC do *CmdtPelCC*, as contas serão feitas a 3CC por Pelotão. Consequentemente, cada *ECC* - a 2 *PelCC* - terá então 8CC. Ao escalão GCC - a 2 *ECC* - existirão, portanto, 19CC. Este raciocínio não consta em qualquer doutrina de referência, permitindo apenas a manutenção mínima de treino operacional das guarnições de CC. Mas esses meios convencionais deverão ter elevadas capacidades tecnológicas, em oposição ao seu número, tornando-se mais letais e mais flexíveis. Será que esta teoria de *PelCC* a 3 CC vingará nos Estados Unidos da América (onde assenta a nossa doutrina de referência)?

O Exército Suíço implementou com sucesso este conceito, na sua reforma de 95, com a introdução do CC Leopard 2º.

<sup>8</sup> "...Forças em menor estado de prontidão, com efectivos pelo menos a 65% do seu Quadro Orgânico de Pessoal e uma prontidão de 90 a 180 dias...". Ver *Directiva Nº263/CEME/01*.

<sup>7</sup> É o sucessor do FMBT (Future Main Battle Tank) que, por sua vez, substituiu o M1 Abrams

## Conclusões

De modo a garantir-se a existência do CC em Portugal às gerações vindouras não deverão seguir-se as práticas exercidas até à data. Para manter viva a chama *carrista* na Arma de Cavalaria tem que se investir num CC da actualidade - a escolha recai sobre o CC MIA2 pelos critérios seleccionados neste artigo - , sob pena de imperar a desmotivação dos quadros para servir no GCC, em antítese àquela que se verifica - e continuará a verificar-se a médio prazo - nas unidades de reconhecimento terrestre, em particular nos Esquadrões de Reconhecimento das Brigadas Aero-transportada Independente e Ligeira de Intervenção, e ainda no Grupo de Aviação Ligeira do Exército, uma vez que há razões substanciais e legítimas para estas opções, como sejam os factores de motivação relacionados com a natureza das suas próprias missões e dos meios modernos de que dispõem, ou ainda pela sua maior probabilidade de emprego em missões internacionais como unidades constituídas.

As possibilidades apresentadas para se adquirir um determinado número de CC não devem encerrar em si todo o processo que deverá ser detalhado sob a forma de um plano dinâmico e a longo prazo, com o objectivo último de Portugal integrar um consórcio europeu para a construção do seu próprio CC, em condições de satisfazer as exigências dos vários conflitos e dos novos ambientes operacionais - à semelhança do FCS americano.

É preferível ter menos e melhores (mais letais) carros de combate.



\* STRINGER, Maj Kevin D., *Armor*, Março-Abril 2001.

## Bibliografia

### 1. Fontes impressas

#### Livros:

a. FOSS, Christopher F., *Tanks and Fighting Vehicles*, The Illustrated Encyclopaedia of the World's, Salamander Books Ltd, London, 1977.

b. FOSS, Christopher F., *Tanks and Combat Vehicles Recognition Guide*, Harper Collins Publishers, New York, 2000.

c. SANTOS, General Loureiro dos, *Segurança e Defesa na Viragem do Milénio*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 2001.

#### Revistas:

a. *Revista Militar*, Nº 2397, de Outubro de 2001.

b. *Revista Militar*, Nº 2399, de Dezembro de 2001.

c. *Revista Militar*, Nº 2400, de Janeiro de 2002.

d. *Armor*, Março-Abril de 2001.

#### Outras:

a. Lei de Programação Militar, Assembleia da República, de 17 de Setembro de 2001.

b. Directiva Nº 263/CEME/01, Chefe do Estado-Maior do Exército, de 19 de Dezembro de 2001.

c. Livro Branco de Defesa Nacional, Ministério da Defesa Nacional, de 16 de Maio de 2001.

### 2. Outras Fontes

a. CD-ROM Interactivo da EPC, Santarém, 2000.

b. <http://www.fas.org/man/dod-101/sys/land/fcs.htm>

## A NOSSA EQUITAÇÃO

(...)«Se, na senda do progresso, “parar é morrer”, se-lo-á muito mais quando se trata de uma técnica ao serviço de uma velha arte que, ao longo dos séculos, viu sucederem-se os sistemas, os métodos, as escolas e as academias.»(...)¹

O cavalo, fiel e nobre companheiro do Homem desde a antiguidade, sempre ocupou um lugar privilegiado entre os demais animais domesticados. Utilizado no trabalho, como meio de transporte e na guerra, sempre acompanhou o homem demonstrando uma dedicação quase única e uma vasta gama de utilizações inigualáveis atendendo à sua constituição, porte, velocidade, resistência, para além de outras características físicas e, em particular, às suas qualidades de carácter.

(...)«Com o afastamento do cavalo das frentes de combate, das estradas e caminhos, a própria mecanização terá feito virar o homem para o seu histórico companheiro de labores e lutas, agora sob um prisma de bem estar e felicidade, companheiro que merece continuar a sê-lo, também agora, na nova qualidade de vida do homem moderno e civilizado.»(...)²

Nos dias de hoje, nesta sociedade sempre em movimento, o cavalo tem sabido manter-se presente entre nós. A prática da equitação e todas as actividades diá-

*Maj Cav Miguel Pombeiro está colocado no Centro Militar de Educação Física e Desportos onde desempenha as funções de Chefe da Subsecção de Actividades Equestres da Secção de Ensino da Equitação*

¹ De CorCav Arnaut Pombeiro in “Revista Equitação” (Abr/Mai 2000)

² In “Correio da Manhã”, 29Set79



rias e obrigatórias que a envolvem, tem a sua importância situada a diversos níveis. Entre esses níveis destaco dois: um, sócio-educativo, de cariz iminentemente formativo com extraordinário valor para a juventude, como escola de virtudes fundamentais à vida do homem em geral e do homem-chefe em particular e outro, o económico.

De facto sem meditação, perseverança, calma, gosto pelo risco, coragem, reflexos apurados, uma vontade forte, responsabilidade e capacidade de decisão, ninguém será bom cavaleiro. Se pode afirmar-se que a equitação superior favorece o desenvolvimento de qualidades de perseverança, de estudo e reflexão, a equitação de obstáculos e de exterior exige desembaraço, reflexos apurados, sangue frio, determinação e força de vontade, qualidades que concorrem de uma forma decisiva para a educação e formação do homem. Quando praticada colectivamente a equitação contribui para fortalecer o espírito de corpo e para apurar o sentido da disciplina. Mais recentemente e ainda ao nível da educação das camadas mais jovens, a lida com o cavalo está cotada como tendo uma relevância extraordinária no contacto e respeito pela natureza, ajudando a contrariar algum egoísmo da raça humana na sua forma de estar neste planeta.



(...)«Ao segundo nível, o económico, o hipismo enquanto expressão desportiva da prática da equitação, é o único desporto que utiliza como “instrumento” um ser vivo. Toda a máquina que suporta este desporto, a produção, melhoramento, conservação e utilização desportiva da espécie equina arrasta consigo um mundo de interesses e valores, que todos os países com projectos agropecuários, protegem e estimulam como importantes fontes de riqueza nacional. O hipismo envolve um completo ciclo económico não só no sector primário da economia como também no industrial e terciário e que vai desde a produção forrageira, aos alimentos concentrados, ao apoio médico-veterinário e farmacológico, passando pelo turismo e ocupação dos tempos livres e podendo ter, como tem em todo o mundo, enormes repercussões nos erários públicos pelas fabulosas somas arrecadadas pelos cofres dos Estados na indústria-espectáculo da aposta mútua desportiva.»(...)<sup>3</sup>

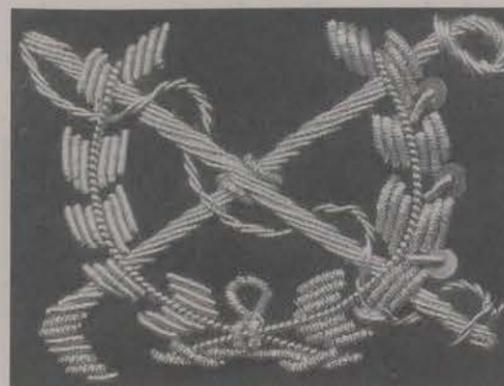
Apesar de diversas opiniões quanto ao papel que a estrutura militar existente poderá ou deverá ter ao segundo nível (também aqui é vulgar ouvir-se: “Mafra tem uma palavra a dizer”), atendendo ao conhecimento dos seus especialistas e até no que respeita à produção cavalgar e defesa de uma raça pura lusitana, produção de forragens e outros conhecimentos médico-veterinários, julgo que é ao primeiro nível, o sócio-educativo, que a “Escola Militar de Equitação” deverá continuar a ter um papel fundamental e determinante. Esta minha opinião assenta não só no peso do seu passado histórico, mas sobretudo na confiança nas suas (ainda existentes) qualidades e capacidade de formação e avaliação de especialistas aos mais variados níveis. Única em Portugal verdadeiramente enraizada, com uma estrutura sólida, uma doutrina comprovada e resultados

alcançados enquanto escola e desportivos, mantém ainda hoje o seu valor bem patente quando verificamos que o corpo de formadores do embrião da tão falada Escola Nacional de Equitação, é constituído quase na sua totalidade por “filhos da escola”, militares e civis, aposentados e no activo; realço também o trabalho por estes elaborado no desenvolvimento dos currículos e exames em vigor na área da equitação, assim como a sua participação na constituição de júris de exame e de todo o tipo de provas e eventos. Constantemente solicitados são hoje e cada vez mais, os “filhos da Escola de Mafra”, para o desempenho das mais diversas tarefas e funções, solicitação essa também resultante da enorme proliferação de actividades equestres neste país.

Uma cuidada gestão dos recursos humanos (em paralelo com uma minuciosa gestão de recursos materiais e financeiros que sempre foi apanágio da nossa organização militar), beneficiará de sobremaneira o futuro próximo da equitação no seio das forças armadas e no nosso país. O homem, recurso escasso e dispendioso, depois de formado tem que ser “rentabilizado” - esta é uma preocupação de qualquer organização moderna, com ou sem fins lucrativos. Os nossos monitores, instrutores ou mestres nem sempre tiveram oportunidade de pôr em prática os conhecimentos adquiridos ao longo dos meses de cursos frequentados, investimento



feito pela instituição ao retirá-los das unidades onde prestavam serviço. Algumas Unidades e Estabelecimentos têm estado excedentárias em pessoal qualificado na área da instrução de equitação, enquanto Secções de Ensino de Equitação de outras se encontram deficitárias.



Outro elemento fundamental no desenvolvimento desta actividade e determinante nos níveis a atingir é o cavalo. Um grupo de cavalos de instrução demora anos a preparar e a estar pronto, desde o cavalo da fileira da Escola Prática de Cavalaria, Academia Militar ou Colégio Militar, ao cavalo pronto a ser utilizado nas aulas de “ajudas” de um Curso de Monitores, Instrutores, de Aperfeiçoamento de Equitação ou na “Reprise de Mafra”. A “fábrica de montadas de instrução” da época de ouro da equitação militar faliu; a fábrica da actualidade produz cada vez menos - onde estão as montadas de instrução que a tantos jovens cavaleiros ensinaram? As montadas de desporto reclassificadas, ensinadas pelos oficiais a quem tinham estado distribuídas, experientes e cansadas que revertiam para as fileiras, são cada vez menos. Este ciclo, montada de desporto que reverte para a instrução, já provou ser eficaz e um elemento determinante no nível atingido na instrução; montadas de instrução “já feitas” não se encontram a preço que se justifique. Ao reduzir o numero de montadas de

desporto reduzir-se-á obrigatoriamente o numero daquelas montadas de instrução. Quando apressadamente nos desfazemos de meia dúzia de cavalos “velhotes”, estamos a deitar fora parte integrante e valiosa do património equestre militar, insubstituível tanto a curto como a médio prazo e cuja continuidade nas fileiras “pesaria” durante mais meia dúzia de anos, em alguns casos. A continuidade da instrução de equitação nas fileiras sempre dependeu e dependerá da qualidade das suas montadas, para além da doutrina e dedicação empregues.

Por mais que se procure e experimente, parece não existir no País qualquer alternativa tão completa e sólida à apresentada pela “Escola Militar de Equitação”, assente em princípios, baseada em valores e tradições que nós militares tanto defendemos e acarinhámos. Os seus picadeiros, campos de obstáculos, pistas de cross, cavalariças, estruturas de apoio veterinário e siderotécnico, etc, aliados ao conhecimento adquirido e transmitido ao longo de gerações, é um património de todos aqueles, cavaleiros ou não, militares ou civis, que acreditam que o cavalo pode continuar a desempenhar um papel importante na sociedade moderna.

Após o total “desmoronamento” desta estrutura, dificilmente se erguerá de novo. Fazer escola é “formar com tempo para poder ir ao fundo das questões”; “formar no tempo para garantir toda uma continuidade”. Mesmo que haja vontade e suporte financeiro para a reerguer, as paredes já não serão as mesmas.



<sup>3</sup> Idem.

# A SECÇÃO DE VIGILÂNCIA DO CAMPO DE BATALHA NO EREC

## GENERALIDADES

A finalidade deste artigo é difundir as capacidades, características, possibilidades e limitações da Secção de Vigilância do Campo de Batalha do Esquadrão de Reconhecimento (SecVCB/ERec). Simultaneamente é intenção que estas poucas linhas sirvam de orientação no emprego táctico da SecVCB.

A base deste artigo são os manuais/artigos referidos na Bibliografia. Quando se faz referência à doutrina americana, podemos estar a induzir em erro, uma vez que determinadas traduções, foram feitas de fotocópias de instruções ministradas em Fort Knox (ou retiradas de sites da Internet), que poderão não estar totalmente de acordo com a Doutrina Oficial do Exército dos Estados Unidos da América.

## VIGILÂNCIA DO CAMPO DE BATALHA<sup>1</sup>

A Vigilância do Campo de Batalha (VCB) consiste na observação, directa ou indirecta, contínua e sistemática do campo de batalha, com vista à obtenção oportuna de notícias, sobre o inimigo e área de operações, necessárias à conduta das operações tácticas terrestres.

Constitui a principal forma de detecção das actividades do inimigo e pode ser exercida por órgãos actuando em terra ou transportados em meios aéreos.

Contribui também para a aquisição de objectivos, através da detecção, localização e identificação, precisas e oportunas de objectivos terrestres de forma a per-

*Cap Cav Jorge Ferreira é o Comandante da Esquadrão de Reconhecimento da Brigada Ligeira de Intervenção*

<sup>1</sup> Extracto da Sec II, Cap 5, Vol I do RC 130-1 OPERAÇÕES

mitir a sua análise e estudo com vista ao eficiente emprego dos meios de apoio de fogos.

A vigilância terrestre é, apesar das suas limitações, de importância fundamental e, desde que disponha de meios electrónicos, pode considerar-se permanente e contínua; a vigilância aérea, embora proporcione campos de observação mais vastos e profundos e possa ser rapidamente orientada sobre novas áreas, é fortemente dependente das condições meteorológicas, podendo também ser limitada por condicionamentos existentes à livre utilização do espaço aéreo.

A vigilância do campo de batalha é levada a efeito por patrulhas, observadores terrestres e aéreos e formações especializadas, com o recurso de aparelhagem óptica, equipamento de iluminação do campo de batalha, aviões tripulados ou não, máquinas fotográficas e de filmar, equipamento de radar e de infravermelhos, detectores químicos e radiológicos, equipamento de referenciação pelo som, equipamento de detecção de emissões electromagnéticas, sensores remotos, etc. A actividade de todos os órgãos de vigilância deve ser coordenada e integrada, por forma a conseguir-se um emprego rendoso dos meios existentes e evitarem-se falhas ou deficiências na cobertura de toda a área de influência da unidade.

## CONSTITUIÇÃO DA SECÇÃO DE VCB

De acordo com o extracto do Quadro Orgânico de Pessoal (QOP) do ERec/FOP a SecVCB é constituída como a seguir se documenta.

Com um total de 06 militares a Secção subdivide-se em 02 esquadras (equipas) radar, cada uma delas com 03 militares.

Nº Ref	Nº Ord	Subunidade/ Órgão/Função	Posto	Especialidade/ Categoria	Pessoal				Notas
					Of	Sarg	Cabos	Sold	
		<b>Secção de VCB</b>							
	1	Comandante	1º/2º Sarg	203 C Sarg Cav		1			
	2	Chefe de Equipa VCB	2º Sarg	298 C VCB Cav		1			
	3	Operador de Radar VCB		298 C VCB Cav			2		
	4	CAR/RTelef		676 TP CAR/RTelef			2		
				Soma	0	2	4	0	

De acordo com o extracto do Quadro Orgânico de Material (QOM) 05-05-10 de 09Nov94 do ERec a SecVCB tem á sua carga:

NOR	Material Designação	Distribuição SecVCB	Observações
0	Dotação individual de equipamento	06	
20	Espingarda Automática	02	a <sup>2</sup>
570	Binóculo estadiado	02	b <sup>3</sup>
760	Bússola Prismática	02	
1050	Auto TG tácticos 1/4 ton	02	c <sup>4</sup>
1280	Atrelado transportes gerais 1/4 ton	02	
4450	Radar de Vigilância do campo de batalha	02	
4500	Binóculo IL de condução (VCB)	04	
6190	Binóculo infra-vermelhos	02	
7020	Contentor isotérmico para transporte de alimentos (181)	03	
9120	Esp Aut G3 c/ LG incorporado	02	a
10020	E/R VHF Geral (RB2)	02	
10030	E/R VHF (E/R) (RB3)	02	
10870	Telefone de teste (MC5)	02	d <sup>5</sup>

A SecVCB está equipada com radares de vigilância terrestre (Ground Surveillance Radar - GSR) que fornecem informação de combate e dados de aquisição de alvos, sendo o actualmente existente um radar de origem americana - o Radar AN/PPS - 5B.

## O RADAR AN/PPS5B

Este radar de origem americana, concebido com tecnologia dos anos 50, começou a sofrer actualizações nos anos 70, sofrendo depois disso várias evoluções e correcção de deficiências ao

longo dos anos, tendo a versão actualmente existente na SecVCB sido aceite, por Portugal, no contrato P00053 com os Estados Unidos em Jul94.

O AN/PPS - 5B é um radar leve (86,6 lbs ou seja 39,28Kg para utilização na versão man-pack completa), portátil, de vigilância terra-terra<sup>6</sup>, capaz de detectar pessoas em movimento até uma distância de 06 Km e viaturas em movimento até uma distância de 10 Km<sup>7</sup>, de dia ou de noite sob (virtualmente) quaisquer condições climáticas. Construído para durar, o radar AN/PPS - 5B é resistente o suficiente para aguentar treino de

<sup>2</sup> a. É provavelmente, um erro do QOM. Se são 6 militares têm de haver 06 armas. 02 são G3 com LG incorporado, logo têm de ser 04 G3 normais.

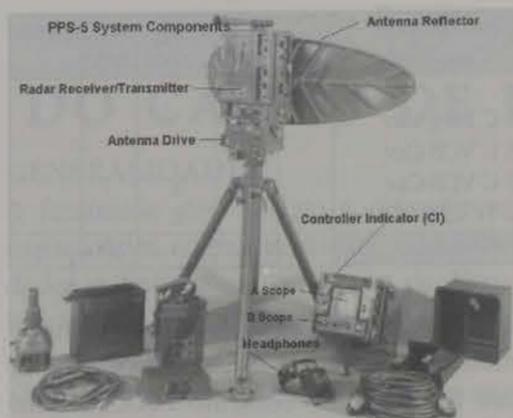
<sup>3</sup> b. Deveriam ser binóculos laser.

<sup>4</sup> c. Actualmente está em experiência a V200 Chaimite, aguardando-se pelas M11 versão Radar.

<sup>5</sup> d. Provavelmente um erro. Não se afiguram necessários, tanto mais que nem cabo WD1 TT têm.

<sup>6</sup> O radar é ineficaz contra alvos aéreos a não ser que estes voem muito próximo do solo, uma vez que o radar foi concebido para detectar alvos em movimento apoiados numa superfície fixa.

<sup>7</sup> O radar pode ser operado com ou sem o CI. No caso de utilização do CI os alcances são 10Km e 06Km para viaturas e apeados, respectivamente. No caso da não utilização do CI os alcances são de 05 e 03Km respectivamente, e neste caso a detecção é apenas através do sinal áudio e da deflecção da agulha do galvanómetro.



Radar AN/PPS - 5B

campo nas condições mais duras. Quando contentorizado, pode ser lançado de pára-quadras e ser submergido várias vezes. O sistema dispõe, no seu contentor, de todo o material necessário para o seu funcionamento: conversor de corrente de 24V para ligação às baterias da viatura, arnês de transporte para utilização apeado, tripé, telescópio, adaptador para montagem em viatura, 04 baterias recarregáveis<sup>8</sup> e um cabo com 50 pés (cerca de 15 m) para operação remota do sistema.

O radar apresenta um alcance mínimo de 50 metros e uma resolução de 40 m (distância mínima para identificar dois alvos distintos). Com um campo de observação em direcção de 6400 milésimos, tem quatro sectores de vigilância pré-programados: 533, 1067, 1600 e 1955 milésimos. Apresenta um erro de direcção de  $\pm 10$  milésimos. Em elevação tem um campo de -600 a +400 milésimos com um erro de  $\pm 10$  milésimos.

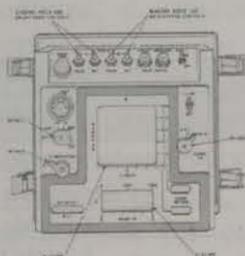
No topo do RT é acoplado um telescópio com poder de ampliação de 4x que serve para tirar a linha de mira de forma a garantir que o objectivo está em linha de mira com o radar e ainda para orientar

<sup>8</sup> A bateria BB/643/U é a principal fonte de alimentação do radar. É uma bateria de 6 volts prata-zinco. O seu electrólito é alcalino (hidróxido de potássio). A bateria é estanque, contudo em caso de perfuração ou qualquer outro dano pode o electrólito verter ou derramar. O CONTACTO COM O ELECTRÓLITO PROVOCA GRAVES QUEIMADURAS NA PELE E DANOS NA ROUPA E OUTROS EQUIPAMENTOS.

o radar em direcção (fazer o centramento da antena).

### FUNCIONAMENTO DO RADAR AN/PPS - 5B

O radar funciona de uma forma similar aos utilizados nos aeroportos para o guiamento das aeronaves, com a particularidade notável de o nosso sistema ser mais antigo, mais rústico e apenas referenciar o alvo em 02 dimensões.



Painel de Controlo

O AN/PPS - 5B é composto por 02 componentes principais:

- O emissor/receptor do radar (Radar Transmitter - RT), que emite (e recebe os ecos de volta) as ondas electrónicas;

- O painel de controlo (Controller Indicator - CI), que interpreta as ondas electrónicas;

O radar, através do RT envia impulsos de energia electrónica<sup>9</sup>, a um ritmo constante. Esses impulsos reflectem-se no alvo, originando um eco que é capturado novamente pelo RT. Este eco é transformado numa assinatura electrónica pelo CI. O sistema determina então a distância através do lapso de tempo decorrido entre a emissão do impulso e o regresso do seu eco. Para que a detecção seja precisa os alvos têm de estar em movimento ou terem partes móveis.

<sup>9</sup> Ao antena do RT emite radiação electromagnética em alta-frequência que pode provocar queimaduras internas fatais, pois coze literalmente os órgãos internos e a carne. Quando a proximidade do equipamento lhe provocar um efeito de aquecimento afasta-se rapidamente. NUNCA PERMANECER EM FRENTE DA ANTENA, A UMA DISTÂNCIA INFERIOR A 0,6m (2 pés) POR UM PERÍODO SUPERIOR A 10 minutos

A detecção dos alvos pode ser feita por quatro métodos:

- **Através dum sinal áudio nos auscultadores** - após selector de alcance (range gate marker - RGM) ser colocado na distância de detecção pretendida, o radar faz ciclos de varrimento ao longo do seu sector. Quando aparecer um alvo dentro do alcance marcado no RGM o operador ouvirá a sua assinatura. Um operador experiente pode distinguir perfeitamente a assinatura áudio de passos, barulho de motores, vento ou chuva, etc.

- **Através dum ponto brilhante no écran (Scope) B** - o écran B do CI mostra uma linha vertical que oscila para trás e para a frente ao longo do écran, conforme o radar roda ao longo do seu sector de varrimento. Alvos e interferências aparecem como áreas brilhantes. Reflexões no solo aparecem como áreas menos brilhantes e áreas não cobertas pelo radar aparecem escuras. Devido ao facto da linha vertical criar uma imagem tipo mapa ao longo da distância coberta pelo radar, esta pode ser usada para visualizar as zonas mortas.

- **Através de um pico de onda no écran A** - o écran A fornece uma imagem temporária da actividade ao longo de um azimute e muda constantemente de acordo com o varrimento do radar ao longo do seu sector. Os alvos aparecem como picos na barra horizontal.

- **Através da deflecção da agulha do galvanómetro (Test Meter)** - método pouco preciso e que apenas referencia que algures no sector do radar foi detectado um alvo.

Após a detecção do alvo o operador tem de parar o varrimento do radar, marcar o RGM (visível em ambos os écrans) para o alvo<sup>10</sup>. Uma vez que o RGM este-

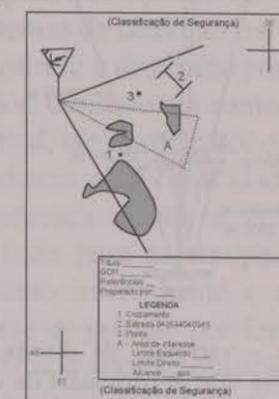
<sup>10</sup> Marcar o RGM para o Alvo não é mais do que fazer coincidir o marcador de distância (aparece como um ponto no écran) com o ponto luminoso do alvo. Quando os dois estiverem coincidentes, o sinal áudio é mais forte, temos a distância e o azimute.

ja no alvo, o operador ouvirá a assinatura mais alta (maior volume) e a partir disso pôde obter um a distância e um azimute. O azimute e a distância são transpostos para um quadro de coordenadas (plotting board) ou para um cartão de vigilância<sup>11</sup> (surveillance card) por forma a poder obter coordenadas de 8 dígitos (aproximação ao decâmetro)<sup>12</sup>. Dado que o principal meio de identificação dos alvos é o áudio, importa compreender a relação funcional entre o feixe do radar e os alvos dentro da área de vigilância. Se todos os sons provocados pelos alvos móveis, dentro da zona abrangida pelo feixe, entrassem nos auscultadores, o operador não seria capaz

<sup>11</sup> Como fazer o cartão (também denominado por alguns como transparente) de vigilância:

- Colocar um transparente (tipo mica) sobre a carta da área de operações ou área de responsabilidade, fixando-o com fita-cola ou similar;
- Referenciar este transparente com coordenadas (em pelo menos 02 cantos opostos);
- Marcar a localização do radar no transparente;
- Definir:
  - Zonas mortas (marcando-as a tracejado);
  - Marcar alvos:
    - Pontuais - representa-se com um ponto e numera-se. Registrar o tipo de alvos e numerá-los com o mesmo número na legenda;
    - Áreas - representam-se com linhas e numeram-se. São registados e numerados na legenda..
    - Áreas de monitorização adicional (ou áreas prioritárias de vigilância) são definidas com os limite esquerdo, direito e alcance a tracejado. São referenciadas por letras. São registadas na legenda e mencionados os alcances mínimos e máximos desse sector.

<sup>12</sup> É o mesmo método que é utilizado nos pedidos de fogos indirectos quando se utiliza o sistema de coordenadas polares.

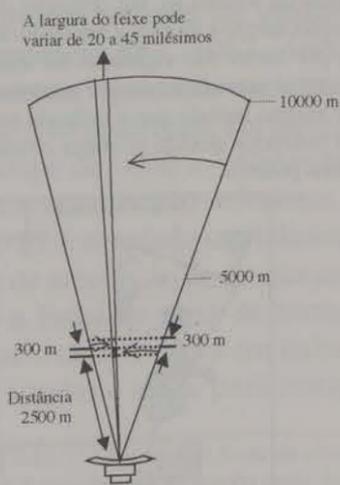


Nota- isto é apenas um ligeiríssimo resumo. Para os mais curiosos aconselha-se a consulta do Anexo C da FM 34-80.

de reconhecer ou distinguir qualquer sinal referente a um alvo específico, nem poderia determinar a sua distância. Assim, o selector de alcance permite ao operador analisar apenas uma parte seleccionada do feixe, normalmente correspondente à distância a que se encontra um determinado alvo já detectado. O selector permite que só aqueles sinais sejam ouvidos (sonorização máxima), possibilitando uma melhor identificação dos alvos, bem como maior eficiência na determinação da distância e azimute. A figura 3 ilustra as características de pesquisa do radar AN/PPS-5B.

### CAPACIDADES

A capacidade primária do radar é a procura, detecção e localização de alvos em movimento em períodos de visibilidade limitada, fornecendo localizações precisas dos alvos, garantindo aviso oportuno de movimentos In ou apoiando o controlo do movimento das nossas forças (NF). Pode ser utilizado de dia ou de noite (opera melhor em visibilidade limitada ou reduzida), penetrando através de camuflagem ligeira, fumo, poeira, nevoeiro e chuva (pouco intensa), neve ou fuligem (ligeiros). De acordo com alguns autores o radar pode ser utilizado para

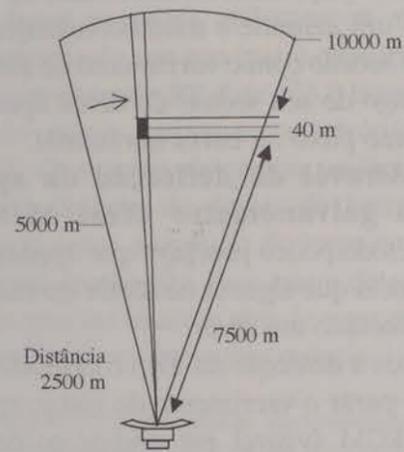


Banda Larga - varrendo da direita para a esquerda, cobre 600 m para além da distância lida no indicador

fazer ajustamento de fogos indirectos. O radar fornece coordenadas dos alvos, até ao decâmetro, de acordo com a qualidade do operador numa distância máxima de até 10 km para viaturas e até 06 km para pessoal apeado, com uma precisão de  $\pm 20$  metros. É possível a detecção de alvos para além destas distâncias, contudo a precisão das coordenadas vai perdendo fiabilidade com o aumento da distância.

O operador pode seguir alvos múltiplos e pode identificar o tipo de alvo (rodas ou lagartas, etc.) através da assinatura áudio. Operadores experientes podem identificar exactamente o tipo de viatura através de sinais característicos das mesmas.

O radar é facilmente movimentado no campo de batalha, em viatura ou em versão man-pack. Quando montado em viatura utiliza como fonte de alimentação as baterias da mesma, e pode ser comandado por controlo remoto de uma distância de até 15 m. O radar é desmontável e está preparado para ser transportado, apeado (decompõe-se em 3 cargas individuais, transportáveis por pessoal apeado ou pára-quedistas caso se utilize o CI ou em 2 cargas no caso da não utilização deste), dispondo de arne-



Banda estreita - varrendo da esquerda para a direita, cobre 20 m para aquém e além da distância lida no indicador

Características da pesquisa do Radar

ses tipo mochila. Contudo o peso e necessidade de baterias especiais trazem algumas limitações adicionais<sup>13</sup>.

### LIMITAÇÕES

O radar tem um tempo de montagem de cerca de 10-15 minutos e um tempo de desmontagem de cerca de 5-10 minutos, não podendo ser operado em movimento. Como consequência é fácil de depreender que a Secção tem extremas dificuldades em acompanhar operações que se caracterizem por movimentos elevados e constantes.

O radar funciona em linha de vista pelo que a morfologia do terreno cria zonas mortas (à semelhança do que acontece com os sistemas de armas de tiro directo).



Zonas mortas e zonas vistas

O radar não vê através das elevações ou por cima destas ou de linhas de intervisibilidade. Adicionalmente, as ondas do radar são interrompidas pelas árvores, partículas de fumo, chuva ou nevoeiro. Por isso:

- A eficácia do radar baseia-se no terreno onde este irá operar (na fase dos estudos, quando se analisam os factores de decisão MITM-T ter em especial atenção a análise do Terreno do ponto

<sup>13</sup> O radar, idealmente, deve ser apeado da viatura e montado num PO enquanto a viatura permanece à retaguarda dessa posição. As vantagens são o reduzir a assinatura térmica e acústica do radar, reduzir o nível de ruído para o operador, ser de mais fácil camuflagem e de mais fácil instalação numa posição ideal (crista topográfica com superfície dura nos flancos e traseira por forma a absorver a radiação lateral e traseira excedente). Como desvantagens temos que o apeado do radar limita a sua mobilidade em termos de reacção a acções inopinadas e mudanças de posição, limita a segurança, pois a equipa fica com 2 pontos com que se preocupar e limita o tempo de operação pois o radar fica pendente da carga das suas baterias especiais.

de vista de utilização dos radares). Se existem zonas de vegetação densa com poucas abertas, o radar fica limitado ao emprego em áreas não arborizadas e estradas. Esta é a principal fraqueza do radar quando empregue em operações no âmbito de conflitos de baixa intensidade quer em zonas urbanas ou zonas densamente arborizadas.

- Atendendo a que a maior parte das pessoas, com binóculos, com linha de vista durante o período diurno, consegue observar até aos 10 Km, os radares justificam a sua existência essencialmente no período nocturno.

O seu desempenho é degradado pela chuva ou neve intensa e fuligem densa - contudo um operador experiente pode minimizar estes efeitos;

Tal como outro qualquer sistema de armas, a eficácia do radar é equivalente à eficiência do seu operador. Se o sistema não for devidamente nivelado, não tiver um centramento (center scan) correcto ou se o operador não for proficiente na detecção ou localização dos alvos o sistema será mais ineficaz do que o é uma arma desajustada.

Devido ao facto de emitir ondas de radar, activas, está sujeito à detecção e contra-medidas electrónicas das forças In que facilmente podem detectar e destruir o radar usando os modernos sistemas de guerra electrónica. O radar é considerado um alvo de elevada prioridade para as forças In. Com os modernos sistemas de detecção um radar pode ser adquirido e destruído em cerca de 7 segundos. Contudo, na conjectura mundial actual, são muito raros os países que ainda detêm esta capacidade. No caso desta ameaça existir a contramedida mais eficaz para as equipas radar é o varrimento intermitente e a mudança frequente de posição por forma a evitar ser destruído após a aquisição.

Outra limitação importante do radar é que a sua assinatura é facilmente confundida com a do radar da ZSU 23-4

quando captada pelo receptor de aviso do Helicóptero AH64. Apesar de Portugal não dispor destes helicópteros (nem se prever a médio prazo a sua aquisição) pode no âmbito de operações conjuntas (convencionais ou de não-guerra) operar em zonas onde existam AH64. Uma simples coordenação rádio pode evitar o fratricídio das nossas equipas.

### CONSIDERAÇÕES OPERACIONAIS

Os militares da SecVCB têm de ser treinados (e hábeis) em técnicas de infiltração, recolha de informações, elaboração de relatórios, pedidos de fogos indirectos e operação eficiente do radar. Esta secção está disponível para operações para além da FLOT (OAZR ou LP) (sendo nestes casos apoiada em termos de segurança ou da elaboração de um planeamento de infiltração detalhado) ou para emprego como Esquadra de Exploração normal no caso de o radar ficar INOP ou ineficaz devido ao terreno ou condições adversas.

Por forma a que a SecVCB providencie uma boa cobertura terá que ter em consideração: a missão (da Sec e do ERec), o conceito de operação e o esquema de manobra do ERec e o tipo de alvos mais prováveis de aparecerem na área de operações (retirados da OOp do ERec). Na OOp é atribuído à SecVCB um sector de vigilância específico, o grau de sobreposição de sectores necessário e a frequência de cobertura desse(s) sector (os radares só são ligados quando necessários, por forma a diminuir o risco de detecção por parte do In). A OOp do ERec indica a posição geral dos radares<sup>14</sup>. A localização exacta é da responsabilidade do CmdtSec, que a comunica assim que ocupada. Sempre que o tempo disponível o permite são preparadas posições principais, de alternativa e suplementares. Os cartões de vigilância do radar são preparados, sendo enviada uma cópia ao PC do ERec. O radar deve ser mantido o mais á frente

possível, de acordo com o que a situação táctica e o terreno permitem. O desempenho da SecVCB não deve ser arbitrariamente atrasado até esta não poder prestar apoio efectivo. O desempenho da Sec em tempo permite às SubUn mais avançadas empenhar o In pelo fogo. Sempre que possível a SecVCB retira por lanços entre as duas equipas.

O sector de varrimento deve ser orientado para ver as Áreas Designadas de Interesse (ADI) pois assim maximiza-se o alcance do sistema e minimiza os espaços mortos (evitar elevações próximas) o radar tem um sector de varrimento, médio, de 90°, por isso deve ser posicionado num local onde possa ser rentabilizado, não se desperdiçando capacidades a cobrir ADI pontuais mas sim de zonas.

O emprego do radar em terrenos elevados é normalmente o mais indicado pois permite olhar sobre pequenos acidentes do terreno e apresenta menos zonas mortas. A posição mais apropriada é a que apresenta uma retaguarda dura (árvores, elevações, etc) pois favorece a absorção das radiações lateral e traseira diminuindo a assinatura do radar e consequentemente a probabilidade de aquisição do radar.

Uma posição coberta é crítica para a sobrevivência da equipa. A selecção geral do local de instalação deve ser feita, sempre que possível, em coordenação com o Cmdt da SecVCB. A selecção do local específico é feita pelo CmdtSecVCB. O local escolhido deve:

- Permitir a protecção por elementos de combate, o mais longe possível, por forma a permitir o aviso o mais cedo possível;
- Linha de sitio entre o radar e o alvo;
- Permitir comunicações com o ERec;
- Garantir cobertura e abrigo;
- Garantir protecção contra ECM

<sup>14</sup> No mínimo deve ser fornecido à SecVCB - a localização geral dos radares e os limites esquerdo e direito dos mesmos.

(Contra-Medidas Electrónicas): - o radar é um elemento de risco no que diz respeito à segurança electrónica. O radar emite energia (mesmo pela parte lateral e traseira) suficiente para que o In o detecte e use medidas radio de ECM. Uma vez detectado o radar fornece informação ao In sobre qual o tipo e dispositivo da força pelo que os radares podem ser destruídos ou empastelados. As seguintes medidas de segurança são algumas das que devem ser sempre adoptadas:

- Operar o radar de acordo com as instruções;
- Usar o terreno ou vegetação para absorver ou dispersar os lobos laterais da energia radiada;
- Sempre que possível efectuar as sintonias e os ajustamentos sem dirigir o equipamento para o inimigo;
- Colocar o radar de forma a que o alvo esteja entre o radar e montes ou florestas por forma a limitar o alcance de detecção do radar;
- Operar o equipamento só quando necessário, se possível estipulando períodos de ligação do radar aleatórios de curta duração; manter o radar desligado quando não for necessário estar a operar;
- Usar 2 radares a iluminar o mesmo alvo, de posições diferentes, por forma a alternar o período de funcionamento.
- Acoplar um dispositivo de visão nocturna ao radar, mesmo com alcances diferenciados, para permitir alguma cobertura quando o radar está desligado.

- Por último mas não menos importante, é bom não esquecer que aquando da selecção final da posição deverão ser tidos em consideração os seguintes factores:

- O radar deve estar afastado de fontes de alta tensão, no mínimo 200m.
- Os radares, mesmo trabalhando em parilha, devem estar afastados entre si pelo menos 2000 m.

- Durante tempestades electromagnéticas os radares devem ser desligados.

O QOP da SecVCB tem um efeito significativo nas operações. O efectivo existente coloca alguns problemas, nomeadamente em duas áreas fundamentais: coordenação e plano de descanso.

- Coordenação porque o Cmdt de Secção é simultaneamente Chefe de uma das Equipas de VCB e conselheiro técnico do Cmdt do ERec no que diz respeito ao emprego da SecVCB. Esta Secção tem que efectuar as seguintes coordenações com as outras subunidades do ERec e/ou unidades adjacentes (por forma a minimizar o risco de fratricídio)<sup>15</sup>:

- Sinais de identificação, senha, contra-senha e santo, ITTM, localização das 2 equipas radar e das várias subunidades do ERec bem como unidades adjacentes, forma de prestação do apoio logístico, etc.

- Plano de Descanso porque mesmo com as duas equipas completas (a 3 homens cada uma) durante o decorrer das operações estão os 3 (simultaneamente) acordados:

- O chefe de equipa garante a arma colectiva, garante a segurança mantém-se em escuta rádio; o operador de radar (OR) opera o radar; o terceiro homem (conductor) garante segurança local, apeada, e eventualmente assinala os alvos captados pelo OR (de acordo com os factores de decisão MITM-T o conductor poderá estar no compartimento de condução ou a descansar).
- Devido a falta de pessoal, baixas, incapacidade temporária, etc, poderá acontecer muito facilmente que as equipas disponham apenas de 2 homens.
- O OR deve rodar a cada hora por forma a manter-se fresco e vigilante.

<sup>15</sup> Não esquecer a coordenação com as unidades que dispõem de AH64.



Vigiar continuamente os ecrãs e ouvir as assinaturas através dos auscultadores é muito fatigante.

- Uma maneira de evitar a fadiga prematura das equipas radar é operar em ciclos horários inversos, trabalhando de noite e descansando de dia.
- Atendendo aos seus meios as equipas radar pouco mais podem contar do que o seu armamento orgânico, pelo que normalmente são utilizadas sob protecção doutra força ou são infiltrados numa posição escondida onde possam estar a coberto da observação In e onde o contacto com forças In é improvável.

#### EMPREGO DA SECÇÃO VCB NOS VÁRIOS TIPOS DE OPERAÇÕES

O ERec é uma unidade de manobra organizada para cumprir missões de reconhecimento, de vigilância do campo de batalha e de segurança. Em caso de necessidade o ERec pode ser empregue como forma de economia de forças em operações ofensivas, defensivas e retrógradas, por períodos limitados. Dispõe de elevada mobilidade e de apreciável riqueza em meios de comando e controlo o que lhe permite ser, se devidamente reforçado, apto para a execução de acções independentes<sup>16</sup>.

Contudo o RC 130-1 estipula que “as unidades de reconhecimento são forças de manobra de armas combinadas que se movimentam no campo de batalha em veículos terrestres... As suas missões fundamentais são a execução de operações de reconhecimento, de segurança e de economia de forças... No desempenho das suas missões fundamentais as unidades de reconhecimento podem: executar reconhecimentos, tanto próximos como afastados; vigiar frentes extensas ou proteger unidades de escalão superior; manter o contacto com o inimigo ou a ligação entre forças amigas; defender, por períodos limitados, determinados

pontos ou áreas do terreno; retardar o inimigo; executar golpes de mão na retaguarda inimiga; conduzir ataques de diversão ou de desgaste, conduzir acções de segurança na área da Retaguarda; fazer parte da reserva”.

Em jeito de resumo pode-se afirmar que, de acordo com o RC 130-1, dentro de cada uma das suas missões fundamentais, ao ERec podem ser dados os seguintes tipos de missões:

- Missões de Reconhecimento:
  - Reconhecimento de itinerário;
  - Reconhecimento de Área;
  - Reconhecimento de Zona;
- Missões de Segurança - Vigilância e Guarda (excepcionalmente, em frentes estreitas e devidamente reforçado com elementos de manobra e/ou de apoio de combate). - Vigilância (ou Guarda) Avançada, de flanco ou de retaguarda.
  - Missões de Economia de Forças:
    - Operações Ofensivas (marcha para o contacto, ataque imediato, ataque deliberado, exploração do sucesso e perseguição;
    - Outros tipos de Operações Ofensivas (reconhecimento em força, golpe de mão, finta e demonstração);
    - Operações Defensivas;
    - Operações de Defesa (defesa avançada e defesa em profundidade);
    - Operações Retrógradas (Rotura de combate, Acção Retardadora, Retirada e uma Combinação de Tipos);
    - Às operações defensivas (defesa e retrógradas) estão associadas outras operações de carácter limitado, como sejam:
      - Contra-ataque;
      - Ataque desorganizante;
      - Substituição de Unidades;

#### RECONHECIMENTO

O emprego do radar em operações de Reconhecimento é o mais difícil porquanto este tipo de operações caracterizam-se por movimento constante a um ritmo elevado, contudo a SecVCB com a enorme capacidade de vigilância nocturna e relevantes capacidades diurnas

é uma das mais valias na conduta das operações.

**Reconhecimento de Itinerário** - o ERec pode reconhecer até três itinerários em simultâneo (contacto improvável). O método normal é colocar uma força a cavalo do itinerário e 2 forças, nos flancos. É com uma destas forças que se deve deslocar a SecVCB.

- O emprego mais adequado neste tipo de missões é o de monitorização para a frente dos elementos mais avançados ou num dos flancos mais expostos. Quando se utiliza o radar na protecção de um flanco as equipas fazem lanços com sobreapoiio<sup>17</sup>, entre elas, por forma a manter uma cobertura constante. Este método requer planeamento detalhado e treino para sincronizar o ligar e desligar dos 2 radares para manter cobertura constante.

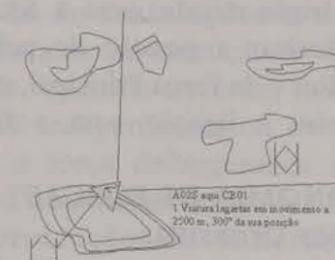
**Reconhecimento de Zona** - é uma operação mais lenta. Neste tipo de operação a SecVCB poderá acompanhar os elementos mais avançados, por forma a permitir aviso oportuno a estes quando estes executam buscas. Uma hipótese é ao alcançar as linhas de alturas a SecVCB instalar e vectorizar as várias subunidades ou vigiar para a frente dos elementos mais avançados.

**Reconhecimento de Área** - é uma operação demorada dentro da área, mas de grande ímpeto durante o movimento desde a posição inicial da Unidade até à área atribuída. Durante a execução do reconhecimento de área, a SecVCB deverá ser empregue na vigilância dos Eixos de Aproximação que conduzem à área. Durante o deslocamento para a área utilizar a técnica de reconhecimento de itinerário ou de zona.

#### SEGURANÇA

No decorrer de acções de contra-reconhecimento<sup>18</sup> as equipas VCB são caçadores efectivos no binómio caçador/mata-dor<sup>19</sup>. Assim que a equipa radar detecta

o movimento do inimigo (In), os operadores podem conduzir os matadores ao In através do seguimento simultâneo do movimento In e do matador. Utilizando o quadro de coordenadas o operador calcula um rumo de intercepção para o matador por forma a guiá-lo para uma posição onde possa destruir o In.



De acordo com o tipo de operação a desenvolver a SecVCB poderá ser responsável por manter vigilância con-

<sup>16</sup> Contra-reconhecimento é um termo não doutrinário na doutrina americana, que significa (doutrinariamente) vigiar, proteger ou cobrir, de acordo com o grau de empenhamento. Na doutrina Portuguesa vem consignado no 507, Sec II, Cap 5, Vol I do RC 130-1, como sendo “a acção preventiva destinada a impedir ou a neutralizar as acções de reconhecimento inimigo”.

<sup>19</sup> De acordo com a doutrina americana as operações de contra-reconhecimento utilizam 02 métodos básicos: a defesa estática e o método do caçador/matador. Este último método baseia-se, em traços muito gerais, na utilização de uma equipa (caçadores) para detecção e seguimento do movimento In (sem se revelar) e a utilização de uma equipa (matador) para destruição do In. A equipa de matadores recebe informação dos caçadores sobre o In (efectivo, composição, disposição, localização, etc). Este tipo de operações será alvo de próxima Publicação Interna. De acordo com o RC 130-1, as operações de contra-reconhecimento são, essencialmente, operações de segurança. O contra-reconhecimento pode ser de natureza defensiva ou ofensiva. O contra-reconhecimento defensivo procura evitar, pelo combate se necessário, que o reconhecimento inimigo penetre em determinadas zonas. É estabelecido à retaguarda de obstáculos naturais que estejam relacionados com poucas linhas de infiltração, as quais canalizam, portanto, qualquer acção de reconhecimento do inimigo. O contra-reconhecimento ofensivo procura deliberadamente as forças de reconhecimento inimigas e a sua destruição. As forças de contra-reconhecimento devem escalonar-se em profundidade e orientar-se pelo dispositivo das forças amigas, devendo regular os seus movimentos por forma a manterem-se constantemente a ele adaptadas...

<sup>16</sup> Transcrição do .112, Sec III, Cap I do RC 80-5, Brigada de Infantaria Independente.

<sup>17</sup> Sobreapoiio em termos de cobertura radar.

tinua ou aleatória dos Eixos de Aproximação In (escalão Batalhão ou superior), localizar a vanguarda da Guarda Avançada In e determinar a sua direcção de movimento.

Uma das tarefas a atribuir à SecVCB, numa operação de Vigilância/Guarda de Flanco em movimento, poderá ser a de complementar o Pelotão testa na execução da tripla missão, pois a SecVCB pode vectorizar a posição do pelotão testa do ERec e da Força Principal, mantendo assim a ligação com a Força Principal.

### ECONOMIA DE FORÇAS<sup>20</sup>

#### Operações Ofensivas

Na **marcha para o contacto** a SecVCB deve ser usada com os elementos mais avançados por forma a vigiar um flanco ou para fornecer observação e segurança adicionais.

Quer seja num **ataque imediato** ou **deliberado** (bem como no **combate de encontro** ou no **reconhecimento em Força**) as formas básicas da manobra são o ataque frontal, a penetração e o envolvimento. No caso da **Penetração** a SecVCB radar pode ser aproveitada para localização das defesas In antes do ataque. Esta informação é utilizada pelo Cmdt para evitar os pontos fortes In e explorar os seus pontos fracos. Os radares podem localizar actividade In para facilitar o emprego dos fogos de preparação e podem vigiar as posições In por forma a detectar se está/vai ocorrer algum reforço, substituição ou retirada de unidades In antes do ataque. Uma vez estabelecido o contacto com o In o radar pode ser usado para vigiar para lá da linha de contacto ou um flanco exposto. Pode ser posicionado para vigiar áreas críticas nos eixos de aproximação durante o ataque. Em períodos de visibilidade limitada o radar pode ser empregue para vectori-

zar ou guiar elementos das NF. Pode ser usado para seguir o movimento dos elementos mais avançados, para estabelecer e confirmar a sua localização específica a qualquer altura e para coordenar os fogos indirectos com o avanço das NF. Nos **Envolvimentos** o radar pode ser capaz de detectar aberturas ou flancos expostos. Pode ser possível o seu emprego com os elementos de segurança da força de envolvimento para fornecer aviso prévio da actividade In.

Durante a **Exploração do sucesso e Perseguição** os radares devem ser empregues nos mesmos moldes da marcha para o contacto. Adicionalmente os radares atribuídos á força de envolvimento podem ser colocados para localizar forças In que retirem ou assistir na identificação de forças amigas durante operações de junção.

A execução de um **Golpe de mão** pressupõe a **Infiltração** de uma força pelo que quando se descobrem aberturas nas defesas In, os elementos atacantes podem ser infiltrados através dessas aberturas. Os radares podem ser usados com eficácia em conjugação com a infiltração através da vigilância das linhas de infiltração por forma a detectar a actividade In e determinar a progressão da unidade infiltrada. Podem ser usadas equipas radar com a unidade infiltradas na área da retaguarda In. Contudo a emissão do radar pode comprometer a unidade infiltrada. A determinação sobre se uma equipa radar deve ser empregue numa unidade infiltrada depende da urgência e necessidade de obter a informação do In na área, em oposição á necessidade de evitar a detecção dessa equipa. Se o radar for empregue com a unidade infiltrada pode ser usado em operações de junção com a força atacante.

Após qualquer tipo de Operação Ofensiva segue-se a **consolidação e reorganização**, onde, à ordem, as equipas radar desenvolvem e ocupam posições

pré-seleccionadas. Durante a consolidação e reorganização a ênfase principal deve ser para colocar o equipamento a operar. Depois são melhoradas as posições (abrigo, cobertura e camuflagem). Uma vez que os radares vão vigiar a área para lá do objectivo devem ser informados<sup>21</sup> das patrulhas e outros elementos das NF que sejam enviados para a frente para manter contacto com o In.

#### Operações Defensivas

Quando se defende (seja a **Defesa em Sector**, em **Posição de Combate** ou em **Ponto Forte**) as equipas radar podem montar PO/PE á frente da OAZR juntamente com o PO/PE dum pelotão vigiando os mesmos (ou diferentes) ADI. Uma variação possível é montar PO autónomos (analisar bem o risco). As equipas podem ser utilizadas na frente ou nos flancos para garantir a segurança durante a noite e vigiar ADI por forma a detectar o ataque principal In. As equipas radar também são adequadas para emprego conjunto com os pelotões como caçadores<sup>22</sup>.

Nas **operações retrógradas**, a **Acção Retardadora**, visa trocar espaço por tempo. Inicialmente são conduzidas como uma defesa (sem haver empenhamento decisivo) retirando depois para posições sucessivas. Neste tipo de operações a SecVCB inicialmente é empregue como numa operação defensiva. Após a passagem do combate para os Pelotões a SecVCB deverá desempenhar-se e vir para a posição sucessiva, donde poderá vectorizar as viaturas dos pelotões, ao mesmo tempo que mantém o In sob vigilância por forma a evitar que os pelotões/elementos que se encontram a mudar de posição sejam surpreendidos. Devem ser vigiados os EA transversais aos utilizados pelas NF. A diferença entre a **Rotura de Combate** e a **Retirada** tem a ver com a existência ou

não da pressão In, mantendo-se os mesmos princípios da acção retardadora.

#### Outras Operações

Segurança da Área da Retaguarda (SAR), é uma das missões normalmente atribuída ao ERec após o desempenho de uma missão de Segurança ou de Economia de Forças. Neste tipo de missões a SecVCB pode ser empregue na **protecção de instalações e unidades**, colaborando na execução de uma cortina de vigilância terrestre, ficando com PO/PE independentes ou em conjunto com a força de segurança atribuída. Outra das missões possíveis é no âmbito da **protecção de itinerários** onde lhe pode ser dada a missão de vigiar EA que conduzam a esse itinerário. Contudo a missão mais exequível e de maior rentabilidade para a SecVCB deverá ser a de **monitorizar ZA/ZL** e os EA destas para os prováveis objectivos In (Rampas de lançamento de armas NBQ, PC e CCom, Radares, meios de GE, posições de AAA, bases aéreas, instalações logísticas, IPR). A SecVCB poderá também receber a missão de vigiar EA apeados e/ou montados, primordialmente durante os períodos de visibilidade reduzida.

No **restabelecimento de Comando e Controlo**, a baixos escalões poderá ser usada a SecVCB para vectorizar as forças amigas, além de que através da sua localização privilegiada (normalmente á frente e em posições elevadas) poderão os seus meios rádio ser utilizados como retransmissores ou servir de intermediário entre os vários escalões de comando.

No caso da **Fiscalização da circulação** (missão típica de Unidades de Polícia do Exército, mas que também pode ser dada ao ERec) podem servir como monitorizadores do tráfego e/ou mesmo como PFC, recebendo aviso oportuno da aproximação, número e tipo de viaturas que se aproximam através dos seus radares.

<sup>20</sup> Tipo de missões de acordo com DP 59 da EPC - tradução e adaptação do FM 17-95

<sup>21</sup> Como vemos a coordenação é sempre um dos pontos fulcrais na SecVCB

<sup>22</sup> Ver notas 17 e 18.

Em operações de **Rendição, Junção, Rotura de cerco**, os radares são eficientes na vectorização das várias forças amigas, na vigilância do dispositivo In para detecção oportuna de alterações no seu dispositivo e para vigilância dos vários EA que conduzem às NF.

Na **Transposição de obstáculos**, salienta-se a **passagem de rios**, onde os radares são usados como nas operações ofensivas normais. Quando o fumo é usado pelas forças amigas empenhadas na travessia do rio, o radar pode ser usado para detecção da actividade In na outra margem, incluindo retirada, reforços ou substituição de unidades.

**Operações de contingência e manutenção de paz**, que se encontram cada vez mais em voga, são o tipo de operações em que a SecVCB poderá ser usada com grandes vantagens, fazendo uso dos conceitos expostos para os vários tipos de operações supracitados, de acordo com as ROE e a missão atribuída. Como exemplo salienta-se a vigilância de EA que conduzem aos Aquartelamentos, vigilância de Aeroportos/Heliportos, por forma a impedir o acesso a pessoal/viaturas não autorizadas, monitorização de pontos chave por forma a obter padrões de movimento de pessoas e/ou viaturas, vigilância de zonas fronteiriças ou zonas de separação, etc.

#### TAREFAS NORMALMENTE ATRIBUÍDAS À SecVCB

Quando recebe a OOp do ERec a SecVCB faz o seu estudo da missão e retira (principalmente dos parágrafos 2. MISSÃO e 3. EXECUÇÃO) as suas tarefas explícitas e implícitas. Segue-se uma lista das tarefas mais comuns que são atribuídas à SecVCB, salientando-se que aqui se encontram como tópicos, carecendo de mais elementos e redacção mais cuidada aquando da sua atribuição em OOp:

- Detectar movimentos In em períodos de visibilidade limitada; durante o

dia, detectar o In obscurecido pela poeira, fumo ou nevoeiro; auxiliar na observação visual de unidades durante o dia, fazendo a detecção inicial ou detectando alvos parcialmente obscurecidos a longas distâncias;

- Vigiar posições inimigas conhecidas, prováveis ou suspeitas;

- Monitorizar ADI, flancos e possíveis zonas de lançamento/aterragem;

- Monitorizar barreiras e/ou obstáculos para detecção de abertura de brechas por parte do In.

- Monitorizar eixos de aproximação, possíveis posições de ataque In, zonas de reunião, ou outros sectores ou áreas, aleatória ou continuamente, por forma a relatar localização, tamanho, composição e natureza da actividade In;

- Monitorizar alvos pontuais, tais como pontes, desfiladeiros ou cruzamentos de estradas e relatar a quantidade, tipo e direcção do movimento de alvos através desses pontos;

- Vigiar as áreas para onde forem planeados fogos de protecção, barragens, químicos, etc, a fim de permitir o desencadeamento de fogos oportunos e com um máximo de eficácia;

- Vigiar áreas batidas com fogos nucleares e não nucleares, para detectar a actividade inimiga após a execução dos fogos e avaliar os seus efeitos;

- Aumentar a capacidade de observação das patrulhas e/ou PO/PE permitindo-lhes vigiar pontos distantes ou áreas de interesse especial.

- Auxiliar no controlo do movimento de forças amigas durante períodos de visibilidade limitada, vectorizando-as;

- Orientar o deslocamento de patrulhas e de outras unidades através de zonas de obstáculos, quando não for requerida grande precisão (capacidade limitada).

- Aumentar a efectividade do apoio de fogos. Quando os alvos são detectados com uma boa precisão pelo radar, os meios de apoio de fogos podem batê-lo pelo fogo imediatamente. Um operador

de radar bem treinado pode estimar a densidade da actividade In numa dada área, o ritmo de progressão In, assistindo assim na selecção do armamento a utilizar.

- Determinar o ritmo de progressão de um alvo através da polarização da localização do alvo através de dois pontos conhecidos e do tempo que o alvo demorou a movimentar-se de um para o outro.

#### CONCLUSÕES

Com o seu equipamento orgânico a SecVCB pode (e deve) ser usada onde haja necessidade de efectuar uma vigilância de curto alcance podendo ser colocada a operar de uma forma rápida, debaixo de condições de combate duras, por forma a detectar, localizar e identificar alvos em movimento.

A SecVCB tem de ser proficiente no uso do seu equipamento e os operadores de radar necessitam de muita prática por forma a identificar os alvos captados pelo radar através dos sinais áudio que os mesmos produzem nos auscultadores.

Necessitando a SecVCB de ser treinada e proficiente em todas as formas e técnicas de reconhecimento, infiltração e apoio de combate (nomeadamente no pedido e regulação de fogos indirectos) constitui-se como uma mais valia podendo ser empregue na sua função primária (operação dos meios radar) ou trabalhando como uma esquadra de exploração normal, rentabilizando o seu know how, e colmatando algumas das limitações dos radares.

Apesar da SecVCB ser frequentemente subvalorizada e deficientemente utilizada, o seu emprego correcto torna-a um multiplicador do potencial de combate sendo de extrema importância para um cabal cumprimento das missões do ERec, não esquecendo porém que os radares devem ser usados em complemento com outros dispositivos de observação diurna e nocturna, uma vez que assim se complementam as limitações de ambos os sistemas.



## BIBLIOGRAFIA

RC 130 - 1 OPERAÇÕES, VOLUME I, Estado-Maior do Exército, departamento de Operações, 1987.

RC 80-5, BRIGADA DE INFANTARIA INDEPENDENTE, Estado-Maior do Exército, departamento de Operações, 1991.

MANUAL DE INFORMAÇÕES, Estado Maior do Exército, 2ª Repartição, 1979.

DP 59 DA EPC - UNIDADES DE RECONHECIMENTO, tradução e adaptação do FM 17-95

FM 34-2-1 - TACTICS, TECHNIQUES, AND PROCEDURES FOR RECONNAISSANCE AND SURVEILLANCE AND INTELLIGENCE SUPPORT TO COUTERRRECONNAISSANCE, HeadQuartes, Departemnt of the Army, Washington, DC, 19Jun2 1991.

FM 71-2 - THE TANK AND MECHANIZED INFANTRY BATTALION TASK FORCE, HeadQuarters, Department of the Army, Washigton, DC, 27September 1988.

FM 34-80 - BRIGADE AND BATTALION INTEL-

LIGENCE AND ELECTRONIC WARFARE OPERATIONS, 15 April 1986.

TM 11-5840-298-12 OPERATOR'S AND ORGANIZATIONAL MAINTENANCE MANUAL INCLUDING REPAIR PARTS AND SPECIAL TOOLS LISTS, Headquarters, department of the Army, USA, June 1967.

GROUND SURVEILLANCE RADAR OPERATIONS IN HEAVY UNITS, by Captain Frank Sobchak, Armor, September-October 1997.

AN/PPS-5B GROUND SURVEILLANCE RADAR SET, Internet, <http://www.faz.org/man/dod-101/sys/land/AN/PPS-5B-pps-5.htm>

AN/PPS-5B GROUND SURVEILLANCE RADAR UPGRADE PROGRAM, Internet, <http://www.monmouth.army.mil/cecom/lrc/specstd/pps5exam.html>

Fotocópias diversas de instruções ministradas em Fort Knox no âmbito do AOAC e Cavalry Leaders Course, 1998.



# SEMINÁRIO A CAVALARIA E O FUTURO



ESCOLA PRÁTICA DE CAVALARIA  
23 E 24 DE ABRIL DE 2002



# AS UNIDADES DE CAVALARIA NAS OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ

No actual cenário internacional as operações de militares, em que Unidades do Exército Português têm estado envolvidas, revestem-se de algumas características particulares permitindo aos seus Quadros e tropas adquirir determinada experiência, que vale a pena transmitir, e suscitando alguns aspectos aos quais poderá ser interessante dedicar alguma reflexão.

Este artigo decorre do Seminário sobre a “Arma de Cavalaria e o Futuro”, e pretende de forma despretensiosa contribuir para os dois objectivos acima referidos:

- partilhar as experiências adquiridas;
- deixar alguns tópicos para reflexão.

O Agrupamento DELTA/BMI/KFOR, criado em 17Jan00, serviu no Teatro de Operações do Kosovo entre Agosto desse ano e Maio de 2001 e tinha a seguinte composição orgânica

- Um Comando e estado-maior;
- Um Esquadrão de Comando e Serviços;
- Uma Companhia de Atiradores Mecanizada;
- Um Esquadrão de Reconhecimento num efectivo de 295 elementos.

O estado-maior do Agrupamento integra as áreas tradicionais: Pessoal, Informações, Operações, Logística e CIMIC, esta última, já mais recente. No entanto, duas áreas muito importantes, não estavam contempladas: Acções/Operações Psicológicas (PsyOps) e Informação Pública (PIO).

*TCor Cav José Banazol comandou o Agrupamento DELTA/BMI/KFOR no Teatro de Operações do Kosovo de Agosto de 2000 a Maio de 2001. Está colocado no Estado-Maior do Exército onde é Chefe da Repartição de Forças da Divisão de Planeamento e Programação*

Relativamente à estrutura orgânica das Unidades de Escalão Companhia (UEC) de manobra refira-se o seguinte:

A Companhia de Atiradores Mecanizada dispunha apenas de dois Pelotões de Atiradores (PelAt), o Esquadrão de Reconhecimento era formado por dois Pelotões de Reconhecimento (PelRec) e um Pelotão de Morteiros Médios (PelMortMed).



Parece-me oportuno fazer aqui alguns comentários:

A adaptação do EM deste tipo de Unidades às exigências da missão.

Nestas missões (PSO, Ajuda Humanitária, CRO,...) as vertentes, PsyOps e PIO revelam-se de grande importância pelo que houve que rearticular o Agrupamento de modo a criar células ao nível do EM para lidarem com estes assuntos.

As células CIMIC e Informações, por serem organicamente “pobres” em meios, foram reforçadas. A criação ou reforço das referidas células foi feito recorrendo à Secção de Vigilância do Campo de Batalha (VCB), orgânica do ECS, e para a qual não existia conteúdo que a empenhasse diariamente.

Assim, atribui-se uma Esquadra (1 Sargento, uma Praça e a viatura orgânica) para reforço da Secção CIMIC e outra para reforço da Secção de Informações.

Recorrendo a um dos dois Oficiais de Ligação (uma vez que um bastava para o que era necessário fazer), a quem foi dada a terceira Esquadra de VCB constituiu-se uma célula PsyOps/PIO. Em boa verdade, o juntar destas duas vertentes é um “sacrilégio doutrinar”, mas já se tinham esgotado as Secções de VCB e os Oficiais de Ligação...

## Quanto às UEC de manobra.

Organicamente só dispunha de dois PelAt. Não que a “manobra” obrigasse ao “ternário”, mas teria feito muito jeito a existência do 3º PelAt, pois teria sem dúvida aumentado a flexibilidade e permitido equilibrar o esforço de uma outra forma.

O PelMortMed, operou durante todo o tempo como se de um PelRec se tratasse. Durante a fase de preparação recebeu instrução quer como PelMort quer como PelRec.

Por último, um comentário, relativamente à estrutura do Agrupamento.

Os agrupamentos que integraram as Forças Nacionais Destacadas (FND) no Kosovo tiveram sempre a mesma Estrutura Orgânica. No entanto houve diferenças de “guarnição” o que resultou no fim que, sendo o material sempre o mesmo (M113), onde inicialmente coube um Esquadrão de PE (Agrupamento BRAVO) a seguir couberam Companhias de Atiradores, uma das quais foi “mecanizada” para o efeito (At do RI13 que integrou o Agrupamento CHARLIE).



**Isto leva-me à seguinte reflexão.** Serão estas, unidades “ad-hoc”? E em que sentido? No sentido em que foram constituídas para tal fim, ou por que calhou bem?

Após o período de “aprontamento” (preparação) o Agrupamento assumiu a responsabilidade pelo seu sector em 11Ago00 e da missão que recebeu extraem-se as seguintes tarefas principais:

- Manter o ambiente de segurança,
- Monitorizar e impor o cumprimento dos acordos ratificados
- Garantir a liberdade de movimentos
- Controlar KLINA e ZLOCUKANE (duas localidades)
- Segurança de locais de carácter religioso, cultural ou político
- Apoiar a UNMIK (Policia Civil das Nações Unidas)
- Ligação com as autoridades locais
- Cooperar com as OI (Organizações internacionais) e ONG (Organizações não-governamentais)

O que resultava, em termos de actividade diária, e dado o Agrupamento dispor de 5 Pelotões, a seguinte:

- 1 Pelotão de Segurança ao Quartel;
- 1 Pelotão de Segurança ao Mosteiro controlando as áreas contíguas ao Mosteiro e controlo da localidade de ZLOCUKANE;
- 1 Pelotão controlando Klina a áreas circundantes;
- 1 Pelotão em patrulhamento da AOR;
- 1 Pelotão como Força de Reacção Rápida com um prazo de intervenção 30 minutos.

Para além desta actividade, digamos que rotineira, o Agrupamento DELTA conduziu de sua própria iniciativa cem operações de busca, das quais 27 planeadas com antecedência e 73 inopinadas, decorrente de acções de controlo e sempre que se detectavam infracções ou se recolhiam indícios de existência de situações ilegais (nomeadamente no que dizia respeito a material de guerra).

Como resultado destas acções o Agrupamento DELTA capturou para cima de 200 armas, 30.500 munições de diversos calibres e ainda cerca de meia centena de granadas de mão e minas.

Estas operações, denominadas "STORM", desenrolavam-se em termos gerais da seguinte forma:

- Preparação e planeamento (de acordo com a disponibilidade de tempo, que condicionava o detalhe do planeamento, assim as considerámos *Planeadas* ou *Inopinadas*, ocorrendo estas na sequência de um qualquer controlo em que havia sido detectado algo de anormal/ /ilegal)

Reconhecimentos, obtenção do máximo possível de notícias sobre o objectivo e área adjacente (terreno e população)

Articulação da Força. Uma equipa por cada casa (uma vez que estas operações incidiam quase que exclusivamente sobre este tipo de infra-estruturas)

- Execução

Deslocamento;

Instalação dos diversos elementos (cerco exterior, cerco interior, elemento de busca, reserva,...)

Lançamento da acção (sincronia e simultaneidade de abordagem das diversas casas-alvo)

Busca

- Acções Ulteriores

Praticamente todas ao nível da ajuda humanitária, permitindo melhorar a imagem da Unidade Portuguesa.

Para além destas o Agrupamento participou também em diversas operações do escalão superior juntamente com forças Espanholas e Italianas das quais destacaria pela sua especificidade as que decorreram em MITROVICA.

Por duas ocasiões, forças do Agrupamento integraram a unidade da Brigada Multinacional Oeste enviada de reforço à Brigada Multinacional Norte, de comando francês, tendo numa das

ocasiões assumido o comando de um Subagrupamento com base no nosso Esquadrão de Reconhecimento - comando e um PelRec - e mais dois Pelotões, um Espanhol e um Italiano.

Uma operação que também, pelas suas características particulares, merece uma nota de destaque foi a que decorreu em Outubro de 2000 aquando das eleições municipais e para a qual o Agrupamento contribuiu, no quadro geral das missões atribuídas à KFOR, tendo para isso sido reforçado com uma companhia de "Bersaglieri" passando assim a contar com três unidades de escalão companhia como peças de manobra.

Para além deste aspecto, digamos que puramente operacional, gostaria também de referir outras áreas de actuação do Agrupamento DELTA.



Começando pela Cooperação Civil-Militar, CIMIC. Foi entendido como parte integrante da "manobra", trabalhando a célula CIMIC na directa dependência do Chefe do COT e em proveito directo das operações.

O CIMIC deverá funcionar como uma "almofada" de segurança, tentando que em retorno das acções de carácter humanitário se obtenha algo em proveito da Força, sejam notícias seja uma melhor aceitação da presença e acções da tropa e a conseqüente menor hostilidade.

Neste âmbito desenvolveram-se diversas acções das quais as mais visíveis foram:

- A distribuição de ajuda alimentar, de artigos de primeira necessidade (fogões, roupas/agasalhos, calçado...), de material escolar.

Actuar como "facilitador" (não será certamente o termo mais correcto) na solução de diversas situações." Entendendo-se por "facilitador" aquele que conhecendo as necessidades das populações e conhecendo quais as "agências ou entidades" com capacidade para as resolver ou minimizar estabelece a ponte entre ambos.

- O Apoio médico e medicamentoso às populações. Diariamente eram visto em média cerca de 25 civis tendo inclusivamente sido realizadas algumas pequenas cirurgias.

Também nesta área foram fornecidos às populações medicamentos parte deles também obtidos recorrendo a ONGs específicas.

- A ligação com as autoridades e entidades locais (chefes de aldeias, administração local, partidos políticos,...)

A célula de Acções/Operações Psicológicas, "PsyOps", e de Informação Pública, "PIO" produziu diversos trabalhos tais como cartazes, campanhas de esclarecimento e sensibilização. Para além disso teve a seu cargo o acompanhamento de membros dos Órgãos de Comunicação Social e manteve "no ar" um programa radiofónico com uma duração de cerca de 60 minutos, 4 vezes por semana e durante a quase totalidade da permanência no Kosovo.

Como último tópico abordarei a recolha do Agrupamento ao território nacional. Após ter sido decidido que o Agrupamento não iria ser rendido e que o Agrupamento DELTA seria o último neste TO, deu-se início ao planeamento da recolha a Portugal.

Considero esta uma das fases mais complexas, se não a mais complexas, de todas as que tivemos de cumprir.

Recolher uma Unidade, e aqui refiro-me a trazer de regresso todo o pessoal, viaturas, material... enfim tudo o que foi inicialmente e o que ao longo de cerca



de quase dois anos foi sendo colocado no terreno é uma tarefa complicada até por que quer organicamente quer em termos nacionais a nossa capacidade de projecção é reduzida.

Estamos a falar de 295 militares, um cento de viaturas com atrelados diversos: das cozinhas às unidades de banhos; geradores; etc. e ainda cerca de 70 contentores de carga de 20 pés e 45 contentores de habitação.

Esta operação foi exclusivamente planeada e conduzida pelo Agrupamento em estreita coordenação com unidades italianas que dispunham de capacidade efectiva para o fazer, tendo para isso os italianos recorrido à contratação de meios civis para o transporte de viaturas de lagartas (M113), especiais (empilhadores, máquinas de Engenharia) e uma ou outra que à data se encontravam inoperacionais, e apoiado com determinados meios de não dispúnhamos: guias de elevada capacidade e viaturas especiais para transporte de contentores, bem como com instalações onde a nossa tropa estacionou durante esta operação.

Convém aqui referir que operação foi conduzida em simultâneo com a nossa

rendição, e conseqüente transferência de responsabilidade, por unidades italianas e espanholas tendo o quartelamento passado a ser ocupada por uma unidade italiana. Passámos de senhorios a inquilinos. Em traços gerais a operação de recolha foi desenhada para ser executada em várias fases, fazendo o transporte do pessoal recorrendo a meios aéreos civis e militares e a transferência do material, por escalões, desde Klina (Kosovo) até Tessalónica (Grécia), via Macedónia onde estacionámos durante um período numa instalação militar italiana.

Assim foram previstos os seguintes movimentos:

- 1º voo comercial de Pristina para Lisboa: 12 de Abril
- 2º voo comercial de Pristina para Lisboa: 21 de Abril
- Deslocamento do restante do Agrupamento para a Macedónia: 22 de Abril (em duas unidades de marcha)
- Deslocamento da Macedónia para a Grécia: entre 26 e 28 de Abril
- Navio de Tessalónica para Setúbal: 03 de Maio
- Voo militar de Tessalónica para Lisboa: 04 de Maio

À guisa de conclusão gostaria de referir como aspectos positivos os seguintes:

- Proximidade com as operações militares para as quais fomos formados;
- Um certo grau de realização do pessoal que nelas toma parte, nomeadamente os quadros;

Já como notas menos positivas referiria que:

A fórmula:

*“CONSTITUIR - TREINAR -  
- EMPREGAR - EXTINGUIR”*

não é certamente a melhor, será provavelmente a possível. Mas tem custos:

- A perda do “know how”, da coesão e do espírito de corpo, enquanto Unidade constituída, que foram sendo adquiridos ao longo do tempo em que a Unidade existiu e que se perde assim que termina a missão

A incapacidade do Exército para produzir unidades constituídas, passíveis de serem projectadas deixa-nos como alternativa a existência destas unidades (Agrupamentos) o que nos leva ao conceito de unidades “ad hoc” já referido no início;

- O emprego indistinto, nas mesmas missões/tarefas, de tropas de diversas

Armas conduz, no meu entender, à descaracterização dos Corpos. As mesmas tarefas foram, ao longo da presença dos três Agrupamento no Kosovo, de-sempenhadas quer por Companhias de Atiradores quer por Esquadrões de Reconhecimento quer por Esquadrões de Polícia do Exército.

Outro aspecto que me parece relevante abordar é o da “doutrina”.

Parece-me que não se deve olhar para estas missões como algo que seja completamente novo e totalmente diferente das outras operações militares. Obviamente que existem aspectos particulares que são distintos, mas esses serão a excepção e no meu entender como tal devem ser entendidos.

Por achar que ilustra bem o que acima tentei expor transcrevo um pequeno excerto de uma entrevista publicada na revista da NATO, no Verão de 2001 com o General Sir Rupert Smith, à data Deputy SACEUR.

*Pergunta: «Podem os Soldados ser combatentes (warriors) e peacekeepers simultaneamente?»*

*Resposta: «O Soldado é um combatente. Ele não é bom como Soldado a menos que o seja como combatente».*

Mais à frente, na mesma entrevista *Pergunta: «Como podem os Soldados estar melhor preparados para missões como a SFOR e a KFOR? Onde termina o trabalho do Soldado e começa o do Polícia?»* *Resposta: «... a função (business) primária do Soldado é matar o seu oponente...»*

Estaremos nós a descurar a função primária do Soldado: combater e eliminar o seu opositor?

Penso que poderá ser perigoso reduzirmos a função militar exclusivamente ao que agora temos vindo a fazer: Operações de Apoio à Paz.

De facto como disse um antigo Secretário-Geral das Nações Unidas, Dag Hammarskjöld:

*“PEACEKEEPING IS NOT A JOB FOR SOLDIERS BUT ONLY SOLDIERS CAN DO IT”*

e talvez convenha percebermos por que é que assim é.

De facto só as Forças Armadas, e neste caso o Exército, tem capacidade para o fazer fruto da sua ORGANIZAÇÃO e ESTRUTURA, do seu TREINO e PROCEDIMENTOS e da sua DISCIPLINA e ESPÍRITO DE MISSÃO.



## A REVISÃO CURRICULAR DOS CURSOS DE CAVALARIA DA ACADEMIA MILITAR

Dizia Tito Lívio, historiador romano, que: "TEMEMOS AS COISAS NA MEDIDA EM QUE AS IGNORAMOS". A Academia Militar, para não temer as coisas e para não se atrasar em relação às restantes Universidades, iniciou os estudos referentes à revisão curricular, por forma a não correr o risco de ver os seus Cursos relegados para a categoria de Bacharelato, ou mesmo inferior, e, usando as palavras do nosso General Sousa Pinto, "PORQUE SOMOS HOMENS DE FÉ, PORQUE ACREDITAMOS EM PORTUGAL E NOS PORTUGUESES...", a revisão está a ser feita, sendo o currículo do actual 2º Ano já de acordo com essa intenção, o que implica que esses mesmos alunos estarão no 5º Ano em 2004/2005.

A Academia Militar, como qualquer organização, bate-se por, apoiada nos conhecimentos do passado, organizar o presente para se projectar no futuro, sabendo que, como diz Michael Porter, uma instituição que fica bloqueada a meio caminho ("Stuck in the middle") desaparece.

Para abordar o tema, "REVISÃO CURRICULAR DO CURSO DE CAVALARIA DA ACADEMIA MILITAR", a apresentação foi estruturada da seguinte forma:

- ENQUADRAMENTO GERAL - onde se referem os diplomas legais enquadrantes da Academia Militar, dos seus cursos e da presente revisão curricular;
- PRESSUPOSTOS, não só da revisão curricular em curso, como da apresentação;

*TCor Cav Simões de Melo é Director dos Cursos de Cavalaria e Professor Regente das disciplinas de Tática de Cavalaria I e II na Academia Militar*

- FINALIDADE DA REVISÃO;
- CARGAS HORÁRIAS, reduzidas em relação aos planos de curso anteriores, fruto quer do enquadramento legal, quer dos pressupostos, onde se referem as consequências globais e as consequências para as disciplinas específicas da Arma;
- PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS ESPECÍFICAS, i.e., B148 - Tática de Cavalaria I, B149 - Tática de Cavalaria II e B219 - Sistemas de Armas de Cavalaria e Tiro;
- O 5º ANO, decerto o ponto mais polémico desta apresentação e da própria revisão curricular. No final, algumas breves,
- CONCLUSÕES.

A presente revisão curricular está assente no seguinte enquadramento legal, apresentado por ordem cronológica:

- Decreto-lei do MDN nº48/86, de 13 de Março, que regula o relacionamento institucional das escolas militares de ensino superior com os estabelecimentos que integram o sistema universitário português;
- Decreto-lei conjunto dos MDN e ME nº302/88, de 02 de Setembro, Estatuto da Academia Militar;
- Portaria do MDN nº425/91, de 24 de Maio, Regulamento da AM;
- Lei nº38/94, de 21 de Novembro, sobre a avaliação do Ensino Superior;
- Decreto-lei do ME nº205/98, de 01 de Julho, que estabelece as regras gerais necessárias à concretização do sistema global de avaliação e acompanhamento das instituições de ensino universitário;
- Directiva do General CEME nº91/CEME/00, de 25 de Maio, sobre o ensino superior militar;
- Despacho do General CEME de 03 de Agosto de 2000, sobre o ensino

superior universitário militar;

- Lei nº26/2000, de 23 de Agosto, que aprova a organização e ordenamento do ensino superior;

- Decreto-lei do MDN nº88/2001, de 23 de Março, que procede à integração dos estabelecimentos militares de ensino superior no sistema de avaliação dos estabelecimentos de ensino superior;

- Directiva do TGEN Cmdt da AM nº01/GC/02, de 18 de Fevereiro, que fornece orientações sobre um conjunto de domínios que permitam à Academia Militar, em 2002, consolidar o carácter universitário do ensino ministrado.

Do enquadramento legal referido extraem-se os pressupostos para a presente revisão curricular, a saber:

- A AM é um estabelecimento de ensino universitário e integra-se no sistema de avaliação do ensino universitário (Artº 2º do Dec.-lei nº88/2001, de 08 de Março);

- Obrigatoriedade de ter um projecto educativo próprio e autónomo (Artº 3º da Lei nº26/2000, de 23 de Agosto);

- Ministrado um ensino de elevada qualidade científica, técnica e cultural (idem);

- Obedecer aos requisitos exigidos pelo sistema de avaliação e acompanhamento das instituições de ensino superior (Directiva nº91/CEME/00);

- Os Cursos, na área académica, estão organizados de acordo com o sistema de unidades de crédito, tendo em conta as normas gerais seguidas nos estabelecimentos de ensino universitário (Artº 10º do Anexo ao Dec.-lei nº302/88);

- Currículo do curso aprovado por Despacho do GEN CEME de 03AGO00 e

- Avaliação do curso pela Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior em 2002/2003, (Despacho

do TGEN Cmdt AM nº01/GC/02)

Assim, com os pressupostos referidos, a finalidade da presente revisão é:

- Manutenção do grau de licenciado em Ciências Militares equivalente ao grau de licenciado conferido pelas restantes Universidades (Artº 2º do Dec.-lei nº 48/86, de 13 de Março);
- Consolidar o carácter universitário do ensino ministrado (Despacho do TGEN Cmdt da AM nº 01/GC/02, de 18FEV02).

Vejamos então, no que diz respeito à carga horária, as repercussões da presente estrutura do Curso.

Começo por referir que, a fim de se consolidar o carácter universitário do Curso, organizado de acordo com o sistema de créditos, a carga horária foi reduzida em 570 Tempos Escolares (TE), ou seja, passou dos anteriores 4425 TE para 3855, com o objectivo de permitir aos alunos mais tempo para investigação, partindo do princípio que um licenciado deverá estar habilitado a aprender sozinho.

Contudo e apesar do Departamento de Ciências e Tecnologias Militares (DCTM) ver a sua carga horária reduzida em 340 TE (de 1350 para 960), as disciplinas específicas (táticas e sistemas de armas) vêm o seu peso relativo aumentado.

No que se refere ao DCTM, as disciplinas específicas passam dos 41,11% para 53,13%, como se vê no gráfico.

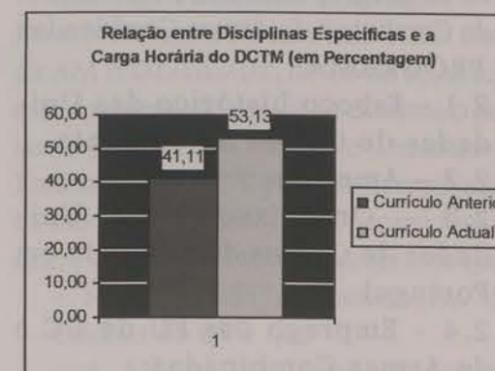


Figura 1 - Relação entre as disciplinas específicas e a carga horária do DCTM

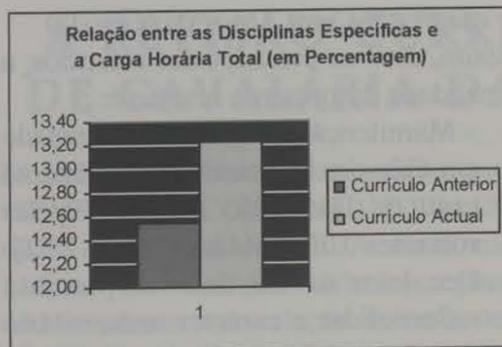


Figura 2 - Relação entre as disciplinas específicas e a carga horária total

Quanto à carga horária global, as mesmas disciplinas específicas, passam de 12,4% para 13,3%. Conclui-se, desta forma, que o peso específico das cadeiras da Arma é aumentado em relação ao currículo anterior.

No entanto esse aumento relativo não é em termos absolutos, isto é, as disciplinas específicas perdem tempos escolares. Desta forma, sempre com o objectivo de se manter o carácter universitário do curso e com a característica da Arma ser constituída por diversas valências técnicas e tácticas (Reconhecimento terrestre e aéreo, Carros de Combate e Polícia do Exército), o Gabinete de Cavalaria, propôs os seguintes programas para as disciplinas específicas:

**B148 - TÁCTICA DE CAVALARIA I,**  
ministrada no 3º Ano:  
**EM VIGOR 2002/2003**

**1. FINALIDADE**

Identificar os alunos com a doutrina de emprego táctico das PU de Carros de Combate e de Armas Combinadas.

**2. PROGRAMA**

2.1 - Esboço histórico das Unidades de Carros de Combate.

2.2 - Ameaças

2.3 - Organização das Unidades de Carros de Combate em Portugal

2.4 - Emprego das PU de CC e de Armas Combinadas

2.1.1 - Conceitos

2.1.2 - Manobra

2.1.2.1 - Generalidades

2.1.2.2 - Operações Ofensivas

2.1.2.3 - Operações Defensivas

2.1.2.4 - Operações de Não-Guerra

**2.5 - Diversos**

**3. ORIENTAÇÃO DO ENSINO**

a) O ensino da Cadeira processa-se, sempre que os temas a abordar o permitam, em sessões teórico-práticas, com recurso frequente a modelos do terreno, com o seguinte faseamento.

- Informação dos alunos com a doutrina necessária;
- Discussão dirigida;

b) Em complemento das aulas tipo atrás mencionadas, efectuar-se-ão, sempre que possível:

- Aulas teóricas de revisão ou ensino de doutrina.
- Aulas práticas de resolução (planeamento) de situações tácticas.
- Casos de estudo por blocos de matérias.
- Exercícios de Postos de Comando.
- Exercícios no exterior (com o apoio de Unidades de Cavalaria e/ou com meios próprios da AM).

c) A Cadeira está fundamentalmente orientada para a doutrina de emprego das Unidades CC e de Armas Combinadas.

**B149 - TÁCTICA DE CAVALARIA II,**  
ministrada no 4º Ano:

**EM VIGOR 2003/04**

**1. FINALIDADE**

Identificar os alunos com a doutrina de emprego táctico das PU de Reconhecimento (Terrestre e Aéreo) e de Polícia do Exército.

**2. PROGRAMA**

2.1 - Esboço histórico das Unidades de Reconhecimento

2.2 - Organização das Unidades de Reconhecimento em Portugal

2.3 - Emprego das Unidades de Reconhecimento

2.3.1 - Generalidades

2.3.2 - Planeamento das

Operações de Reconhecimento

2.3.3 - Planeamento das Operações de Segurança

2.3.4 - Planeamento de Operações em Economia de Forças

2.3.5 - Unidades de Reconhecimento Aéreo

2.3.6 - Unidades de Reconhecimento em Operações de Não-Guerra

**2.4 - Polícia do Exército**

2.4.1 - Organização

2.4.2 - Missões

**2.5 - Diversos**

**3. ORIENTAÇÃO DO ENSINO**

Conforme o que foi indicado para a Cadeira B148, orientada para o emprego das Unidades de Reconhecimento (Terrestre e Aéreo) e de Polícia do Exército.

**B219 - SISTEMAS DE ARMAS DE CAVALARIA E TIRO,**  
ministrada no 4º Ano  
**EM VIGOR 2003/04**

**1. FINALIDADE**

Proporcionar aos Alunos de Cavalaria os conhecimentos fundamentais acerca dos sub-sistemas que integram os vários sistemas de armas das diferentes Unidades de Cavalaria, em geral, e da Cavalaria Portuguesa, em particular.

**2. PROGRAMA**

a. Sistema de armas: Carro de Combate

b. Sistema de armas: Viaturas blindadas de rodas com peça

c. Sistema de armas: Viaturas blindadas (lagartas/rodas) com metralhadora e/ou canhão

d. Sistema de armas: Viaturas blindadas (lagartas/rodas) com lança-mísseis anti-carro

e. Sistema de armas: Viaturas blindadas (lagartas/rodas) com morteiro

f. Outras viaturas blindadas (lagar-

tas/rodas)

g. Sistema de armas: Helicóptero

h. Sistema de armas: Material, equipamento e dispositivos diversos de PM/PE

**3. AVALIAÇÃO**

a. Provas de Avaliação;

b. Trabalhos de Investigação;

c. Discussão Dirigida.

No que se refere ao 5º Ano, este passa a ser constituído por:

- 1 Semestre na Academia Militar, com disciplinas no âmbito da Tática, da Prática Pedagógica e da instrução e treino militar;

- 1 Semestre na Escola Prática de Cavalaria (TPO), considerado como estágio de pré-licenciatura, ou seja, atribuindo créditos para a mesma, tutelado por seniores e aplicação prática do ensino ministrado na AM;

- Trabalho de fim de curso (projecto final)

O 5º Ano, a que nos estamos a referir, entra em execução, no ano lectivo 2004/2005, faltando ainda:

- Definir o conteúdo programático das disciplinas do 1º Semestre a ministrar na AM;

- Definir o trabalho de fim de curso e

- Integrar as matérias do 2º Semestre (TPO), em coordenação com a EPC (e com a Comissão Técnica da Arma), sendo também necessário definir as finalidades do TPO e as próprias matérias a ministrar pela EPC.

De acordo com a Directiva do TGEN Cmdt da AM nº01/GC/02, de 18 de Fevereiro, esta coordenação será feita durante o presente ano lectivo, sendo o Director de Ensino da AM a EPR para a sua realização. Como conclusões finais considera-se que é consensual todos querermos que:

- Seja mantida a licenciatura dos Oficiais do QP e que

- A AM se mantenha no Sistema Nacional de Ensino Superior através da sua presença na Fundação das Universidades Portuguesas.



Já me parece menos consensual a estrutura do 5º Ano.

Ou seja, se concordamos todos com o fim, certamente nem todos concordamos com os meios para o atingirmos.

Se iniciei este artigo com uma frase de um historiador romano, termino-a com uma de um filósofo grego, HERACLITO:

**“NADA PERDURA SENÃO A MUDANÇA!!!”**

## EXCERTOS DO ARTIGO “A EQUITAÇÃO MILITAR”

(Carta dirigida pelo autor ao Exmo TGen GML com conhecimento ao Exmo TGen Comandante da Instrução no contexto da recente redução do número de cavalos no Exército tendo em vista alertar a Arma de Cavalaria para as graves repercussões que tais reduções poderão ter para a Equitação Militar)

Meu General,

Recebemos das gerações que nos antecederam uma “Equitação Militar” alicerçada numa estrutura sólida, rica em historial e património, que ao longo de meio século prestigiou de forma inequívoca o Exército, as Forças Armadas e a Nação.

Apesar de todas as contrariedades e dificuldades, puderam os cavaleiros militares, ao longo dos últimos trinta anos usufruir dela e mantê-la viva.

Mas, pergunto que “Equitação Militar” estamos nós a deixar às gerações vindouras?

Num momento em que está em estudo mais uma redução do número de cavalos no Exército, gostaria, como Mestre de Equitação, deixar um alerta para alguns problemas de fundo que afectam a “Equitação Militar”.

Certo da atenção que este assunto irá merecer de V. Ex<sup>a</sup>, junto uma pequena reflexão pessoal e algumas mensagens, elogios e artigos que nos últimos anos foram escritos sobre esta actividade de tão nobres tradições.

Muito Respeitosamente

Lisboa, 8 de Novembro de 2001

### EQUITAÇÃO

Por vezes parece que já foi tudo dito e repetido.

Puro engano.

Já ouvimos dizer centenas de vezes que o

*Cor Cav Teles Grilo é o Comandante do Centro Militar de Educação Física e Desportos.*

valor da EQUITAÇÃO e inquestionável.

Já ouvimos dizer centenas de vezes que o cavalo tem um valor inestimável na formação dos Militares.

Já nos perguntámos centenas de vezes:

1. Porque é que o CMEFD se passou a chamar CMEFD?

2. Porque se compram cada vez menos cavalos?

3. Porque é que sendo a reprise da “Escola de Mafra” o ex-libris do Exército, se põem tantos entraves à sua manutenção? O mote aqui tem sido, reduzir devagarinho, asfixiar devagarinho. Dos doze cavaleiros nos anos 50 passou para 10 nos anos 80, para 8 nos anos 90 e para 6 (imagine-se) em 2000 e 2001. Será que vamos ver uma apresentação da Reprise só com o seu “Tête”. Para quando?

4. Porque é que não se aprova o novo Regulamento Equestre Militar revisto em 1997?

5. Porque é que a Semana Equestre Militar é o evento mais carismático do Exército, mas só acarinhado e elogiado no último Domingo de cada “semana” por Ministros, Secretários de Estado, Oficiais Gerais, etc... mas esquecida logo na noite desse Domingo?

6. Porque se diminui de ano para ano a carga horária de Equitação no Colégio Militar e na Academia Militar?

7. Porque é que 80% dos Cadetes da Academia Militar, entre tantos desportos à sua escolha nas actividades circulares-escolares, escolhem a Equitação?

8. Porque é que há 30 anos, nós, miúdos de 10 anos, alunos do Colégio Militar íamos ao Picadeiro do colégio espreitar o nosso General Reymão Nogueira (ESFORA DE OURO DO CADRE NOIR) montando os seus cavalos?

9. Porque é que no final da 40ª Semana Equestre Militar/96, ficámos deliciados a ver o nosso Brigadeiro Henrique Calado a saltar a cavalo no Campo dos Plátanos?

10. Porque é que lembramos tantas vezes os Cavaleiros Militares internacionais olímpicos que são a referência da “Escola de Mafra”?

Penso que seria mais realista agir da seguinte forma:

1. Repor o “E” de Equitação na desi-

gnação do Centro Militar de Educação Física e Desportos.

2. Comprar anualmente um lote de cavalos de fileira para “alimentar” as fileiras do CMEFD, AM, EPC, ESE, CM, etc...

3. Voltar ao anterior Q.O. do CMEFD com a função de Director de Ensino de Equitação com a respectiva valência de tempo do Comando.

4. Prestigiar e respeitar os Oficiais, Sargentos e funcionários Civis que prestam serviço no CMEFD por forma que esta seja uma unidade a que é prestigiante pertencer, e deixe de ser uma Unidade de última linha, que serve os desígnios dos Oficiais e Sargentos em início de carreira, mas que cedo vêm que é por outros que caminhos, que não aquele que conseguirão ascender a mais elevados postos nas suas carreiras. Quantos e quantos Oficiais e Sargentos fizeram cursos de Equitação no CMEFD e não chegaram sequer a dar uma aula, porque foram desviados ou se auto-desviaram, sempre com a conivência da Instituição em termos de Gestão de Pessoal, para funções de onde lhes é garantida a pontuação necessária no RAMME para mais rapidamente ascenderem nas suas carreiras. Deve ser tão prestigiante servir no CMEFD como num Regimento, Escola Prática, Estado-Maior do Exército, etc...

5. A Direcção de Ensino da Equitação tem que ser formada por quadros que possam e queiram dar continuidade, e a quem a Instituição incentiva a que se mantenham ao serviço da Equitação.

6. Dotar a Direcção do Ensino da Equitação dos Oficiais e Sargentos necessários à manutenção da Reprise da “Escola de Mafra” por forma a repô-la ao seu melhor nível. Quando a reprise esta num bom nível de apresentação os convites para realizar apresentações dentro e fora do País surgem naturalmente, se ela não existir, como actualmente, os convites desaparecem.



7. Abrir concurso para recompletar o quadro de “desbastadores” que está reduzido à sua ínfima expressão. O desbastador não é necessário por acaso ou por casmurrice. Ele é um elemento fulcral de um andar chamado “Desbaste e Reensino”, deste grande “edifício” que é e Equitação.

8. Manter nas Secções de Equitação da AM, EPC, ESE, CM, os meios necessários ao ensino e prática da Equitação. A competição e “carolice” dos Mestres e Instrutores se encarregará de formar novos e muitos cavaleiros que darão corpo e vida a todo este “edifício”.

Acabar com as sucessivas, quase anuais reduções que se vêm fazendo, poupando algumas centenas de contos mas asfixiando tão nobre tradição. Todos nós sabemos que enquanto houver 1 cavalo no Exército, a Equitação estará viva, mas, compensará ter 1 picadeiro, 1 campo de obstáculos, 1 cavalaria, 1 tratador, luz, água, ração, palha para sustentar 1 cavalo?

Talvez seja isto mesmo que é desperdiçar e estragar dinheiro. Deitam-se fora milhares e milhares de contos e dezenas de anos de trabalho que foram gastos na construção deste “edifício” ao qual estamos desde há uns anos a retirar lentamente os alicerces, e cuja derrocada ainda não se deu porque foi muito solidamente construído, graças à competência das gerações que nos antecederam.

9. A Instrução de Equitação tem princípio, meio e fim. Se o aluno do CM, da AM, (Exercito e GNR) ou da ESE em vez de quatro horas semanais tiver apenas duas, a instrução continuará a ter princípio, meio e fim, apenas não se poderão atingir os mesmos objectivos, mas o aluno teve instrução, contactou com o cavalo, ficou a saber lidar com o cavalo enfim, ficou enriquecido na sua formação. Já a instrução ministrada no CMEFD a alunos do Exército, GNR e Civis (nomeados pela Federação

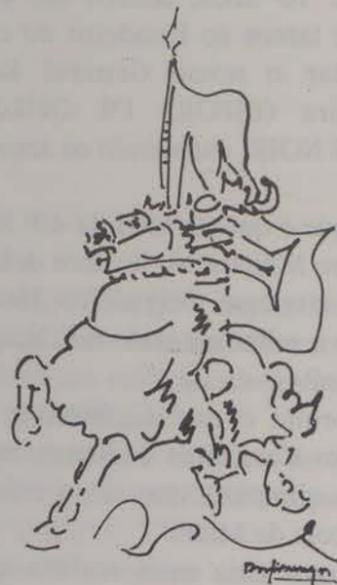
Equestre Portuguesa), não se compadece com tais reduções. Os cursos de longa duração ali leccionados (monitores, instrutores e mestres) obedecem a um programa estabelecido, aprovado pela Federação Equestre Portuguesa, que por sua vez obteve a aprovação pela Federação Equestre Internacional, com equivalência na sociedade Civil. Não se pode portanto, alterar os seus objectivos, reduzir o número de horas, reduzir o número de cavalos, reduzir o numero de instrutores, reduzir, reduzir, reduzir... Estamos à beira de esquecer definitivamente a Unidade de Doutrina que dá corpo à “Escola”, a linguagem equestre que nos une, a uniformização dos métodos e a concordância de princípios da Instrução Equestre.

Que fazer?

Muito fácil!!!

Reconstruir o edifício todo e colocá-lo no mínimo ao nível em que se encontrava nos anos 70.

Basta copiar, não é preciso inventar, fazer novos e aturados estudos, esses sim, devoradores de tempo e dinheiro, elementos preciosos na reconstrução da **EQUITAÇÃO MILITAR.**



## AS UNIDADES DE CARROS DE COMBATE

### 1. A IMPORTÂNCIA DO CC

Cessada que foi a ameaça do Pacto de Varsóvia, a dinâmica da conflitualidade evoluiu de forma a realçar o desempenho, por parte das Forças Armadas dos diversos países de todo o Mundo, de desafiadoras missões, em que não se constituem, propriamente, como o instrumento de um dos contendores, mas antes como catalisadora e garante da concórdia e da paz. Muitas das vezes, e neste contexto, essas forças são empregues em TO(s) a grandes distâncias do seu País de origem. Mais recentemente, apercebê-mo-nos que as Forças Armadas têm uma crucial importância no combate a ameaças em que o sujeito é difuso e a maior parte das vezes sem rosto. Falamos, obviamente, do terrorismo. A pergunta que tem surgido em algumas mentes é: Face a estes cenários qual poderá ser o papel, a desempenhar pelos blindados, na decisão de futuros combates? Com o sentido de obter uma resposta para aquela pergunta, importa, assim, e antes de mais, determinar se os blindados continuam a relevar importância; se, no futuro, têm algum papel a desempenhar e, se o tiver, qual ele é. Por fim, torna-se crucial traçar o rumo a ser seguido pelas unidades blindadas do Exército Português com vista a garantir a versatilidade e as necessárias características que lhe permitam cumprir as prováveis missões que lhe serão, no futuro, atribuídas.

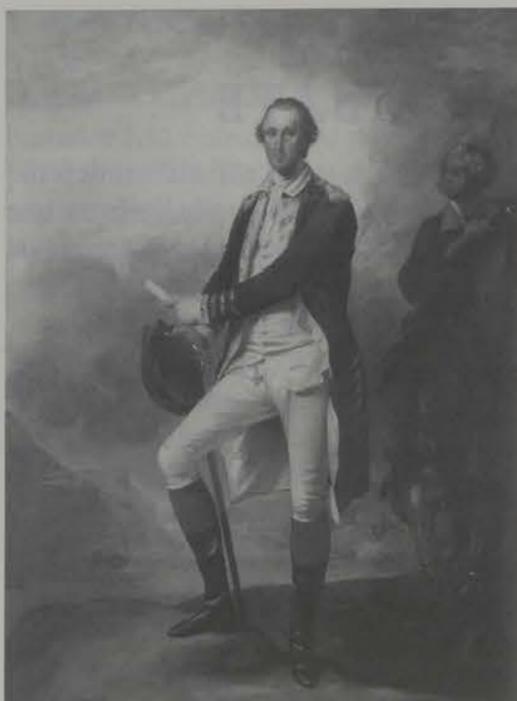
Ultimamente muito se tem falado em Operações de Apoio à Paz. Os menos informados consideram que, nesse tipo

de operações, as forças a utilizar deverão estar equipadas com meios ligeiros e que não se torna necessário o emprego de CC ou outros meios ditos pesados, como sejam os Autopropulsados de Artilharia. Porém, para quem segue, atentamente e em pormenor, os acontecimentos mais recentes e que têm sido noticiados nos múltiplos Órgãos de Comunicação Social, nomeadamente os que têm tido lugar nos Balcãs, não é novidade que nesses TO(s) estejam estacionadas Unidades que possuem meios daqueles tipo. Eles poderão ser, essencialmente, empregues em dois tipos de situações: Como instrumento de dissuasão ou como forma para impôr, com uma atitude de força, decisões que de outra forma não seriam aceites. O papel dos CC nesse tipo de operações é, assim, amplamente justificado, sendo mesmo uma garantia de que as resoluções, aceites pela racionalidade e razoabilidade, são implementadas e contribuem para a estabilidade das relações entre povos, comunidades ou países, isto é, entre facções. A ilustrar isso poderemos constatar que, tanto no Kosovo como na BiH, existem unidades de CC.



*TCor Cav Xavier de Sousa é o Comandante do Grupo de Carros de Combate da brigada Mecanizada Independente*

O conceito de Operações de Apoio à Paz pressupõe a existência de violência, no seio ou sobre um ou mais países, perpetrada por um outro país ou por um



outro agente. Em qualquer dos casos é importante que um país possua meios para fazer face ao seu oponente e, pelo menos, por um certo período, poder retaliar com uma resposta credível à agressão que lhe fôr feita. Atentos à realidade actual, nós apercebê-mo-nos que após 1989 a ameaça principal deixou de ter um interlocutor particular e directo (na altura era o Pacto de Varsóvia). Não deixou, contudo, de haver ameaças. Será um erro da nossa parte ignorarmos a instabilidade que continua a subsistir no Mundo, e em particular na Europa. A tendência das relações internacionais parecem apontar para a continuidade de conflitos regionais com o consequente crescimento da instabilidade, e para a proliferação de armamento, nem sempre nas mãos mais adequadas. Algum desse armamento, quando na posse de agentes inconscientes, poderá mesmo ser, utilizado na procura da consecução de interesses terroristas. O facto de vivermos neste “jardinzinho à beira mar plantado” não nos iliba das nossas responsabilidades nem nos pode cegar de forma a não podermos vêr a realidade actual. É sempre oportuna aquela frase clausewitziana proferida, em

1780, por George Washington num dos seus discursos: “Não há nada tão adequado para conduzir à paz como estar bem preparado para a guerra”.

Para além de tudo o mais o facto de pertencermos à NATO e de pretendermos integrar-nos em outras iniciativas europeias, leva-nos a que tenhamos de garantir e manter certos padrões que nos permitam tomar parte nas suas actividades e obter, a partir daí, prestígio e credibilidade internacional. O emprego, nesse quadro, de forças blindadas deve considerar que as mesmas tenham capacidade para fazer face à ameaça definida e operar com facilidade no terreno em que é pressuposto virem a actuar.

## 2. LAGARTAS VERSUS RODAS

Há quem defenda que o CC deva ser substituído por viaturas mais ligeiras e de rodas. As justificações utilizadas por quem defende tal, assentam, sobretudo, em quatro factores: Possibilidades de projecção; áreas possíveis de emprego dos meios militares e em que se tem verificado, ultimamente, haver uma proliferação de conflitos; factor económico; e missões passíveis de serem atribuídas às Forças Armadas portuguesas. As justificações dadas mostram, a nosso vêr, uma forma redutora de abordagem ao problema “lagartas vs. rodas”. Senão vejamos:

- O CC possui uma vulnerabilidade amplamente apontada pelos críticos destes sistemas de armas: o seu peso apresenta restrições às possibilidades do seu transporte. Contudo esse argumento é fraco, porque se considerarmos as nossas possibilidades e a nossa realidade verificamos que, na verdade, não temos capacidade de transporte aéreo nem naval para os CC, mas também não a temos para as viaturas blindadas de rodas. Se quisermos fazer uma projecção desses meios privilegiando a rapidez e utilizando os meios aéreos ou navais, teremos que nos apoiar em quem

tenha esses meios. Contudo temos a capacidade de fazer a projecção de um Grupo de CC, utilizando meios terrestres. Além disso, os meios existentes em Portugal, permitem, por cada plataforma, o transporte de um ou dois CC ou o transporte de uma ou duas viatura de rodas. Tal leva-nos a afirmar que o transporte de um CC não envolve mais meios terrestres do que o transporte de uma viatura blindada de rodas. Os possíveis teatros de emprego desses meios blindados situam-se na Europa, não sendo, portanto incompatíveis com a utilização de meios de projecção terrestres.

- Os defensores das viaturas blindadas de rodas em detrimento dos CC argumentam que tem havido, nos conflitos modernos, uma proliferação de combates no interior de povoações, em especial de cidades. É verdade que a vida actual privilegia o desenvolvimento das cidades e o homem, como animal social que é, prefere viver nos aglomerados populacionais. Muitos desses aglomerados funcionam como núcleos da organização humana que crescem, em permanente mutação, produzindo riquezas fantásticas, mas deteriorando-se, transformando-se em zonas de extermínio. São, assim, cenários prováveis de violência e de intervenção armada. Não estamos, contudo, de acordo quando se considera que a guerra urbana é uma redundância. Tais cenários não são os únicos, pois também há violência em locais menos populacionais. Para além disso, esses cenários não invalidam que os mesmos, contrariamente ao que alguns afirmam, sejam palcos de actuação de CC. O desastre tipificado nos mortíferos desfiladeiros urbanos de Grozny, apontados como exemplo de que os CC não devem entrar em aglomerados popula-



cionais, só ocorreu por um conjunto de circunstâncias, em que o facto daquele sistema de armas, por si só, ser demasiado “desastrado” para actuar nas ruas de uma cidade, é o menos importante. Esse desastre, tal como outros do mesmo tipo, deveu-se essencialmente a factores de índole táctica, mais do que às características dos CC. A contrariar os argumentos dos cépticos nas qualidades de emprego dos CC em povoações, estão as imagens veiculadas, diariamente na televisão, sobre o conflito israelo-palesteano. Começamos a aceitar que as operações urbanas são inevitáveis, mas também devemos aceitar que continua a ser necessário, nessas zonas, existir a protecção à manobra de quem faz a limpeza da área, conferida pela blindagem e o poder de fogo dos CC. Para além disso, é por demais conhecida a importância dos CC na interdição das áreas populacionais, que irão ser intervencionadas.

- Julgo ser pacífico afirmar que os CC são economicamente mais dispendiosos que as viaturas blindadas de rodas. Mas esta questão só tem valor numa perspectiva imediata, pois também é pacífico afirmar que as viaturas blindadas de rodas são mais vulneráveis dos que os CC. Tal, em cenários de guerra declarada e numa situação hipotética em que blindados de rodas são utilizados em substituição de CC, poderá corrobora-

rar o ditado popular de que “o barato sai caro”.

- Os defensores das viaturas de rodas afirmam que no quadro das missões que, recentemente, têm sido atribuídas, em maior número, às Forças Armadas, os CC não têm cabimento. Tais missões enquadram-se nas Operações de Apoio à Paz. Já aqui demonstrámos que esse argumento carece de fundamentação e o exemplo dos Balcãs demonstram precisamente que os CC têm um papel importante a desempenhar nesse tipo de missões. Também já afirmámos que, por existirem esse tipo de missões, não poderemos pôr de parte outras que se enquadram em cenários de guerra declarada. E, nestes cenários, a capacidade proporcionada pelos CC é insofismavelmente superior às das viaturas blindadas de rodas. Ainda hoje é oportuno o modelo das forças se deslocarem com rapidez, procurando e atacando os pontos fracos do inimigo mantendo-os continuamente sob pressão, nunca parando o seu deslocamento. E isso só é possível graças à “massa” dos CC. Julgamos que soluções que privilegiem a segurança ou o economicismo, esquecendo a efectividade da decisão, não têm validade.

Defendemos contudo, apesar dos nossos argumentos a favor do CC, que tanto estes como os blindados de rodas têm o seu lugar na estrutura de uma força, mas que um não substitui o outro. Cada um deste tipo de sistemas de armas cumpre missões diferentes e têm o seu lugar próprio no Campo de Batalha, actual ou do futuro, ou a cumprir missões no âmbito das Operações de Apoio à Paz.

### 3. O FUTURO

O campo de batalha do futuro privilegiará os armamentos de grande capacidade de destruição e que visem, mais

do que os materiais, o próprio combatente. O alcance e a letalidade dos sistemas de armas serão, concerteza, potencializados pelas possibilidades conferidas pelos equipamentos de localização, permitindo uma maior precisão e rapidez na destruição dos alvos. As doutrinas terão de contemplar as acções nas quatro dimensões do campo de batalha: ar-terra-mar-espaço. Mas isso não invalida que a táctica continue a desenvolver-se em torno do conceito fundamental das armas combinadas. A sinergia resultante da simbiose deste conceito é por demais importante para se poder pôr de parte. As capacidades que os CC apresentam e resultantes das suas possibilidades de protecção, de manobra, de actuação nas mais diversas condições atmosféricas e de visibilidade, de letalidade ao primeiro tiro e de rapidez, são essenciais para aquela sinergia. Tanto amanhã, como hoje ou ontem, os CC proporcionam, nas diversas operações tácticas, poder de fogo sob o escudo protector da sua blindagem, diminuindo o número de baixas. A combinação de factores como a surpresa, a invulnerabilidade relativa conferida pela blindagem, o poder de fogo e de choque e a rapidez com que manobram, produzem um impacto psicológico e físico no adversário que só por si é dissuasor. Tal evita o prolongamento dos combates e o desgaste que daí resulta. Em todo o espectro da guerra, os CC tiveram, têm e irão sempre ter, a sua importância. Assim parece-nos evidente poder afirmar que, longe de estarmos à beira do crepúsculo do CC, estamos antes a entrar numa era da sua afirmação. A corroborar isso está o facto de países com experiência proveniente da sua actuação em ambientes de conflito, como seja Israel, ou outros que se preocupam com os aspectos relacionados com a sua capacidade de dissuasão e a sua possibilidade de actuação em con-

dições de operacionalidade máxima, como seja a Alemanha e os EUA, procurar desenvolver sistemas de armas deste tipo com grande capacidade letal, de mobilidade, de protecção (incluindo de blindagem) e com reconhecidas possibilidades de contramedidas electrónicas e de comando e controle. É evidente que esta senda está fora das possibilidades de Portugal.

### 4. E PORTUGAL?

O nosso País deverá e terá de procurar acompanhar a evolução dos tempos e não poderá ficar-se pela imutabilidade. É necessário, assim, decidir-se, rapidamente, se há ou não interesse, para o Exército Português, ter uma (ou mais) Unidade de CC e qual o escalão que deverá (ou deverão) ter. Após se ter tomado aquelas decisões dever-se-á partir para a acção e procurar soluções para substituir os CC que actualmente estão ao nosso serviço, pois apresentam sinais de terem atingido o seu fim de vida. Enquanto tal não é possível, deve-se procurar garantir a fluidez da cadeia de manutenção para que os M60A3TTS se mantenham operacionais. Dentro dessa cadeia de manutenção ressaltamos aquela que é necessária à reparação dos sistemas de tiro desses CC e à reparação dos seus trens de locomoção. A acompanhar isso deve-se garantir, de igual forma, a fluidez da cadeia de reabastecimento de sobresselentes, pois actualmente tal constitui uma vulnerabilidade que obsta à reparação rápida dos CC. Tais medidas, podendo garantir a operacionalidade dos M60A3TTS, por mais alguns anos, não devem, contudo, substituir o esforço de procura do melhor CC para substituir o que actualmente se encontra em serviço no Exército Português e a implementação da decisão que resultar de tal esforço. É essencial tomar decisões nesta área. Até porque os compromissos internacionais já assumidos por Portugal ou que ainda venham a ser assumidos, exigem credibilidade para resultar, no futuro, em prestígio.

Como se sabe, a eficácia de uma Unidade Blindada depende, em muito, do treino que os seus elementos possuem. Os carristas deverão ser peritos na técnica de tiro, na condução do CC, na táctica de emprego dos meios e no comando e controle de cada elemento de manobra. A procura de que a interligação entre as capacidades técnicas de tiro, de manuseio do CC e de conhecimentos tácticos seja, em cada carrista, cada vez maior, deverá ser uma preocupação permanente de quem tem responsabilidades, em particular, nas Unidades de CC, e em geral no Exército. É essencial que, para se conseguir graus de proficiência razoáveis, as forças blindadas recebam treino em condições que, apesar de privilegiarem as simulações, sejam o mais próximo possível dos ambientes operacionais hipotéticos de actuação. Na conjuntura actual de contenção de despesas, verifica-se restrições avultadas à instrução e ao treino dessas Unidades, utilizando os meios que lhe são orgânicos. A realidade leva-nos a pensar que a falta desses treinos possam pôr em causa a eficácia de actuação da única unidade de CC do País. Há, assim, que procurar minimizar essa deficiência e procurar métodos que, não substituindo a instrução e o treino com os meios orgânicos, possam garantir alguma proficiência. O recurso a simuladores poderá ser uma de várias outras soluções a equacionar, mas terão de ser encaradas como soluções de excepção e não definitivas. É que se deve ter sempre presente a seguinte afirmação do General Douglas MacArthur: “Não há



nenhuma outra profissão em que as consequências do emprego do pessoal mal instruído e treinado sejam tão esterecedoras ou tão contundentes como nas Forças Armadas". Os equipamentos mais sofisticados não são, por si só, o garante de uma vitória sobre o inimigo. As vitórias só ocorrem quando militares treinados são capazes de operar e tirar o melhor partido daqueles equipamentos, obedecendo a uma doutrina táctica devidamente estruturada e apreendida. É bom lembrarmos sempre da máxima do General Patton: "O soldado é o Exército. Nenhum Exército é melhor que os seus soldados".



A adequação dos Quadros Orgânicos de Pessoal e de material e a sua compatibilização deve ser outra das preocupações imediatas. Actualmente a situação que vigora é ilógica e conduz-nos a um mundo do "faz de conta" que não é compatível com uma Arma e um Exército que se querem modernos. Urge, assim, colmatar esta deficiência, trabalhando-se, paralelamente, os documentos de referência, e fazer com que os mesmos, após serem aprovados, sirvam de Bíblia para os assuntos de colocação de Pessoal e para a atribuição de materiais.

A colocação de pessoal, devidamente habilitado, nas unidades, terá de merecer a nossa atenção e deverá merecer, da nossa parte, preocupações acrescidas. Não nos podemos alhear deste problema nem considerar que existe uma Unidade só porque existe um documento legal que a cria. Uma unidade só existe quando tem os seus elementos treinados e



prontos para actuar e operar os meios que lhe são atribuídos.

Na discussão destes problemas e na tomada das decisões somos do parecer que a Arma de Cavalaria tem um papel importante a desempenhar. Para isso é necessário termos opiniões formuladas e em consciência, em uníssono e com profissionalismo, expressá-las nos fóruns adequados, sob pena de vermos outros a defender e assumir propósitos irreversíveis que possam lesar a lógica e os interesses do Exército.



## "A ARMA DE CAVALARIA E O FUTURO" REFLEXÕES A PROPÓSITO DE UM SEMINÁRIO

### Do que se trata e uma advertência

Reconheçamos que não vivemos tempos fáceis. O Exército, e a Cavalaria não marca aqui a diferença, enfrenta a turbulência que segue o rasto da mudança. E em épocas de turbulência reflecte-se pouco. Ou mesmo quase nada. Mas se o que alguns afirmam for verdade, que a mudança é hoje contínua e a transição permanente, impõe-se que encontremos formas de fazer, em ambiente de instabilidade, as necessárias reflexões. Como amiúde se diz, mas cada vez menos se pratica, é por vezes imperioso "parar para pensar".

Extinta que foi, há já quase uma década, a Direcção da Arma, a prática tem demonstrado, nos mais variados domínios, que há muitos assuntos que cruzam transversalmente as Unidades de Cavalaria, ou mesmo o pessoal da Arma independentemente da sua U/E/O de colocação. Muitos destes assuntos aconselham a uma reflexão atempada que permita facilitar a decisão a quem de direito, antecipando problemas e evitando que seja a Cavalaria, como Arma, muitas vezes confrontada com decisões para a tomada das quais não exerceu qualquer influência. Foi, assim, institucionalizada em finais do ano transacto a Conferência Periódica dos Comandantes das Unidades de Cavalaria, estrutura que se pretende de apoio à decisão do Director Honorário da Arma de Cavalaria e do Presidente do Conselho e da Comissão da Arma, naturalmente sem prejuízo das competências próprias

*TCor Cav Braga é 2º Comandante da Escola Prática de Cavalaria.*

dos órgãos que integram a Organização Superior do Exército para as diferentes áreas funcionais. Rapidamente se concluiu, no decorrer das Conferências entretanto levadas a cabo, que os assuntos que hoje preocupam a Arma deveriam ser discutidos com uma abrangência e profundidade mais vastas. Surgiu, então, a ideia de levar a cabo um Seminário, com o objectivo principal de envolver no debate um leque o mais alargado possível de participantes, nomeadamente um conjunto de elementos que, pela sua experiência profissional e leque de interesses, permitisse traçar o desejado quadro prospectivo de forma coerente, realista e equilibrada. Esse Seminário decorreu na Escola Prática, em 23 e 24 de Abril do corrente ano, sob o título "A Arma de Cavalaria e o Futuro".

Foram os temas a tratar organizados em três grandes áreas consideradas como fundamentais:

- A identificação, no quadro da evolução previsível das envolventes relevantes para os aparelhos militares, dos princípios, constantes e linhas de força que, quando salvaguardados, permitam conduzir de forma continuada e coerente os indispensáveis processos de reorganização e reequipamento;
- A obtenção, formação e manutenção de Recursos Humanos; e
- A análise das Missões, Estrutura de Forças, Reequipamento e Doutrina de emprego das forças de Cavalaria, componentes indissociáveis de um sistema cuja coerência é essencial à sua eficácia e racionalização.

Reflectiu-se, assim, em conjunto sobre o que poderá influenciar decisivamente o futuro da Arma procurando dar-se, ao mesmo tempo, o contributo possível para o debate e reflexão das principais



nenhuma outra profissão em que as consequências do emprego do pessoal mal instruído e treinado sejam tão estaremcedoras ou tão contundentes como nas Forças Armadas”. Os equipamentos mais sofisticados não são, por si só, o garante de uma vitória sobre o inimigo. As vitórias só ocorrem quando militares treinados são capazes de operar e tirar o melhor partido daqueles equipamentos, obedecendo a uma doutrina tática devidamente estruturada e apreendida. É bom lembrarmos sempre da máxima do General Patton: “O soldado é o Exército. Nenhum Exército é melhor que os seus soldados”.



A adequação dos Quadros Orgânicos de Pessoal e de material e a sua compatibilização deve ser outra das preocupações imediatas. Actualmente a situação que vigora é ilógica e conduz-nos a um mundo do “faz de conta” que não é compatível com uma Arma e um Exército que se querem modernos. Urge, assim, colmatar esta deficiência, trabalhando-se, paralelamente, os documentos de referência, e fazer com que os mesmo, após serem aprovados, sirvam de Bíblia para os assuntos de colocação de Pessoal e para a atribuição de materiais. A colocação de pessoal, devidamente habilitado, nas unidades, terá de merecer a nossa atenção e deverá merecer, da nossa parte, preocupações acrescidas. Não nos podemos alhear deste problema nem considerar que existe uma Unidade só porque existe um documento legal que a cria. Uma unidade só existe quando tem os seus elementos treinados e



prontos para actuar e operar os meios que lhe são atribuídos.

Na discussão destes problemas e na tomada das decisões somos do parecer que a Arma de Cavalaria tem um papel importante a desempenhar. Para isso é necessário termos opiniões formuladas e em consciência, em uníssono e com profissionalismo, expressá-las nos fóruns adequados, sob pena de vermos outros a defender e assumir propósitos irreversíveis que possam lesar a lógica e os interesses do Exército.



## “A ARMA DE CAVALARIA E O FUTURO” REFLEXÕES A PROPÓSITO DE UM SEMINÁRIO

### Do que se trata e uma advertência

Reconheçamos que não vivemos tempos fáceis. O Exército, e a Cavalaria não marca aqui a diferença, enfrenta a turbulência que segue o rasto da mudança. E em épocas de turbulência reflecte-se pouco. Ou mesmo quase nada. Mas se o que alguns afirmam for verdade, que a mudança é hoje contínua e a transição permanente, impõe-se que encontremos formas de fazer, em ambiente de instabilidade, as necessárias reflexões. Como amiúde se diz, mas cada vez menos se pratica, é por vezes imperioso “parar para pensar”.

Extinta que foi, há já quase uma década, a Direcção da Arma, a prática tem demonstrado, nos mais variados domínios, que há muitos assuntos que cruzam transversalmente as Unidades de Cavalaria, ou mesmo o pessoal da Arma independentemente da sua U/E/O de colocação. Muitos destes assuntos aconselham a uma reflexão atempada que permita facilitar a decisão a quem de direito, antecipando problemas e evitando que seja a Cavalaria, como Arma, muitas vezes confrontada com decisões para a tomada das quais não exerceu qualquer influência. Foi, assim, institucionalizada em finais do ano transacto a Conferência Periódica dos Comandantes das Unidades de Cavalaria, estrutura que se pretende de apoio à decisão do Director Honorário da Arma de Cavalaria e do Presidente do Conselho e da Comissão da Arma, naturalmente sem prejuízo das competências próprias

*TCor Cav Braga é 2º Comandante da Escola Prática de Cavalaria.*

dos órgãos que integram a Organização Superior do Exército para as diferentes áreas funcionais. Rapidamente se concluiu, no decorrer das Conferências entretanto levadas a cabo, que os assuntos que hoje preocupam a Arma deveriam ser discutidos com uma abrangência e profundidade mais vastas. Surgiu, então, a ideia de levar a cabo um Seminário, com o objectivo principal de envolver no debate um leque o mais alargado possível de participantes, nomeadamente um conjunto de elementos que, pela sua experiência profissional e leque de interesses, permitisse traçar o desejado quadro prospectivo de forma coerente, realista e equilibrada. Esse Seminário decorreu na Escola Prática, em 23 e 24 de Abril do corrente ano, sob o título “A Arma de Cavalaria e o Futuro”.

Foram os temas a tratar organizados em três grandes áreas consideradas como fundamentais:

- A identificação, no quadro da evolução previsível das envolventes relevantes para os aparelhos militares, dos princípios, constantes e linhas de força que, quando salvaguardados, permitam conduzir de forma continuada e coerente os indispensáveis processos de reorganização e reequipamento;
- A obtenção, formação e manutenção de Recursos Humanos; e
- A análise das Missões, Estrutura de Forças, Reequipamento e Doutrina de emprego das forças de Cavalaria, componentes indissociáveis de um sistema cuja coerência é essencial à sua eficácia e racionalização.

Reflectiu-se, assim, em conjunto sobre o que poderá influenciar decisivamente o futuro da Arma procurando dar-se, ao mesmo tempo, o contributo possível para o debate e reflexão das principais

questões que devem preocupar o Comando do Exército. Os apontamentos que se seguem mais não são do que as reflexões de um participante. Resultam de opiniões próprias, reconhecendo quem escreve que muitas delas decorrem de frutuosas discussões, entre Camaradas de Arma, em inevitáveis reuniões de trabalho ou agradáveis tertúlias de lazer. Se o leitor procura a posição da Arma, não a encontrará aqui. Se, mesmo assim, decidir ler até ao fim, faça-o com a recomendável precaução. E com a desejável abertura de espírito.

### Reflexões

#### Factores de continuidade e tendências de evolução

É nossa firme convicção que em períodos de mudança acelerada como o que vivemos importa, acima de tudo, identificar com clareza os princípios, as constantes e as linhas de força que permitam preservar, na continuidade, a coerência e eficácia das estruturas. Sublinhamos continuidade. Se é certo que o ambiente de incerteza aconselha à manutenção da máxima flexibilidade, teremos de ter presente o carácter imperativo da continuidade na evolução dos aparelhos militares.

Dentre os factores de continuidade identificados, pela relevância estrutural que lhes atribuímos, destacamos os seguintes:

- Manutenção de uma capacidade dissuasora mínima de defesa;
- Manutenção das GU com os modelos organizativos actuais;
- Estrutura de comando com base na hierarquia tradicional.

A propósito do primeiro, capacidade dissuasora mínima de defesa, e considerando o aumento da Segurança como obtido no âmbito das Alianças de Defesa, vem-nos de imediato à memória o conceito de dissuasor mínimo credível que, há já cinco anos, o então Brigadeiro António Martins

Barrento expunha nas páginas do Jornal do Exército. Avançamos, a propósito, apenas uma ideia: porque, por força das opiniões públicas, os danos e perdas inaceitáveis são cada vez mais reduzidos, mais baixo será também o patamar do aparelho que assegure a dissuasão pretendida. Porque, em nossa opinião, é este o factor de continuidade essencial a acautelar em qualquer estudo de redimensionamento, pensamos ser imperativa a sua clara definição. Admitimos que tal definição possa estar já feita e, pelas funções que ocupamos, não ter dela conhecimento. Oxalá assim seja. E, com a consciência de que muito mais poderia ser dito, por não ser este o nosso tema principal e também porque o tempo não nos sobra, ficamos por aqui.

Relativamente às tendências de evolução das Forças Terrestres, salientamos agora as que consideramos mais relevantes pelas suas implicações operacionais, estruturais e genéticas:

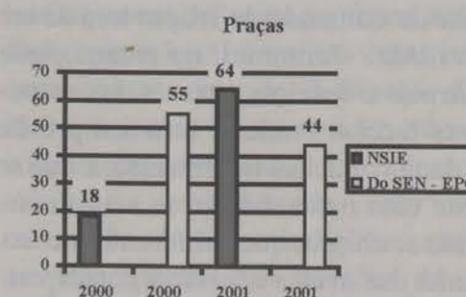
- Capacidade de projecção estratégica;
- Capacidade de sustentação, aconselhando uma estrutura de apoios modulares;
- Interoperabilidade, no âmbito da actuação de Forças Conjuntas e Combinadas;
- Mobilidade operacional, como factor de compensação de redução de efectivos;
- Versatilidade, dado o espectro alargado das operações possíveis;
- Protecção e capacidade de sobrevivência;
- Capacidade de Comando, com impacto nos sistemas de informações e comunicações.

Não entraremos em considerações generalistas. Não é esse o objectivo destes breves apontamentos. Regressaremos a estas tendências mais à frente, no todo ou em parte, aquando da análise das Missões, Estrutura de Forças, Reequipamento e Doutrina de emprego das forças de Cavalaria. Obtenção, formação e manutenção de Recursos Humanos.

### Obtenção

Realçamos a importância do Dispositivo na obtenção de voluntários de contratados. De acordo com o Dispositivo previsto para as Unidades de Cavalaria, constata-se a concentração da maior parte das Subunidades operacionais da Arma (GCC e Esquadrões de Reconhecimento) em locais com fraca capacidade de captação de voluntários (Santa Margarida e Estremoz). Esta situação deverá ser alvo de acções correctivas, quer ao nível do Recrutamento para o Novo Sistema de Instrução do Exército (NSIE) quer, na actual fase de transição, na adesão a partir do Serviço Efectivo Normal (SEN). Uma possível solução poderia passar pela obrigatoriedade de, durante os dois/três anos iniciais do período de serviço, os voluntários/contratados servirem nas Unidades/Especialidades consideradas como críticas face à Categorização das Forças em vigor. Após este período inicial de serviço deveria ser promovida a reclassificação do militar, se necessária, bem como a colocação na U/E/O da sua preferência e possibilidade de continuação de estudos/acesso a programas de formação profissional. Esta medida constitui apenas uma das acções possíveis. Considera-se que se algo não for feito desde já, e face a um Dispositivo já provado como desfavorável, muito dificilmente serão alcançados os patamares de pessoal definidos como necessários. É especialmente preocupante a constatação de que a esmagadora maioria das Praças em Regime de Voluntariado / Regime de Contrato (RV/RC) são oriundas do SEN e, para além disso, a adesão àqueles regimes é, em parte muito significativa, motivada pelo desejo de tomar parte em missões no exterior do Território Nacional (TN). O gráfico da figura apresenta uma comparação entre as Praças do NSIE formadas para toda a Arma, nos anos de 2000 e 2001, e aquelas que, a partir do SEN e durante

o mesmo período, aderiram ao RV/RC, neste último caso apenas na EPC. As conclusões são, pensamos, fáceis de extrair.



### Formação

Foram apresentadas e debatidas as revisões curriculares em curso para os Cursos da Academia Militar e Escola de Sargentos do Exército. Analisada a revisão do Curso de Formação de Sargentos, esta parece-nos lógica e estar a ser conduzida por forma a acautelar os parâmetros essenciais da formação militar. O mesmo gostaríamos de dizer relativamente à revisão curricular do Curso de Cavalaria da Academia Militar. Manifestamos a preocupação de que a projectada redução do período do Tirocinio para Oficial (TPO), conjugada com a redução da componente curricular militar na Academia, ponha em causa os objectivos militares globais da formação. Não questionamos o grau de licenciatura como dado do problema. Pensamos, no entanto, dever a revisão acautelar que os objectivos definidos como essenciais para um Oficial Subalterno de Cavalaria sejam atingidos. Pensamos ainda dever o sistema de formação ser abordado como um todo, com a consciência de que factores como as limitações orçamentais e as enormes lacunas existentes nos sistemas de simulação, entre outros, aconselham a que a formação prática na Escola Prática seja mantida com a duração de um ano lectivo. Admitimos que outras Armas ou Serviços não sintam esta necessidade. Admitimos ainda poder ser revista (reduzida) a estrutura curricular do



TPO caso sejam alteradas algumas das funções que, actualmente, são desempenhadas por Oficiais Subalternos. Temos consciência de que, findo o SEN, a fase de Comando de Tropas terá de ser reavaliada. Pensamos, no entanto, que às Armas e Serviços, através das respectivas Escolas Práticas, terá sempre de ser dada voz activa no processo. E que se aceite com naturalidade, se a essa conclusão se chegar, que a diferentes necessidades das Armas e Serviços correspondam Tirocínios com diferentes durações. Manifestamos também preocupação relativa ao fraco investimento, e mesmo desinvestimento, em infra-estruturas de instrução, com especial destaque para os meios de simulação. A área da simulação é particularmente preocupante dado que, não só não tem sido alvo de qualquer investimento, como os meios existentes do antecedente (e.g. SIMUGUN) têm sido abandonados pela não execução de programas de "upgrade" e manutenção.

O equipamento e fardamento são também motivo de preocupação. O pessoal em RV/RC, na fase em que está a tomar contacto com uma realidade que era, na grande maioria dos casos, apenas idealizada, é fardado e equipado com materiais de fraca qualidade cujo impacto se considera como muito negativo para a imagem do Exército e motivação do pessoal.

Foi debatida a situação actual da Equitação Militar, disciplina por todos considerada como componente fundamental da instrução dos Quadros (não apenas de Cavalaria) e manutenção do Espírito da Arma. É sintomático o facto de o Curso de Instrutores de Equitação, a decorrer no CMEFD no corrente ano lectivo, não estar a ser frequentado por alunos do Exército... Importa compreender que a Equitação Militar é um sistema que se inicia nos Estabelecimentos de Ensino Militar e encontra a sua máxima expressão na Reprise de

Mafra, até aqui instrumento privilegiado de representação do Exército. A manutenção da coerência e eficácia deste sistema exige requisitos bem definidos, nomeadamente na adequação dos programas de instrução, políticas de aquisição e rotação de montadas, quantidade e qualidade de montadas nas U/E relevantes e fomento da participação em Provas, entre outros. Consideram os que para tal estão habilitados ainda ser possível, apesar da difícil situação que a Equitação Militar atravessa, manter uma actividade que, com custos reduzidos, tanto prestígio tem trazido e continua a trazer à Arma de Cavalaria e ao Exército. Sublinhamos custos reduzidos, contrariando a ideia mais ou menos generalizada de que "os cavalos" são um sorvedouro dos dinheiros públicos. Não são! Com um bocadinho de jeito, poderiam até dar lucro... lucro material, porque o outro, dificilmente quantificável, fruto da instrução e do contacto com o nobre animal, esse é bem real mas por muitos não reconhecido. Pensa-mos que o assunto não é complicado. Teremos apenas de compreender, com clareza, se considera ou não a estrutura superior do Exército ser a instrução de Equitação uma indispensável mais valia na formação dos seus Quadros. Se sim, é mais do que sabido o que tem de ser feito e acautelado. Se não, que tal seja dito sem quaisquer ambiguidades.

#### Manutenção

A manutenção do pessoal nas fileiras por um período adequado às necessidades do Exército será, em qualquer circunstância, um objectivo a alcançar. Assume, no entanto, especial importância na razão inversa das dificuldades sentidas no processo de obtenção. E essas são, como já vimos, bem reais.

Importa aqui separar realidades que, em nosso entender, se consideram como distintas, a saber:

- As desistências ocorridas na fase de Formação daquelas ocorridas durante o período de serviço efectivo; e

- As desistências de Oficiais e Sargentos das desistências das Praças. As desistências durante os CFO/CFS/VC/NSIE já ministrados situam-se na ordem dos 25%, percentagem que se considera como muito elevada, tendo ocorrido na sua quase totalidade nas primeiras duas semanas de instrução. A dureza da instrução, rigidez de horários e percepção de uma realidade diversa da imaginada têm sido as razões mais invocadas para a decisão da desistência. É possível que a estratégia de "marketing" seguida pelo Exército esteja demasiado centrada nos incentivos e não deixe transparecer, com o realismo desejável, a dureza inerente ao período de instrução nas Unidades das Armas. Também aqui é sentida a influência negativa da má qualidade e obsolescência do equipamento e fardamento, especialmente quando, como já referimos mas julgamos não ser de mais sublinhar, o voluntário tem dos mesmos uma imagem que lhe é transmitida pelos órgãos de comunicação social nas frequentes reportagens sobre Forças Nacionais Destacadas.

Verifica-se que a maior parte das desistências em Oficiais e Sargentos durante o período de serviço efectivo se deve ao ingresso em carreiras com perspectiva de futuro, consubstanciando a noção de transitoriedade destes regimes de prestação de serviço. A situação em Oficiais e Sargentos é, no entanto, considerada como satisfatória face às necessidades. Os dados existentes apontam, também, no sentido de que as motivações para a manutenção divergem, em larga medida, das que contribuem para a obtenção dos efectivos. Por ser especialmente preocupante a situação em Praças, foi

esta área debatida com maior profundidade. A par de razões de todos já conhecidas, como sejam o esforço exercido em tarefas do tipo administrativo, constata-se que a fraca actividade operacional é muitas vezes invocada como razão de desilusão. Com efeito, importa compreender que um voluntário/contratado cuja adesão é, sobretudo, relacionada com uma motivação do tipo simbólica, atribuído ao desempenho das funções da sua especialidade uma importância não comparável ao militar em SEN. Resumindo, uma reduzida actividade de treino operacional é, muitas vezes, causa de desilusão e razão de desistência.

Também aqui é vista com preocupação a importância da participação em missões no exterior do TN como grande motivação para a manutenção do pessoal.

Em síntese, pensa-se podermos afirmar, para o caso das Praças, que o SEN constitui ainda a grande base de recrutamento de voluntários e contratados e, com ele conjugado, as missões no exterior do TN constituem, no caso da Arma de Cavalaria, uma fortíssima motivação na obtenção e, principalmente, na manutenção deste pessoal. Parece-nos legítima, e motivo de cuidada ponderação, a interrogação que resume o que acabámos de afirmar: o que seria hoje o Exército sem SEN e sem missões no exterior do TN? Concluimos com o pensamento de que, para que seja viabilizado um sistema onde estes dois factores não existam, torna-se imperativo otimizar o recrutamento e explorar outras motivações gerais ou específicas das Armas que alimentam a Estrutura de Forças do Exército. E também compreender que a defesa das tradições e o culto da diferença são mais valias que contribuem para o fortalecimento do todo que é o Exército. Mas isto é outra história.



### **Missões, Estrutura, Reequipamento e Doutrina Geral**

Foram analisadas a Estrutura de Forças e respectivas categorizações preconizadas para o período de 2003 a 2008. Facilmente se conclui que uma e outras, para além da necessidade expressa do cumprimento dos compromissos internacionais já assumidos, são a resposta lógica a um conjunto de necessidades conjunturais. Gostaríamos de sublinhar, no entanto, a firme convicção de que a escassez de recursos não pode levar a que as nossas capacidades se esgotem na reacção à conjuntura. Nem estamos certos de que uma estrutura de forças seja concebida para satisfazer compromissos internacionais. Talvez fosse de disponibilizar o que consideramos, por outras razões, como necessário. Era agora oportuno voltarmos ao conceito de *dissuasor mínimo credível* atrás referido. Mas, como já foi dito, por não ser este o nosso tema principal e ir a noite já avançada, mais uma vez ficamos por aqui.

É também, certamente, motivo de ponderação o dado de que, em última instância, as forças militares em operações de apoio à paz poderão ter de combater. Como, aliás, o passado recente já demonstrou. Cremos ser esta, até, uma das principais razões que justificam o seu envolvimento naquele tipo de operações. E é por todos reconhecido que não é possível ter um Exército para a Guerra e outro para as Operações de Apoio à Paz. A organização, equipamento e instrução dos Exércitos deverá ter como objectivo a operação nos patamares de violência mais elevados, normalmente associados à missão da Defesa Militar. Ocorre-nos de novo o conceito de *dissuasor mínimo credível*. Adiante. É compreensível a categorização preconizada para as Forças de Cavalaria face à evolução previsível da conjuntura internacional nos curto e médio prazos.

Sublinha-se, no entanto, o entendimento de que quer as unidades operacionais categorizadas em HRF (Forças de Elevada Prontidão), quer as categorizadas em FLR (Forças de Menor Prontidão) deverão, face aos correspondentes prazos de prontidão, encontrar-se completamente equipadas. Deve salvaguardar-se, logicamente, a prioridade ao oportuno completamento/reequipamento das HRF. Focando especificamente as Forças de Cavalaria, e com a noção de que o equipamento/reequipamento das Unidades deverá ser orientado de acordo com as prioridades estabelecidas, importa acautelar que nenhuma destas Unidades chegue a uma situação de rotura que conduza à perda efectiva de uma capacidade.

Consideramos também, com preocupação, existir um desequilíbrio no Sistema de Forças relativamente aos Comandos de Unidades de escalão Batalhão. A Arma de Cavalaria encontra-se reduzida ao Comando do GCC, situação que não permite uma rotação suficiente de Quadros em quantidade e qualidade, limitando de forma grave a preparação de potenciais Comandos de Grupo/Agrupamento. Talvez a existência de mais dois Comandos de Grupo (i.e. Reconhecimento e PE), mesmo que em Ordem de Batalha e apenas activados para exercícios, constituísse uma forma de colmatar esta grave deficiência.

Foi notado, face à Doutrina em vigor e características das missões em apoio da política externa do Estado, serem as Unidades de Cavalaria, nomeadamente as de Reconhecimento e PE, as mais adequadas ao desempenho de grande parte destas missões. Com efeito, é legítimo afirmar que as necessidades de adaptação (organização, equipamento e treino) destas Unidades são muito reduzidas quando comparadas com as outras unidades operacionais do Sistema de Forças. Se nas Campanhas do Ultramar todas as unidades foram, com

poucas excepções, unidades de Atiradores, nas Operações de Apoio à Paz todas as unidades operacionais têm sido, também com poucas excepções, unidades de Cavalaria.

### **Unidades de Carros de Combate**

Da análise da situação actual do GCC e do tema, muitas vezes recorrente, das “Lagartas versus Rodas” e suas implicações no reequipamento do GCC e da própria BMI, importantes observações podem ser feitas. É grande a preocupação pela degradada situação actual dos CC M60A3 TTS. Dificuldades no reabastecimento de sobressalentes, programas de modernização cancelados e o baixo grau de utilização do material contribuem para aquela situação e configuram o início de uma situação de rotura, com graves implicações na operacionalidade da Estrutura de Forças e na motivação do pessoal.

Relativamente ao dilema “Lagartas versus Rodas”, considera-se que os argumentos muitas vezes utilizados em desfavor das unidades de CC são, em larga medida, falaciosos, precipitados e, mais vezes do que seria desejável, fruto de inexplicável ignorância. A projecção estratégica é possível para os Teatros de Operações (TO) mais prováveis e a utilização deste meio é algumas vezes aconselhada, e foi já feita, em Operações de Apoio à Paz. Não deve, evidentemente, negar-se a maior adequação das unidades equipadas com viaturas de rodas àquele tipo de operações. No entanto, “compatibilizar, na máxima extensão possível, os requisitos inerentes à missão da defesa militar com os que estão associados ao quadro das missões em apoio da política externa do Estado”, não deve fazer-nos esquecer que o Carro de Combate constitui um importante meio anti-meio e equilibrador de Potencial de Combate. E ainda o *dissuasor mínimo credível*...

Pensamos ainda que a manutenção da

capacidade blindada de lagartas deve ser analisada no âmbito mais vasto da BMI como Grande Unidade (GU) do Sistema de Forças. Se a análise dos factores relevantes (mobilidade estratégica, operacional e tática, protecção e capacidade de sobrevivência, poder de fogo, custos) aconselhar a manutenção daquela capacidade, tal deverá ser feito proporcionalmente na totalidade das Unidades da Brigada, permitindo a articulação e o emprego doutrinário das forças existentes. Esta análise deverá considerar também que, no actual estado de desenvolvimento tecnológico, não é previsível a concepção de uma auto-metralhadora e mesmo viatura média de rodas com protecção e mobilidade tática equivalentes aquelas que são conferidas pelos CC. Ou seja, e em nossa opinião, mantenha-se a capacidade blindada de lagartas ainda que, se necessário, reduzida no seu escalão. Mas mantenha-se a coerência doutrinária. E não falemos em Carros de Combate como se a Cavalaria desejasse mantê-los por capricho inconsciente. O GCC é parte integrante de um sistema, a BMI, que traduz um grau de capacidades. Amputá-lo parcialmente seria, quanto a nós, profundamente errado.

### **Unidades de Reconhecimento**

A manutenção de uma Subunidade de Reconhecimento (ou parte dela) com meios de Lagartas deve ser ponderada no âmbito do referido no ponto anterior. E está já dito o essencial.

É curiosa a ideia, por vezes difundida, de que as Unidades de Reconhecimento podem ser consideradas como elementos de Apoio de Combate. Sublinhamos a propósito o conceito doutrinário de que as Unidades de Reconhecimento são elementos fundamentais de Manobra.

Relativamente ao equipamento/reequipamento das Unidades de Reconhecimento equipadas com viaturas de rodas, assume particular importância a homogeneidade daquelas viaturas (i.e.

viaturas ligeiras, de rodas, tipo M11, no ERec da BAI e viaturas médias, de rodas, 4X4 / 6X6, no ERec da BLI). Importante será também que partilhem o mesmo combustível e uma elevada percentagem de componentes comuns. É respeitando estes requisitos simples, com que todos aparentemente concordam mas tantas vezes esquecidos, que se obtêm eficácia com economia. Ou seja, eficiência.

#### **Unidades de Polícia do Exército**

Face à Estrutura de Forças e respectivas categorizações para o período de 2003 a 2008 já referidas, bem como às missões mais prováveis destas Unidades no âmbito do apoio à política externa do Estado, pensamos ser aconselhável o seguinte:

- Equipamento com viaturas que confirmam protecção blindada limitada;
- Equipamento, instrução e treino para operações de controlo de tumultos, já previstos e em curso.

Considera-se ainda ser oportuna a reactivação do Grupo de Segurança e Protecção a Altas Entidades, eliminado como encargo operacional do RL2 em 1998, e consequente necessidade de ministrar cursos com carácter de urgência face ao envelhecimento do pessoal qualificado. A reactivação desta valência é considerada como de elevada importância face, entre outras razões, ao incremento das ameaças transnacionais e potenciais reflexos no âmbito interno.

#### **A Cavalaria do Ar**

Sabemos bem que a expressão não é, actualmente, “politicamente correcta”. Mas juramos estar, no momento em que pensamos estas linhas, a reler com atenção o Regulamento de Operações. Regulamento que, confirmámos, está hoje em vigor. E juramos por nossa Honra que lemos Cavalaria do Ar. Confirmem.

Designação à parte, é nossa convicção que, no essencial, a Unidade de Aviação do Exército desempenhará missões doutrinarmente no âmbito da Cavalaria. Não estamos minimamente preocupados com a proveniência dos pilotos, assunto

que conhecemos com alguma profundidade por com ele nos termos cruzado há já alguns anos. Acreditamos apenas que, doutrinarmente, a Unidade de Aviação do Exército é uma Unidade de Cavalaria. E que, assim, o mesmo racional utilizado para justificar a necessidade de formar pilotos oriundos do Exército (compreensão da manobra terrestre) deverá, se intelectualmente consistente, considerar a compreensão da manobra de Reconhecimento como factor essencial. Independentemente da proveniência dos pilotos, repetimos.

Constata-se ainda que a Unidade de Aviação do Exército tem claramente uma componente territorial e uma operacional. A Unidade territorial deverá, de acordo com os princípios organizacionais actualmente utilizados, assumir o escalão Regimento (Regimento de Aviação do Exército ?) gerando, de acordo com os mesmos princípios, uma Unidade operacional de Escalão Grupo (Grupo de Cavalaria do Ar ?). Desconhecemos qualquer razão de peso para que assim não seja. Poderíamos enumerar muitas para que assim fosse.

#### **Em jeito de conclusão**

Pode o leitor constatar com facilidade que, como de início advertido, aqui apenas encontrou as reflexões de um participante. Mas para que não pense que conclusões não se tiraram, dir-lhe-emos que se concluiu ter o tempo sido curto. E serem os temas relevantes. E poder a participação ser mais alargada. E que não vivemos tempos fáceis. Dir-me-ão que, no que toca a conclusões, não teve este Seminário grande serventia. Talvez não. Mas um mérito indiscutível ele teve: durante um dia e meio, “parou-se para pensar”.



# RESENHA DE ACTIVIDADES



## ESCOLA PRÁTICA DE CAVALARIA RESENHA DE ACTIVIDADES

### CERIMÓNIA DE DESPEDIDA DO EXMO CEME GEN MARTINS BARRENTO

No dia 15 de Março de 2001, teve lugar na Escola Prática de Cavalaria, em Santarém, a despedida de Sua Ex<sup>a</sup> o Chefe do Estado-Maior do Exército General Martins Barrento, perante as mais altas patentes do Exército, nomeadamente, o Vice-CEME e o Inspector-Geral do Exército.



Em cerimónia solene, as comemorações tiveram lugar no Aquartelamento da EPC, sendo de assinalar a Formatura de Unidades do Exército na Parada Chaimite, cujo dispositivo geral integrou forças representativas das Regiões e Zonas Militares do País, sob o comando do 2º Comandante do Governo Militar de Lisboa.



De assinalar o discurso de despedida, proferido por SE<sup>x</sup>. o Gen CEME, do qual ressaltam o seu “profundo respeito por

*todos os que (...) deram a própria vida pela Pátria”; o seu “regozijo pelo nível profissional alcançado pelos militares portugueses, testemunhado por Entidades civis e militares, nacionais e estrangeiras”; a sua “admiração por todos os que contribuíram para a existência e valor da Componente Operacional do Exército e os que cooperaram com os países amigos, nomeadamente da África lusófona” e a “esperança de que as principais preocupações sejam superadas”. Terminou a sua alocução, apresentando o seu “sentimento de gratidão pelos ensinamentos e apoio” que recebeu “ao longo de 44 anos de serviço activo nas fileiras do Exército, por chefes, professores, instrutores, camaradas e subordinados”.*

### DIA DA ARMA DE CAVALARIA E DA ESCOLA PRÁTICA DE CAVALARIA

O Dia da Arma de Cavalaria e os 111º e 112º Aniversários da Escola Prática de Cavalaria (EPC), foram celebrados, respectivamente nos dias 20 de Abril de 2001 e 19 de Abril de 2002, tendo o último por pano de fundo o ano do centenário da morte de Joaquim Mousinho de Albuquerque, Patrono da Arma de Cavalaria, figura ilustre de Homem, de Militar e de Estadista.

Em cerimónia solene, própria da tradição castrense, as comemorações tiveram lugar no Aquartelamento da EPC, em Santarém, sendo de assinalar a Formatura das Unidades de Cavalaria na Parada Chaimite, cujo dispositivo geral integrou forças da EPC e do Regimento de Lanceiros Nº2 (Lisboa) e dos Regimentos de Cavalaria Nº3 (Estremoz), Nº4 (Santa Margarida) e Nº6 (Braga). Do programa geral das Cerimónias mereceram destaque, a



Missa na Unidade, celebrada na Capela S. Jorge; a Cerimónia Militar presidida, em 2001 por Sua Excelência o recém empossado GML e Director Honorário da Arma de Cavalaria, TGen Sousa Pinto, e em 2002, por Sua Excelência o General Chefe de Estado-Maior do Exército, General José Manuel da Silva Viegas. A finalizar, foi feita a Apresentação Pública das obras concorrentes aos I e II Concurso de Pintura da EPC.

### CONCURSOS DE PINTURA DA EPC

No âmbito das Comemorações do Dia da Arma de Cavalaria e dos 111º e 112º Aniversários da EPC, do Centenário da morte de Mousinho de Albuquerque, a Escola Prática de Cavalaria abriu as suas portas à sociedade civil, para a realização dos I e II Concurso de Pintura da EPC, recebendo, no conjunto 42 concorrentes, com idades compreendidas entre os 15 e os 74 anos, grande parte com um longo currículo, e que, no total, apresentaram 72 trabalhos (18 em 2001 e 54 em 2002). De realçar a colaboração da Câmara Municipal de Santarém, em especial, do seu Pelouro da Cultura, pelo imediato e incondicional apoio dispen-



sado para a concretização de ambos os Concursos de Pintura da EPC, bem como a prestação do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), que possibilitou que a apresentação pública da totalidade das obras concorrentes ao II Concurso tivesse lugar nos Claustros do Convento de S. Francisco, monumento nacional localizado em área nobre da cidade de Santarém.

### EXERCÍCIOS DE TÁCTICA DE CARROS DE COMBATE E EXECUÇÃO DE FOGOS REAIS

De acordo com os Programas de Instrução dos TPO Cav 00/01 e 01/02 e dos 27º e 28º CFS Cav, decorreram no CMSM, nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2001 e 2002, a instrução de Unidades de Carros de Combate e a sessão de Fogos Reais, com a colaboração do Grupo de Carros de Combate da BMI, aquartelado no Regimento de Cavalaria Nº 4. A finalidade destes exercícios e fogos reais, levados a cabo pela EPC, foi alcançada com pleno êxito, tendo sido consolidados os ensinamentos teóricos leccionados na Academia Militar e na Escola de Sargentos do Exército, conferindo aos Aspirantes Tirocinantes de Cavalaria os conhecimentos práticos necessários ao desempenho de funções de Comandante de Pelotão de CC e, aos Sargentos Alunos do CFS, as noções essenciais para o desempenho das funções de Comandante de uma Secção de Carros de Combate, no âmbito de situações tácticas ofensivas e defensivas.



## XVIII CONCURSO NACIONAL COMBINADO DA EPC

Por impossibilidade do trânsito de solípedes, não foi possível realizar este evento no ano de 2001, embora estivesse previsto no Calendário dos Campeonatos Desportivos Militares de 2001. Já no corrente ano, nos dias 22 e 23 de Abril, a EPC realizou o seu XVIII Concurso Nacional Combinado, destinado a cavaleiros militares, alunos dos Estabe-



lecimentos Militares de Ensino e Civis convidados, tendo participado 84 concorrentes. Com a realização desta prova, procurou-se, para além dos aspectos puramente competitivos que comporta, proporcionar aos Cavaleiros Militares uma oportunidade ímpar de preparar a sua participação na XLVI Semana Equestre Militar, onde todos os conjuntos são apreciados tendo em vista a avaliação das condições para poderem vir a participar em provas hípias do Calendário da Federação Equestre Portuguesa de 2002.

## EXERCÍCIOS DE TÁCTICA DE RECONHECIMENTO

De acordo com os Programas de Instrução dos TPO Cav 00/01 e 01/02 e dos 27º e 28º CFS Cav, decorreram no CMSM, no mês de Maio de 2001 e de 2002, a instrução de Unidades de Reconhecimento que teve por objectivo habilitar os Aspirantes e Furriéis-Alunos, respectivamente, para o desempenho das funções de Comandante de Pelotão de Reconhecimento e



Comandante de Secção/Esquadra.

A instrução decorreu em duas fases distintas:

Uma primeira em que o Tirocínio desenvolveu e consolidou os ensinamentos teóricos ministrados na Academia Militar, através da execução de temas teórico-práticos em caixa de areia, enquanto o CFS recebia a sua primeira instrução teórica de técnica e táctica de Reconhecimento.

Uma segunda fase, que tomou a forma de exercícios de campo, em que, num primeiro período de instrução, foram treinadas as tarefas e procedimentos técnicos do Reconhecimento que se constituem como fundamentais quando da execução de missões de Reconhecimento, e um segundo período em que foram executados os temas tácticos, tendo sido utilizado um Pelotão de Reconhecimento de Rodas do ERec/EPC, equipado com viaturas do tipo VBRM-11 Panhard, V-150 Cadillac Gage e V-200 Chaimite.

## RECEPÇÃO DOS SARGENTOS DO 28º CFS

No dia 3 de Setembro de 2001, a Escola Prática de Cavalaria recebeu os Sargentos alunos do 3º Ano do 28º Curso de Formação de Sargentos (CFS) de Cavalaria. O curso é constituído somente por 4 elementos, um 2º Sargento e três Fur Alunos.

No decurso da apresentação, os futuros Sargentos tiveram a oportunidade de visitar algumas áreas da Escola Prática de Cavalaria e de estreitar laços de



camaradagem, especialmente durante o jantar de convívio preparado para a sua recepção, que decorreu na messe de Sargentos e que contou com a presença de Sargentos da Arma de Cavalaria.

## DESPEDIDA DO CONTINGENTE DA EPC QUE INTEGROU A FND PARA TIMOR LESTE

No dia 26 de Setembro de 2001, teve lugar na Escola Prática de Cavalaria uma Formatura Geral de Unidade para assinalar a despedida do Contingente da EPC que integrou a Força Nacional Destacada (FND) para Timor Leste.

Tendo a EPC cedido um Pelotão de Cavalaria às FND que marcharam para Timor-Leste no início de Outubro de 2001, foi feita a entrega ao Capitão de Cavalaria AZEVEDO, Comandante do Esquadrão de Reconhecimento que integra essa força, de um Quadro alusivo a Mousinho de Albuquerque, como testemunho simbólico da presença Arma e da EPC no Território.

Nessa singela cerimónia, foram ainda entregues prémios às Praças do 3º Turno/B/2001 que, durante a Instrução Complementar, melhor se classificaram nas respectivas especialidades.



## ESPERA DOS ASPIRANTES TPO 2001/02

Decorreu no dia 02 de Outubro de 2001, na Escola Prática de Cavalaria, a cerimónia da “Espera” do Tirocínio para Oficiais de Cavalaria.

Dentro das normas e tradições que são apanágio da Arma de Cavalaria, um elevado número de Oficiais da Arma esteve presente nesta cerimónia, procurando, assim, simbolizar o acolhimento no seu seio daqueles candidatos a seus futuros camaradas.



Os tirocinantes foram recebidos por uma delegação de Oficiais a cavalo, na Estação de Caminho de Ferro de Vale de Santarém, dando assim continuidade a uma antiga tradição que remonta aos tempos em que a EPC ainda estava localizada em Torres Novas. Após ter sido



efectuado um longo trajecto rural até Santarém, a coluna a cavalo entrou na cidade a galope, dirigindo-se “à carga” para a EPC, à porta da qual teve lugar o tradicional “A pé”!

Decorreu seguidamente um jantar de recepção aos novos tirocinantes, o qual foi apadrinhado por todos os Oficiais da Arma presentes, sendo de realçar a pre-

sença dos tirocinantes de 1951 e de 1976 que comemoraram, respectivamente, os 50 e os 25 anos da sua apresentação.

### “DIA DA ÁRVORE” ESCOLA PRÁTICA DE CAVALARIA PLANTOU 800 ÁRVORES

Por ocasião da comemoração do “Dia da Árvore”, em 21 de Março de 2002, diversas personalidades de Santarém foram convidadas para tomar parte, em conjunto com todos os Oficiais, Sargentos, Praças e Funcionários Civis da EPC, na plantação de 800 árvores nos espaços verdes da Unidade. Com este simples mas expressivo gesto simbólico, a EPC pretendeu não apenas reflorestar algumas zonas da chamada “área rural” da Escola, mas também dar continuidade a uma tradição destinada a inculcar na humanidade o respeito e o amor pelas árvores, que remonta há 130 anos quando, em 21 de Março de 1872, no Nebraska (EUA), foi feita uma festa dedicada à árvore. Também há 22 anos,



num acto idêntico ao que agora foi festejado, foi empreendida, nos terrenos da EPC, a plantação de cerca de 2000 árvores, hoje com dimensão adulta, e que constituem um verdadeiro património ambiental e “pulmão” da cidade de Santarém.

### SEMINÁRIO “A ARMA DE CAVALARIA E O FUTURO”

No quadro da Missão da Escola Prática de Cavalaria, e com a preocupação de dar o seu oportuno contributo para o debate e para a reflexão das grandes questões que, no âmbito do aprofundamento dos processos de reorganização e reequipamento do Exército, preocupam a Arma de Cavalaria, a EPC levou a efeito, nos dias 23 e 24 de Abril de 2002, um Seminário subordinado ao tema “A ARMA DE CAVALARIA E O FUTURO”. Nele participou um conjunto de Oficiais que, pela sua experiência profissional e leque de interesses, permitiu alicerçar o exercício de prospectiva.

Ao cabo de dois dias de Seminário, foi promovido um debate que contemplou a totalidade dos tipos de Forças de Cavalaria e o espectro de Missões que lhes são atribuíveis; que permitiu a análise da situação actual das Unidades de Cavalaria; que possibilitou a apresentação de contributos para a definição de uma política eficaz e coerente de recursos humanos; que permitiu a discussão das possíveis respostas para racionalização e coerência conceptual das Forças de Cavalaria; e o conciliar dos diferentes contributos, visando a obtenção de um quadro prospectivo coerente, realista e equilibrado.



## REGIMENTO DE LANCEIROS Nº 2 RESENHA DE ACTIVIDADES

06MAR01

### Visita ao RL2 do Exmo TGen GML, Alexandre Sousa Pinto

O RL2 recebeu pela primeira vez na qualidade de Governador Militar de Lisboa, a visita do TGen Alexandre de Sousa Pinto, que na Sala de Comandantes do Regimento teve oportunidade de cumprimentar os Oficiais, Sargentos, Praças e pessoal Civil. O TGen Sousa Pinto foi Comandante do RL2 de 26JAN93 a 24MAI95.



de 3 de Março de 1999 a 19 de Março de 2001.

17ABR01

### Tomada de posse do novo Comandante do RL2, Cor Cav Mourato Caldeira

Em cerimónia militar, o TCor Cav Rui Alves Tavares Ferreira, Comandante Interino do Regimento, fez simbolicamente a transferência de Comando do RL2 ao novo Comandante, Cor Cav Mourato Caldeira.

Cerimónia simples mas cheia de significado contou com a presença de alguns convidados militares e amigos do Regimento.



19MAR01

### Formatura de Despedida do Comandante do RL2, Cor Cav Luís dos Santos Ferreira da Silva.

Em despedida emotiva, deixou as funções de Comandante do RL2 o Cor Cav Luís dos Santos Ferreira da Silva. Conforme referiu na sua alocução de despedida, “parto com orgulho de quem se sente com a missão cumprida e honrado pela confiança depositada para comandar durante 2 anos o Regimento de Lanceiros, Unidade de nobres e gloriosas tradições e onde os seus militares norteiam a sua conduta por um Código de Honra próprio: “o Código de Honra do Lanceiro”.

O Coronel de Cavalaria Luís dos Santos Ferreira da Silva comandou o Regimento



22/23JUN01

#### IV Concurso Combinado Equitação

No âmbito das actividades equestres militares realizou-se em 22 e 23 de Junho de 2001 o IV Combinado de Equitação do RL2.

A prova contou com a presença de 49 conjuntos e foi motivo para o convívio e confraternização de participantes e público assistente. Presidiu ao evento o Exmo Ten Gen Governador Militar de Lisboa, que contou ainda com a presença de numerosos militares convidados e respectivos familiares e demais amigos de Lanceiros 2.

O Concurso terminou com um almoço convívio realizado na Messe de Sargentos onde foi feita a distribuição de prémios pelos cavaleiros melhor classificados.



27JUN01

#### Reunião de Comando do GML.

Realizou-se no dia 27 de Junho de 2001 a Reunião de Comando do GML. A Reunião iniciou-se com uma apresentação de boas vindas pelo Comandante do RL 2 e um curto briefing sobre a

História, Missão, Organização e principais actividades do Regimento.

Interrompidos os trabalhos pelas 12H30 foram servidos aperitivos na área da



piscina da Unidade seguindo-se o almoço convívio na Sala de Jantar da Messe de Sargentos.

Os trabalhos reiniciaram-se da parte da tarde, já com a presença do Exmo Tenente General Governador Militar de Lisboa, tendo terminado por volta das 16H00.

24NOV01

#### Reunião Anual da Assembleia Geral da AAOL

À semelhança de anos anteriores, realizou-se no RL2 em 24 de Novembro de 2001 a Assembleia Geral da Associação de Antigos Oficiais de Lanceiros. Antecedendo a Assembleia Geral, foi celebrada uma missa na capela do RL2 pelo Capelão-Chefe do Exército, Coronel Simões. No final da Assembleia foi prestada homenagem aos mortos em defesa da Pátria. De seguida realizou-se



um almoço com os associados presentes na reunião. O número de participantes espelha o desvelo que estes antigos Lanceiros ainda nutrem pelo Regimento.

17OUT01-12DEC01

#### Visita ao RL2 de delegações das Escolas de Sargentos Espanhola e Italiana

No âmbito das actividades bilaterais entre a Escola de Sargentos do Exército (ESE) e outras Escolas congêneres europeias, visitaram o Regimento delegações da Escolas de Sargentos Espanhola (17OUT01) e Italiana (12DEC01), acompanhados por uma representação da ESE. Após uma visita ao património histórico Português existente na zona de Belém, os visitantes almoçaram na Messe de Sargentos.



07FEV02

#### Dia da Unidade e Juramento de Bandeira

O Regimento de Lanceiros 2 comemorou no dia 07FEV02 o 169º aniversário da sua criação. A cerimónia foi presidida pelo Exmo Governador Militar de Lisboa. Incluída nesta celebração, teve lugar o Juramento de Bandeira do 1ºT/02-B onde foram impostas diversas condecorações a militares do Regimento bem como demonstrações de actividades militares por parte do Grupo de Instrução



e Grupo de Polícia do Exército.

Realizou-se ainda a abertura oficial da Exposição sobre Mouzinho de Albuquerque, Patrono da Arma de Cavalaria, a qual contou com a prestimosa colaboração do Dr. Sanches Baêna, EPI, Museu Militar e da Câmara Municipal de Leiria

16FEV02

#### Assembleia Geral do Clube Hípico Militar "Os Lanceiros"

Teve lugar no Refeitório das Legendas em 16 de Fevereiro de 2002, a Assembleia Geral do Clube Hípico Militar "Os Lanceiros" (CHML). O CHML é uma associação de natureza desportiva, cultural e recreativa, sem fins lucrativos, que se propõe constituir polo de atracção e incentivo para a manutenção da actividade equestre tradicionalmente ligada ao Exército, à Arma de Cavalaria e agora em especial ao RL2.



19FEV02

#### Visita ao RL2 do Comandante Chefe das Forças de Defesa de Timor-Leste

O Regimento de Lanceiros 2 recebeu em 19 de Fevereiro de 2002 a visita de S<sup>a</sup>Ex<sup>a</sup> o Comandante Chefe das Forças de Defesa de Timor Leste, BGen Taur Matan Ruak. Da visita constou um briefing geral sobre a Unidade, sua Missão e Possibilidades. Foi feita ainda uma apresentação de materiais e principais actividades desenvolvidas pelo Grupo de Polícia do Exército, a qual incluiu o





Pelotão de Manutenção de Ordem Pública. O BGen Taur Matan Ruak teve ainda oportunidade de assistir a uma demonstração no âmbito da Segurança e Protecção a Altas Entidades. No final realizou-se uma visita às instalações do RL2.

#### 29ABR02

#### Assinatura de Protocolo entre o RL2 e o Clube Hípico Militar "Os Lanceiros"

Em 29 de Abril de 2002, o RL2 e o recém criado Clube Hípico Militar "Os Lanceiros" (CHML) assinaram um Protocolo de Cooperação com a finalidade de criar um polo de atracção para a actividade equestre com tão grandes tradições no Exército e em especial na Arma de Cavalaria.

Rubricaram o Protocolo o Sr Coronel Carvalhais pelo CHML e o Coronel Mourato Caldeira pelo RL2.



#### 07MAI02

#### Visita dos Adidos Militares acreditados em Portugal

Incluído no plano de actividades para 2002 para o grupo de Adidos Militares acreditados em Portugal, teve lugar uma visita ao RL2 deste grupo de Adidos. Do Programa da visita constou a apresentação de cumprimentos ao Comandante, um pequeno serviço de cafés seguido de um briefing sobre a Unidade, apresentação de pessoal e equipamento, visita ao aquartelamento e um aperitivo precedendo o almoço;



## REGIMENTO DE CAVALARIA Nº 3 RESENHA DE ACTIVIDADES

#### Cerimónias Militares

Decorreu no dia 18JUN01, a Cerimónia evocativa da Batalha de Montes Claros, presidida por S.Exa o General Comandante da Região Militar Sul.



Em 19SET01, teve lugar a Cerimónia do Dia da Unidade e o Juramento de Bandeira do 6ºT/01 Grupo A, presidida pelo Exmo Tenente General Comandante da Região Militar Sul.



Em 06JUN02, teve lugar a cerimónia comemorativa da Batalha de Santa Vitória do Ameixial. Esta Cerimónia culminou com um desfile montado Rossio - Marquês de Pombal.



#### Outras Cerimónias em que participou o RC3:

- Em 02NOV01, Cerimónia do Dia de Finados no Cemitério de Estremoz.
- Em 11NOV01, Cerimónia do 83º Aniversário da Assinatura do Armistício da I Grande Guerra.
- Em 06ABR02, Participação na Cerimónia da Batalha de ATOLEIROS.
- Em 09ABR02, Cerimónia do 84º Aniversário da Batalha de LA LYS.
- Em 27ABR02, Cerimónia da Legião Francesa, junto do Monumento aos Mortos da Grande Guerra.

#### O RC3 participou em 2001/2002 em diversos exercícios dos quais se destacam:

- Em 15NOV01, 25 e 26FEV02, Exercício de Reconhecimento de Zona em Estremoz-Redondo com os Alunos do 4º Ano do Curso de Cavalaria da Academia Militar, no âmbito da cadeira B 118 - Tática de Cavalaria;
- De 11 a 13DEC01, Exercício "MACONTENE 012", do ERec na zona de Serra D'Ossa;
- De 07 a 10 FEV02, Exercício "MOLIÇO" na zona de Messejana - Beja com a participação do ERec;
- De 20 a 21FEV02, Exercício de fogos reais em Sta Margarida pelo ERec.



### Campeonatos Desportivos Militares - Provas Hípicas

Em 26MAI01 e 25MAI02 o RC3 realizou a XIX e XX Prova Dragões de Olivença, respectivamente.



### Cursos de Formação Profissional realizados no RC3:

- Em 08AGO01 Encerramento do Curso de Contabilidade e Gestão.
- Em 10SET01 Início de novo Curso Técnico de Contabilidade e Gestão.
- Em 15SET01 Início do Curso de Cozinha.
- Em 08OUT01 Início do Curso de Tecelagem.



## REGIMENTO DE CAVALARIA Nº 4 RESENHA DE ACTIVIDADES

Em 08FEV01, O RC4 participa na Cerimónia de Recepção do 2º BIMec/SFOR e Juramento de Bandeira dos Sold Rec do 1º T/01 B no Largo de São Jorge (CMSM).

O Grupo de Instrução/RC4 neste Turno incorporou 213 Militares.



O RC4 em 29MAR01, recebeu a visita de uma Delegação do Instituto Superior

- Em 03OUT01 Encerramento do Curso de Cozinheiros.

- Em 13FEV02 Início de novo Curso de Cozinha.

- Em 02ABR02 Início do Curso de Empregados de Mesa.

### Visitas/Almoço Convívio

Nas datas assinaladas realizaram-se ao RC3 visitas de Unidades mobilizadas para o Ex-Ultramar bem assim como um almoço convívio de militares na Reserva e Reforma da Região Militar Sul

- Em 09JUN01 visita ao RC3 do BCav 8324

- Em 16JUN01 visita ao RC3 do BCav 2876

- Em 10NOV01 visita ao RC3 Esq Cav 1728.

- Em 24NOV01 visita ao RC3 GCav 345.

- Em 30NOV01 almoço convívio Militares Reserva / Reforma RMS.

do Estado Maior Italiano - INTERFORÇAS, às infra-estruturas do Regimento.



Em 06ABR01, o RC4 e o GCC estiveram presentes na cerimónia do 49º Aniversário do CMSM/BMI, que teve lugar no Largo de São Jorge.



Em 14MAI01, decorreu na Carreira de Tiro D. Pedro uma demonstração de Tática de Carros de Combate, seguida de uma sessão de fogos reais efectuada pelo GCC, esteve presente o Curso de Defesa Nacional.



Em 180900MAI01, decorreu na Parada CUAMATO/RC4 a cerimónia de entrega do Estandarte Nacional do Agr DELTA/KFOR ao CMSM/BMI.

Presidiu à cerimónia o Comandante do CMSM/BMI, Exmo MGen Silvério.



Em 181100MAI01, decorreu em simultâneo no Largo de São Jorge, as cerimónias de recepção dos militares do Agr DELTA/KFOR e Juramento de Bandeira do 2ºT/01 B do CMSM/BMI. Presidiu à cerimónia S. Exª Primeiro Ministro Engº António Guterres. O RC4 recebe em 24JUL01 o Exmo Sr



Cor Cav JOSÉ ALBERTO MARTINS FERREIRA, que assume o Comando do Regimento, apresentando-se em formatura geral, na máxima força, a fim de prestar as honras regulamentares.



Em 25OUT01, O RC4 participou com um Batalhão de Praças Prontas a 2 Esquadrões com 2 Pelotões, na Cerimónia Militar da Tomada de Posse do Comando do CMSM/BMI, pelo Exmo MGen MÁRIO OLIVEIRA CARDOSO, que decorreu no Largo de São Jorge.

Em 04DEC01, recebeu a visita do Exmo MGen Mário de Oliveira Cardoso, Comandante do CMSM/BMI, na sua primeira visita oficial.



Em 26NOV01, o RC4 recebeu a visita de uma delegação do Exército Espanhol às suas instalações. Fazia parte dessa delegação o Exmo CMDT RCLAC "ESPAÑA"

11, COR D. JOSÉ M<sup>a</sup> SÁNCHEZ-FEIJÓO LÓPEZ.



Em 07FEV02, o RC4 recebeu a visita do Comandante Chefe das Forças de Defesa de Timor Leste, Brigadeiro-General José Maria Vasconcelos.



O Regimento preparou e conduziu a visita por forma a permitir o contacto com actividades de instrução e exposição de material principal. O RC4 comemorou em 13MAR02 o "Dia da Unidade", realizando uma Missa de Homenagem aos Mortos do RC4 na Igreja do CMSM, Cerimónias Militares na Parada Cuamato, seguidas do Lançamento do livro sobre a "História do RC4" e de uma Exposição Fotográfica, Exercícios de Aprontamento (ERec) e terminando com um Almoço de Convívio.



A Cerimónia foi presidida pelo Exmo TGen Alexandre Maria de Castro Sousa Pinto.

Comemorou-se em 06ABR02 os 50 anos de existência do CMSM.

No âmbito destas comemorações, S. Exa o Presidente da Republica Portuguesa Dr. Jorge Sampaio, presidiu às Cerimónias Militares que se realizaram em 18ABR02 no Largo de São Jorge do CMSM, ao Exercício Tático com Fogos Reais e à inauguração da Exposição comemorativa do 50º Aniversário do CMSM.



O GCC participou na cerimónia Militar, com uma UEC, a 3 Pelotões e participou no Exercício Tático com fogos reais. O ERec participou na Cerimónia Militar, com uma UEC, a 2 Pelotões e recebeu do ECS, um Pelotão. Constituiu a Escolta de Honra do Estandarte Nacional da BMI.

Visita do Exmo VCEME, TGen António Formosinho Correia Leal ao RC4 em 15ABR02.



## REGIMENTO DE CAVALARIA Nº6 RESENHA DE ACTIVIDADES

### Actividade operacional

Decorreu de Mar01 a Jun02 a preparação e cumprimento de missões do ERec / RC6 / BLI em Timor; Entre Oficiais, Sargentos e Praças, foram empenhados cerca de 35 militares.

Outros Exercícios com a participação do Regimento:

- "Açor 01", na Ilha de S. Miguel;
- "Frontera01", na Serra da Padrela;
- "Hermes 01 e 02";
- CPX "Alcaide Faria I e II";
- "Tanzanite", na Tanzânia;
- De presença do ERec, na Serra da Cabreira.



Exercícios de Fogo Real

### Instrução

No âmbito da instrução, foram efectuados alguns Estágios, dos quais se destacam:

- Estágios a condutores de viaturas blindadas de rodas, destinados às Forças Nacionais destacadas.
- Estágios aos Cursos de Formação de Sargentos (CFS), em que, durante uma semana, estiveram neste Regimento 5 alunos do 27º CFS, respectivamente em 2001 e 2002.



Condução Anfíbia

### Visitas ao Regimento

Decorreram inúmeras visitas Regimento, entre as quais se salientam:

- Delegação da Academia Militar (3 oficiais e 13 cadetes alunos)
- Delegação de Oficiais Marroquinos
- Visita de Auditores de Defesa Nacional
- Visita de cerca de 5000 alunos das várias escolas do distrito de Braga, durante 2001



Visitas ao Regimento

- ### Outras Actividades em destaque
- \* Participação na Comemoração do Dia do Combatente e Dia do Armistício
  - \* Assinatura de um Protocolo com a Universidade do Minho e Centro Hípico de Braga



- Realização anual do Concurso Completo de Equitação

## CENTRO MILITAR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS XLVI SEMANA EQUESTRE MILITAR

Decorreu de 12 a 21 de Abril, mais uma edição da Semana Equestre Militar, nas instalações do Centro Militar de Educação Física e Desportos, em Mafra, presidida pelo Exm<sup>o</sup>. General Joaquim Miguel Duarte Silva, insigne militar e Cavaleiro Olímpico, exemplo ímpar de "Homem de cavalos".



Oferta ao Gen Duarte Silva, Presidente da XLVI Semana Equestre Militar

Sob a tutela do Comando da Instrução do Exército e do Governo Militar de Lisboa, cumpriu-se a tradição da Equitação Militar, com a 46<sup>a</sup> edição desta manifestação desportiva, envolvendo na sua organização, preparação e execução, praticamente todos os meios e pessoal do Centro Militar, permitindo que mais de 300 conjuntos participassem nas diversas competições hípias

e usufruissem dos renovados picadeiros e cavaleriças.

O formato reduzido adoptado este ano, concentrou as provas nos fins-de-semana de 12 a 14 e 18 a 21, englobando as três modalidades olímpicas do hipismo, sendo elas o Concurso de Saltos de Obstáculos, o Concurso de Ensino / Dressage e o Concurso Completo de Equitação.

Este ano e contrariando o que é norma, as condições atmosféricas deram o seu contributo para enaltecer, ainda mais, o bri-lhantismo das competições, ajudando assim à afluência de numeroso público e ao são convívio entre os cavaleiros e espectadores.

A Semana Equestre beneficiou de diversas manifestações culturais e artísticas nomeadamente uma exposição de pintura e desenho, tendo como tema o Cavalo, a exibição sempre espectacular da Escola Portuguesa de Arte Equestre com os seus "Ares Altos", antecedida da nova e emergente Reprise de Poldros Puro Sangue Lusitanos (CN), fruto de um protocolo estabelecido entre o EME e a Coudelaria Nacional, que permite distinguir e reconhecer a mais valia da Doutrina de Equitação Militar para o apuramento da Raça Lusitana.

Foi com especial emoção, que foram descerradas placas evocativas da memória de ilustres cavaleiros, honrando com os respectivos nomes o "Campo dos Plátanos" - BRIG. Henrique Callado e o "Campo do Cerrado" - COR. Jorge Mathias e ainda evocativas de cavalos olímpicos - "AVRÔ", "FEITIÇO" e "SATARI", nomeando as três cavaleriças da "Parada dos Argentinos".



No respeitante ao hipismo, é de realçar que as provas de Concurso Completo (provas federadas abertas a cavaleiros civis), CNC pre. e CNC, contaram com um recorde nacional de 115 participantes, com prémios da Federação Equestre Portuguesa e do Laboratório Militar, com dois magníficos traçados de "Cross Country" tornados especiais por se desenrolarem no âmago da Tapada de Mafra, com a espectacularidade da transposição dos obstáculos rústicos fixos e naturais e o sempre muito empolgante "Salto da Lagoa". Pudemos ao longo destes dias apreciar a juventude e desenvoltura equestre de cavaleiros iniciados, provenientes do Colégio Militar, do Instituto de Odivelas e do Instituto Militar dos Pupilos do

Exército, a determinação e tenacidade dos Cadetes Alunos da Academia Militar e dos Oficiais Tirocinantes da Escola Prática de Cavalaria (estas UEO foram patronas de diversas provas), a eficácia, brilhantismo e progressão, em especial das equipas de alunos dos Cursos de Monitores e Instrutores de Equitação que decorrem no CMEFD, muito particularmente no emocionante Derby tradicionalmente apadrinhado pelo RL2, ainda a veterania representada pelos Mestres de Equitação, nas diversas provas, particularmente nas de saltos de obstáculos destinados a cavalos novos e debutantes, das quais foram patronos o RC3, o RC6 e também o desenvolvimento de conjuntos a confirmar nas provas destinadas a cavalos com 4, 5, e 6 anos cujas Unidades patronas foram a Academia da Força Aérea, a EPA, a EPE, a EPAM e a ESE.

Também os militares da Guarda Nacional Republicana tiveram a sua embaixada a esta 46<sup>a</sup> SEM, participando nas diversas provas (e ganhando algumas delas) e o Regimento de Cavalaria e o Comando Geral da GNR deram o seu nome a duas das provas de obstáculos.

As provas de Ensino estiveram representadas pelas cores da Direcção dos Serviços de Saúde, do RC4, do Instituto de Odivelas e da Câmara Municipal de Mafra.

A prova Governo Militar de Lisboa, obstáculos em linha, merece especial destaque pelo que de competitivo e emocionante se revestiu pois tratando-se de um formato pouco utilizado nas nossas provas, estamos em crer que criou raízes junto do público e da organização.

A Banda do Exército abrilhantou o último dia de provas, brindando os presentes no "Campo dos Plátanos", com temas tradicionais e modernos, o que em muito contribuiu para o ambiente de festa vivido nas bancadas repletas.

A prova em duas mãos "Estado Maior do Exército", culminou as manifestações



desportivas, contando com a ilustre presença de Sua Ex. o GEN Chefe do Estado Maior do Exército, acompanhado pelos Exm<sup>os</sup>. TGEN Comandante Geral da GNR, TGEN Governado Militar de Lisboa, TGEN Comandante da Instrução do Exército entre outras entidades civis e militar.

Nesta altura de restrições orçamentais e redução de pessoal, o acontecimento só foi possível graças ao extraordinário empenho do Comando e de todo o pessoal que orgulhosamente souberam levar a bom termo o enorme êxito que foi a XLVI SEM.

Nas palavras do CMDT do CMEFD em formatura geral, destacamos: "Quero congratular a Unidade pela forma como tudo decorreu, de maneira impecável, na 46<sup>a</sup> SEM; só ouvi de toda a gente, os mais rasgados elogios !!!"

São de enaltecer e agradecer, os patrocínios das empresas civis, num total de 30, que com os seus apoios financeiros e logísticos, tornaram viável

levar a bom termo esta parte da Missão do CMEFD. Bem hajam!

A REPRISE da ESCOLA de MAFRA, composta exclusivamente por Oficiais e Sargentos do Centro Militar, luzindo o traje de Grande Uniforme, encabeçada pelo Comandante do CMEFD COR CAV Teles Grilo, apresentou-se num nível de elevada nota, encerrando assim, com chave de ouro a 46<sup>a</sup> SEM!

Nesse dia 21 de Abril de 2002, iniciaram-se os preparativos para a edição XLVII a realizar em 2003. Fica aqui pois, o testemunho da dedicação e persistência em torno do cumprimento da Missão do CMEFD, preservação do património equestre nacional e do enaltecimento das virtudes e tradições militares no Exército.

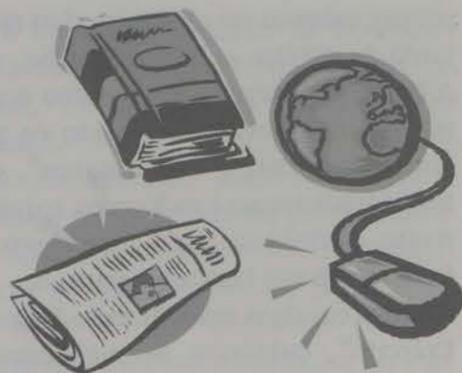
Ao galope e até para o ano !!!

Mafra, 10 de Maio de 2002

Francisco Manuel Pereira Fialho Camacho  
TCor Med Vet

## JORNAIS - REVISTAS - LIVROS - SITES

Retomamos esta secção da 2<sup>a</sup> série da Revista da Cavalaria acrescentando-lhe o indispensável e actual mundo da Internet. Aqui, convidamos os leitores a partilhar a divulgação de artigos de jornais ou revistas, livros ou sites da Internet, que pelo seu interesse, pertinência e actualidade devam ser comentados, criticados ou apenas sugeridos. Para tal os leitores deverão enviar as colaborações para a seguinte morada:



Revista da Cavalaria  
Regimento de Lanceiros, n<sup>o</sup> 2  
Calçada da Ajuda  
1349-054 LISBOA

